

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CLARISSE BARBOSA DOS SANTOS

ANÁLISE DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS  
PARA EXAMES DE SELEÇÃO AO NÍVEL UNIVERSITÁRIO, NO PAR PB  
(PORTUGUÊS BRASILEIRO) E ESPANHOL

BELO HORIZONTE  
2019

CLARISSE BARBOSA DOS SANTOS

ANÁLISE DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS  
PARA EXAMES DE SELEÇÃO AO NÍVEL UNIVERSITÁRIO, NO PAR PB  
(PORTUGUÊS BRASILEIRO) E ESPANHOL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sueli Maria Coelho.

BELO HORIZONTE

Faculdade de Letras da UFMG

2019

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S237a Santos, Clarisse Barbosa dos.  
Análise da relação de causalidade em textos argumentativos para exames de seleção ao nível universitário, no par PB (Português Brasileiro) e Espanhol [manuscrito] / Clarisse Barbosa dos Santos. – 2019.  
140 f., enc. : il., graf., (p&b) (color).  
Orientadora: Sueli Maria Coelho.  
Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.  
Linha de Pesquisa: Teoria da Variação e Mudança.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.  
Bibliografia: f. 116-121.  
Apêndices: f. 122-130.  
Anexos: f. 131-140.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Língua espanhola – Variação – Teses. 3. Mudanças linguísticas – Teses. 4. Funcionalismo (Linguística). 5. Textos argumentativos – Teses. 6. Textos discursivos – Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

PosLin

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**ANÁLISE DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EM TEXTOS ARGUMENTATIVOS PARA EXAMES DE SELEÇÃO AO NÍVEL UNIVERSITÁRIO, NO PAR PB (PORTUGUÊS BRASILEIRO) E ESPANHOL**

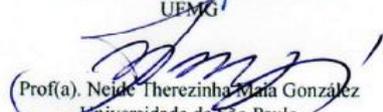
### CLARISSE BARBOSA DOS SANTOS

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

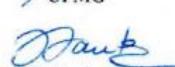
Aprovada em 30 de outubro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Wander Emediato de Souza  
UFMG

  
Prof(a). Neide Therezinha Maia Gonzalez  
Universidade de São Paulo

  
Prof(a). Gustavo Ximenes Cunha  
UFMG

  
Prof(a). Simone de Paula dos Santos Mendes  
UFVJM

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2019.

  
Prof(a). Ana Carissi Adorno Marciotto Oliveira  
Subcoord. Programa de Pós-Graduação  
em Estudos Linguísticos  
FALE/UFMG

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me conduziu a esse programa de pós-graduação de tanta excelência e que me sustenta incessantemente.

À professora Sueli, que aceitou me guiar nessa trajetória de crescimento e a quem eu desorientei constantemente.

Aos familiares que amorosamente esperaram por mim.

Ao Gumercendo, meu anjo da guarda.

À CAPES, pela bolsa concedida no início da pesquisa.

Às colaboradoras Flávia, Cristina e Ana Paula.

À Profa. Adriana Pagano, que ajudou a encontrar o rumo dessa pesquisa.

À Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, da UFVJM, pelo apoio e incentivo constante.

À todos os professores do POSLIN que contribuíram com minha formação.

Aos professores da banca de qualificação por suas contribuições valiosas; aos professores da banca de tese por sua colaboração.

“Deixe-me ir  
Preciso andar [...]”  
Cartola.

“Caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar.”  
Antonio Machado.

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sincrônico sobre a tipologia textual dissertativo/argumentativa em português brasileiro e espanhol, a partir de dados coletados no gênero textual redações para acesso ao ensino superior. Partimos das propriedades intrínsecas à tipologia textual dissertativo/argumentativa para relacioná-las com as características da relação de causalidade com base em estudos linguísticos de abordagens morfossintática e semântica. Propusemos uma abordagem complementar aos estudos da tradição, integrando os componentes morfossintático, lógico, semântico/discursivo e pragmático para detectar e comparar fatores de variação nas formas identificadas na relação de causalidade. A partir de uma metodologia qualitativa e quantitativa, apoiada teoricamente na linguística funcional centrada no uso, nos estudos de semântica discursiva e de pragmática do texto, buscamos identificar e descrever os recursos linguísticos pelos quais se expressa a relação de causalidade, verificando fatores de variação como a posição na sentença e a função informativa dada ou nova para a configuração tanto do componente discursivo dos recursos linguísticos quanto de seus valores pragmáticos, de modo a discernir se os conectores/construções causais são ou não formas variantes e, ainda, se esses fatores de variação são os mesmos nas duas línguas. A análise do componente formal em conectores/construções causais demonstrou ter preponderância na escolha, por ser determinada pelo componente paradigmático nas opções e, ao mesmo tempo, não foi suficiente para explicar o uso de construções mais especializadas em detrimento das menos produtivas, que poderiam ocupar a mesma posição. Os resultados indicam que fatores de ordem semântico/discursiva e pragmática, por sua relação com fatores de estilo, podem interferir nas opções e esclarecer as restrições aos contextos de variação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tipo textual dissertativo/argumentativo. Sincronia. Variação e mudança linguística. Conectores/construções causais. Português/Espanhol.

## RESUMEN

Esta investigación presenta un estudio sincrónico sobre la tipología textual disertativo/argumentativa en portugués y español, a partir de datos recolectados en el género textual redacciones para acceder a la enseñanza universitaria. El punto de partida fueron las propiedades típicas del tipo textual disertativo/argumentativo, que llevaron a su relación con las características de la relación causal según sus características en estudios lingüísticos de naturaleza morfosintáctica y semántica. Propusimos un abordaje complementario a los estudios de la tradición de modo a integrar los componentes morfosintáctico, lógico, semántico/discursivo y pragmático para detectar y comparar factores de variación en las formas identificadas en la relación de causalidad. La metodología cualitativa y cuantificadora se apoyó en la lingüística funcional centrada en el uso, en los estudios de semántica discursiva y de pragmática del texto y permitió identificar y describir los recursos lingüísticos por los que se expresa la relación causal; permitió todavía averiguar factores de variación tales como la posición en la oración y la función informativa temática o remática para la configuración de los recursos lingüísticos asociados a la relación causal por un lado, del componente discursivo y de los valores pragmáticos, por otro; esos componentes permitieron averiguar si los conectivos/construcciones son de hecho formas variantes y si se mantienen los mismos criterios de variación en las dos lenguas. El análisis del componente formal se presentó como el más importante, ya que es determinado por el componente paradigmático en las opciones; no obstante, no pudo explicar el uso de construcciones más especializadas frente a las menos usuales, que podrían ocupar la misma posición. Los resultados indican que la relación entre factores de naturaleza semántico/discursiva y pragmática, por su relación con las opciones de estilo, pueden intervenir y echar luz sobre las restricciones en los contextos de variación.

**PALABRAS-CLAVE:** Tipo textual disertativo/argumentativo. Sincronía. Variación y cambio lingüístico. Conectores/construcciones causales. Portugués/Español.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – A argumentatividade .....	59
<b>Figura 2</b> – Base sobre macroproposições argumentativas .....	67
<b>Figura 3</b> - Sequência explicativa prototípica .....	69
<b>Figura 4</b> - Estratos subjacentes na relação de causalidade .....	114
<b>Gráfico 1</b> – Frequência das construções de causa na língua portuguesa .....	88
<b>Gráfico 2</b> – Frequência das construções canônicas do português.....	89
<b>Gráfico 3</b> –Frequência das construções de causa não-canônicas no português.....	92
<b>Gráfico 4</b> – Frequência das construções causais de fundo no português.....	96
<b>Gráfico 5</b> – Frequência das construções de causa na língua espanhola.....	98
<b>Gráfico 6</b> – Frequência das construções canônicas do espanhol.....	99
<b>Gráfico 7</b> – Frequência das construções de causa não-canônicas no espanhol.....	101
<b>Gráfico 8</b> - Frequência das construções causais de fundo no espanhol.....	104
<b>Gráfico 9</b> - Análise comparativa das construções causais de figura e de fundo.....	106
<b>Gráfico 10</b> - Análise comparativa entre o emprego de construções canônicas e não-canônicas.....	107
<b>Gráfico 11</b> – Correlação entre causa lógica e sequência tipológica no português.....	108
<b>Gráfico 12</b> - Correlação entre causa lógica e sequência tipológica no espanhol.....	109
<b>Quadro 1</b> – Resumo das condições lógicas.....	43
<b>Quadro 2</b> - Comparação relação de causalidade <i>versus</i> condição .....	44
<b>Quadro 3</b> – Descrição do <i>Corpus</i> do PB .....	73
<b>Quadro 4</b> - Descrição do <i>corpus</i> do Espanhol .....	75
<b>Quadro 5</b> – Tipos de causa lógica .....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS

MP.expl.	Macroproposição explicativa.
MParg	Macroproposição argumentativa.
PB	Português brasileiro
RAE	Real Academia Espanhola

## Sumário

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPITULO 1</b> .....	<b>19</b>
<b>A NOÇÃO DE CAUSALIDADE</b> .....	<b>19</b>
1.1 – A noção de causalidade segundo a tradição gramatical em língua portuguesa .....	21
1.2 - A noção de causalidade segundo a tradição gramatical em língua espanhola .....	<b>Erro!</b>
<b>Indicador não definido.</b> 26	
1.3 - A noção de causalidade no pensamento filosófico .....	31
<b>CAPITULO 2</b> .....	<b>34</b>
<b>A RELAÇÃO DA CUSALIDADE SOB A PERSPECTIVA DE ABORDADENS</b>	
<b>COMPLEMENTARES: LÓGICA, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA</b> .....	<b>36</b>
2.1 – A implicação causal .....	37
2.1.1 – A possibilidade: causa formal .....	39
2.1.2 – A necessidade: causa efetiva .....	40
2.1.3- O irrefutável/inelutável: causa eficiente .....	41
2.1.4- A exclusividade: causa real.....	44
2.1.5 – As perspectivas do valor de verdade .....	44
2.1.6 – As categorias da causalidade.....	47
2.1.6.1 - A implicação .....	47
2.1.6.1.1 - A implicação condicional.....	48
2.2 – A explicação.....	48
2.2.1 – A explicação causal.....	49
2.2.2 - A explicação consequencial.....	56
2.3 - A argumentação sob a perspectiva semântico-pragmática.....	64
2.3.1 – O protótipo da sequência argumentativa .....	65
2.3.2 - O protótipo da sequência explicativa .....	68
<b>CAPITULO 3</b> .....	<b>72</b>
<b>DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA</b> .....	<b>72</b>
3.1 Dos <i>corpora</i> : critérios de composição e caracterização .....	72
3.2 Dos critérios adotados na análise .....	76
3.3 Do instrumental de base para a análise .....	78
3.4 Quadro teórico.....	81
<b>CAPITULO 4</b> .....	<b>84</b>
<b>APRESENTAÇÃO E ANALISE DOS DADOS</b> .....	<b>84</b>
4.1 Análise das construções de causa na língua portuguesa.....	88
4.1.1 – Construções causais de figura: canônicas .....	89
4.1.2 Construções causais de figura: não canônicas.....	92
4.1.3 Construções causais de fundo.....	96
4.2 Análise das construções de causa no espanhol.....	98
4.2.1 – Construções causais de figura: canônicas .....	99
4.2.2 Construções causais de figura: não-canônicas .....	101
4.2.3 Construções causais de fundo.....	104
4.3 A expressão da relação de causa: uma análise comparativa entre o português e o espanhol.....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>116</b>
<b>Documentos eletrônicos</b> .....	<b>119</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>122</b>
Textos comentados em português e em espanhol .....	122.
<b>ANEXOS</b> .....	<b>131</b>
1 – Textos em português .....	131
2 – Textos em espanhol.....	136

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema dessa pesquisa é a tipologia textual dissertativo-argumentativa, expressa por meio do gênero redação para acesso ao ensino superior, em dois idiomas, o português brasileiro e o espanhol. No Brasil, tais textos integram as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre as quais se solicita a produção de um texto dissertativo/argumentativo. No caso do espanhol, os textos integrantes de provas de acesso ao ensino superior são oriundos da Costa Rica. A tipologia textual argumentativa nos dois idiomas apresenta propriedades que os assemelham e que permitem compará-los.

Começamos pelo requisito intrínseco à produção de um texto argumentativo, o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para se construir uma argumentação eficaz. A consecução desse propósito, por sua vez, requer uma habilidade de natureza discursiva, a qual consiste em escolher, apresentar e combinar proposições em defesa de uma tese ou de um ponto de vista com relação a um tema dado. A combinação das proposições requer, além do conhecimento discursivo, o uso adequado e com propriedade lógica e semântica de recursos coesivos para obter um encadeamento entre as proposições. Esse elo coesivo, assim, pode ser obtido do uso com propriedade dos conectores.

Os *corpora* dos quais foram extraídos os dados dessa pesquisa apresentam várias ocorrências de conectores causais nos quais subjaz a noção de causa, motivo pelo qual escolhemos investigar esse tema. A observação assistemática da expressão de causa nas redações escolares dos textos argumentativos mostrou que, em ambos os idiomas, a noção de causa em textos dissertativo-argumentativos não é expressa majoritariamente pelo conector *porque*, mas também por outros recursos linguísticos.

Uma questão inicial, relacionada com essa constatação, torna-se indagar acerca da relação existente entre as noções de causa e argumentação. Nesse sentido, recorreremos à conceituação de causa, constante em Houaiss (2001-2009) sob várias acepções, dentre as quais a de um substantivo cuja natureza semântica remete a aquilo que faz com que algo exista ou aconteça, com equivalência de termos em origem, motivo e razão. Nota-se, nesta primeira acepção, a existência de um elo entre dois elementos de natureza diferente. Há nesse mesmo dicionário outras acepções, relacionadas com a filosofia, que esclarecem outras características da noção de causa.

No sentido aristotélico, a causa equivale ao princípio que faz com que alguma coisa se torne aquilo que ela é, ou seja, a força motriz que determina tanto a constituição quanto as características essenciais. Ainda na filosofia, mais especificamente no empirismo, a causa é compreendida como um evento que condiciona a ocorrência regular e constante de um determinado efeito, dentro de um encadeamento resultante da frequência com a qual é observado. As três acepções indicam algumas propriedades da noção de causa, quer sejam, as nuances de sentido expressas pelos termos origem, motivo e razão; as propriedades lógicas de constituir uma condição para determinado efeito ou resultado e, ainda, a sucessão entre causa e efeito/resultado, em uma relação temporal.

A partir desses elementos, passamos refletir sobre a noção de argumentação e sua possível interseção com a noção de causa. De acordo com Cabral (2010, p. 86), “os conectores sempre foram vistos como elementos que estabelecem relações lógicas”. Especialmente nos estudos mais recentes no marco teórico da argumentação, Cabral (2010) chama a atenção sobre a mudança de estatuto desses termos, que deixaram de ser meros elementos de ligação para assumirem também função diretiva, já que “o elemento de conexão põe a informação do texto a serviço da intenção argumentativa” (2010, p. 86). O ato de argumentar, por sua vez, consiste em “apresentar um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) como destinado a fazer admitir um outro (ou um conjunto de outros)” (CABRAL, 2010, p.15). Cabral (2010) esclarece que os conectores são dotados de força argumentativa, integrando-se, por isso, nas estratégias linguísticas de argumentação, que redundarão, por sua vez, na maior força argumentativa do discurso de um locutor. Tal proposta, por sua vez, é tributária de Ducrot, para quem a argumentação está inscrita na língua. Os conectores causais, assim, constituem recursos linguísticos que podem estar ao serviço da construção de textos do tipo argumentativo, por sua característica inerente de unir duas proposições, uma como causa e a outra como resultado.

O modo como a noção de causa é investigada, atualmente, também tem importância nessa resenha inicial. Em português brasileiro, a natureza da sucessão temporal entre causa e efeito, resultante de uma escolha discursiva na disposição da informação, pode ser descrita em termos do leque de opções para a expressão da causalidade no PB, que segundo Koch (2003) pode apresentar, linguisticamente, a causa antecedendo a consequência ou a inversão dessa ordem natural. Esse primeiro padrão é descrito como sendo de “estrutura icônica ao real (a causa antecedendo a

consequência)” (p. 143) e algumas de suas realizações ocorrem com o uso dos conectores de causa:

(01) “**Por causa da** pobreza da família, o jovem teve de trabalhar desde cedo”. (KOCH, 2003, p. 144, negrito nosso).

(02) “A família era muito pobre, **por isso** o jovem foi obrigado a trabalhar desde cedo”. (KOCH, 2003, p. 144, negrito nosso)

No segundo padrão, que inverte a ordem natural, a consequência antecede a causa:

(03) “O jovem teve de trabalhar desde cedo, **por causa** da pobreza da família”. (KOCH, 2003, p. 144, negrito nosso)

(04) “O jovem trabalhava desde cedo, **porque (visto que, já que, etc.)**<sup>1</sup> a família era muito pobre”. (KOCH, 2003, p. 145, negrito nosso)

Os dois padrões apontados por Koch (2003) expressam fatores de ordem paradigmática, ao demonstrarem a permuta dos conectores na mesma posição. Ao mesmo tempo, expressam também um fator de ordem discursivo-semântica, que indica a função explicativa dos conectores destacados.

Aos dois padrões apontados anteriormente por Koch (2003) sobrepõem-se outros de natureza semântica, descritos por Amorim (2011), como a concepção da causa em sentido estrito, relacionando-a às noções de condição, de tempo e de agentividade, ou no sentido amplo, quando a noção de causalidade se dilui em outros valores como razão, explicação, justificativa e argumento. Amorim (2011) chama a atenção para o fato de que a relação de causalidade é marcada por instabilidades semânticas, devido à existência de relações causais mais ou menos estritas, de acordo com o contexto pragmático de sua ocorrência. Esse linguista aponta que um dos matizes da noção de causa tem relação com sua função discursiva, a de legitimar uma conclusão:

(05) “João estuda pouco **porque** sempre o vejo em festas” (AMORIM, 2011, p. 502, negrito nosso)

De acordo com Amorim (2011), a oração “porque sempre o vejo em festas” desempenha uma função argumentativa, ao conduzir a uma conclusão. Estamos assumindo que o tipo de construção de raciocínio argumentativo possa interferir na seleção do conector e, assim, o conjunto de variantes desse conector será determinado

---

<sup>1</sup> Nota-se, na forma como é ilustrado o segundo padrão, o entendimento de que a relação de causalidade é uma variável que comporta um conjunto de variantes, os quais, por coerência teórica, devem ser equivalentes e, portanto, intercambiáveis nos contextos.

em função desse comportamento funcional.

As construções que expressam causalidade também foram objeto de uma investigação diacrônica empreendida por Braga e Paiva (2011), que analisaram os padrões de estabilidade e de instabilidade em orações complexas de causa. As autoras utilizaram pressupostos dos estudos sobre gramaticalização e sobre gramática de construções para analisar as construções que expressam causalidade, segundo o domínio da relação: conteúdo, epistêmico e atos de fala. Os resultados dessa pesquisa originaram a hipótese de que “uma explicação que leve em conta apenas a natureza gramatical do primeiro elemento da construção conectiva não se sustenta” (BRAGA e PAIVA, 2011, p. 67).

Cada uma dessas abordagens mostra possibilidades diferentes para indagar acerca da variação nos conectores causais, a saber, a morfossintática em função de seus efeitos discursivos (KOCH, 2003), a semântica (AMORIM, 2011) e a funcional (BRAGA e PAIVA, 2001, p. 67). Esses estudos, com objetivos e especificidades diferentes, mostram no entanto, que a noção de causa pode ser abordada de formas complementares.

No contexto da língua espanhola, Gramática da Real Academia Española (RAE, 2009-2011) fornece uma descrição da noção de causa em função tanto de seu componente formal quanto do semântico, os quais orientam as funções exercidas pelos segmentos causais, abordados mais especificamente junto à categoria das orações subordinadas causais. A esquematização seguinte, por nós elaborada, tem a finalidade de melhor visualizar a classificação encontrada na RAE (2009-2011):

No quesito morfossintático detectamos três categorias e respectivos valores semânticos:

1 - Causais do enunciado - são internas ao predicado, modificando o verbo da oração principal. Semanticamente, *especificam a causa* da ação/estado de coisas expressa no predicado.

2 – Causais da enunciação e 3 - causais explicativas – são externas ao predicado. Semanticamente, introduzem uma explicação/justificativa do que já foi dito.

As causais explicativas, por sua vez, facultam certo valor argumentativo, por omitirem um pressuposto implícito que permite inferir uma conclusão:

(06) “Había que dejar las conclusiones de la reunión para el día siguiente, *pues* aún faltaban datos importantes”<sup>2</sup> (RAE, 2009-2011, p. 883).

---

<sup>2</sup> Tradução nossa: Tinha que deixar as conclusões da reunião para o dia seguinte, pois ainda faltavam dados importantes. (RAE, 2009-2011, p. 883, grifo nosso)

O pressuposto implícito, no exemplo anterior, argumenta que, na falta de dados importantes, não é adequado estabelecer conclusões definitivas.

A RAE (2009-2011) menciona o grande número de locuções preposicionais causais, que codificam a causa nas três categorias anteriores. Algumas formas são “*a causa de, a fuerza de, con motivo de, en razón de, en virtud de, en vista de, por causa de, por razón de.*” (p. 878). O número maior de conectores causais e os critérios sintático/semântico da classificação anterior indicam que o conjunto de formas potencialmente variantes, no espanhol, é facultado por fatores ligados a esses dois critérios.

A segunda gramática em língua espanhola preserva esses mesmos critérios de classificação quanto à noção de causa em suas funções no período. Di Tulio e Malcuori (2012), ressaltam que diferenciação tradicional entre subordinadas adverbiais e coordenadas explicativas é substituída por outra classificação, em função de sua ocorrência, segundo as orações causais integrem um predicado, nesse caso, denominadas “do enunciado” ou as externas ao predicado, as “da enunciação”, classificação que obedece ao critério morfossintático, à qual se sobrepõe uma diferença de matiz entre *causa* e *razão*; as causais do enunciado têm função de modificadores internos e codificam a causa do estado de coisas apresentado no predicado que integram, formam um só conjunto e seu conector prototípico, *porque*, pode ser substituído por outras locuções conjuntivas de valor causal, entre as quais são mencionadas “*a causa de, en razón de, ya que, en la medida que, dado que, puesto que,*” (DI TULIO E MALCUORI, 2012, p. 427).

(07) “Se retiró antes **porque** estaba engripado/**por** estar engripado.”<sup>3</sup> (DI TULIO E MALCUORI, 2012, p. 428, negrito nosso)

As causais externas ao predicado, por sua vez, não expressam causa, mas sim a razão<sup>4</sup> que permite ao falante inferir o estado de coisas descrito pelo predicado da oração principal:

(08) “No hubo goles, **porque** no se escucharon gritos.”<sup>5</sup> (DI TULIO E MALCUORI, 2012, p. 428, negrito nosso)

---

<sup>3</sup> Tradução nossa: Retirou-se antes porque estava gripado/por estar gripado. (DI TULIO E MALCUORI, 2012, p. 428, negrito nosso).

<sup>4</sup> Note-se que, em espanhol, há distinção estabelecida entre *causa* e *razão*, o que, em português, é normalmente tratado como termos sinônimos.

<sup>5</sup> Tradução nossa: Não houve gols, **porque** não se ouviram gritos. (DI TULIO E MALCUORI, 2012, p. 428, negrito nosso).

Nas orações externas ao predicado, as da enunciação, formalmente separadas da principal por uma pausa, inclui-se ainda um segundo grupo, o das causais explicativas, cujos matizes dependem da posição que ocupam, critério de natureza discursiva que postula valores diferentes segundo a disposição da informação. Em anteposição, as causais explicativas introduzem o motivo como uma informação dada/temática; podem ser introduzidas por *como, porque, dado que, en la medida que, puesto que, [...] p. 428*

(09) “**Porque** te dormiste, llegamos tarde.”<sup>6</sup> (DI TULIO e MALCUORI, 2012, p. 428, negrito nosso).

Em posposição, as causais explicativas apresentam uma justificativa do falante pelo conteúdo precedente, com o *status* de informação nova, e podem permutar os conectores com *es que* e *puesto que*:

(10) “Ojalá que haga calor, **porque** así puedo estrenarme la solera nueva.”<sup>7</sup> (DI TULIO e MALCUORI, 2012, p. 429, negrito nosso)

As proposições causais enquanto elementos integrantes de textos dissertativo-argumentativos também são pensadas sob duas perspectivas complementares. Uma delas, sob a ótica das teorias da enunciação e do discurso, é expressa segundo as considerações de Charaudeau (1992) e Eggs(1994); na segunda, trata-se da abordagem pragmática da semântica enunciativa, conforme os pressupostos de Adam (2019), que descrevem como as proposições causais integram sequências argumentativas ou explicativas.

Essa breve revisão sobre a noção de causa nas duas línguas suscitou as seguintes questões problema:

- (i) quais são as formas utilizadas para expressar/estabelecer a relação causal na tipologia dissertativo-argumentativa no português brasileiro e na variedade escrita, do registro formal em espanhol?
- (ii) que fatores (linguísticos, semânticos, lógicos ou discursivo/pragmáticos) determinam a escolha da forma canônica ou de suas variantes na expressão da causalidade?

---

<sup>6</sup> Tradução nossa: **Porque** você dormiu, chegamos tarde. (DI TULIO e MALCUORI, 2012, p. 428, negrito nosso).

<sup>7</sup> Tradução nossa: Tomara que faça calor, **porque** assim posso estrear meu vestido de verão novo. (DI TULIO e MALCUORI, 2012, p. 429, negrito nosso).

- (iii) se a relação causal pode ser expressa por meio de um amplo leque de construções/conectores, é possível identificar entre eles valores pragmáticos distintos?;
- (iv) é lícito falar em variação linguística em se tratando do rol de conectores causais descritos nas gramáticas e nos manuais didáticos?

Em função dessas questões, colocamos como objetivo geral analisar as construções causais formalmente empregadas por estudantes secundaristas falantes de língua portuguesa e de língua espanhola nas provas discursivas para acesso ao ensino superior avaliadas como modelares pelos órgãos competentes de ambos os países e, como objetivos específicos,

- (i) identificar e descrever os recursos linguísticos empregados pelos estudantes que se submetem ao exame de avaliação para ingresso no ensino superior tanto no Brasil, quanto nos países de língua espanhola cujos textos integram o *corpus* de espanhol;
- (ii) verificar a influência dos fatores posição na sentença e função informativa como dada ou nova para a configuração do componente discursivo no uso dos conectores;
- (iii) delimitar os valores pragmáticos dos elementos linguísticos que integram a relação de causalidade nas duas línguas estudadas e verificar se existe uma gradiência entre eles;
- (iv) verificar se os conectores/construções de causalidade são variantes linguísticas e, em caso afirmativo, quais são as formas variantes do conector prototípico canônico *porque*;
- (v) identificar a motivação para seleção de outros conectores que não o prototípico para traduzir a relação de causa em textos dissertativo-argumentativos.

A partir dessas questões-mestras, formulamos as seguintes hipóteses, que foram testadas contra dados empíricos

- (i) existe restrição sintática e discursiva atuando na seleção do falante, o que sinaliza para a especialização de conectores causais em função de sua eficácia argumentativa;
- (ii) os conectores tradicionalmente descritos para instaurar relações causais traduzem valores argumentativos distintos, o que implica a existência de um *continuum* de argumentação e de uma escala argumentativa determinada pela seleção de determinado conector;

(iii) o conjunto de construções/conectores causais apresentados nas gramáticas normativas e nos manuais didáticos não são formas variantes, porque apresentam especificidades pragmáticas.

Os relatos dessa pesquisa estão descritos em quatro capítulos, conforme especificado a seguir.

No capítulo 1, apresentamos a noção de causalidade segundo concebida pela linguística e pelos estudos da tradição gramatical em português e em espanhol e no pensamento filosófico, devido ao componente lógico/filosófico intrínseco à causa.

O capítulo 2 trata da relação de causalidade sob duas perspectivas complementares à tradição. No componente discursivo, descrevemos como os conceitos de implicação e explicação elucidam os mecanismos lógicos para se construir uma gradiência na relação de causa. No componente pragmático, descrevemos os parâmetros para a identificação do tipo de sequências que a relação de causalidade integra nos textos argumentativos, ora explicativas, ora argumentativas.

No capítulo terceiro, descrevemos a metodologia adotada na análise dos dados, detalhando os critérios empregados para a composição dos *corpora* e o quadro teórico adotado para subsidiar a computação e o tratamento dos dados.

No quarto e último capítulo, descrevemos e interpretamos os resultados da análise empreendida, buscando estabelecer uma comparação entre as variedades escritas, no registro formal, em português e espanhol nestas duas línguas românicas. Convidamos, pois, o leitor a iniciar uma incursão pelas relações de causalidade, iniciando pela forma como tais relações são concebidas na tradição gramatical.

# CAPÍTULO 1

## A NOÇÃO DE CAUSALIDADE

O objeto de estudo desta pesquisa são as relações entre sentenças, estabelecidas sobre a noção de causalidade, a qual se define pela expressão de duas ideias: uma como a causa e a outra como o efeito (ou a consequência). A conexão de tais relações se dá, via de regra, por meio de conjunções, de locuções conjuntivas ou, ainda, de construções mais complexas, conforme exemplos a seguir.

(01) “Trabalho aqui *porque* quero. (ES)” (NEVES, 2000, p. 801)

(02) “Nada pude dizer quanto às ameaças de crescimento desigual, *uma vez que* não havia acompanhado o rapaz desde a idade de oito ou dez anos. (AE)” (NEVES, 2000, p. 801)

(03) “É uma concepção falsa, *devido a/em razão de supor* que eles atribuem uma alma a objetos e plantas.” (CASTILHO, 2010, p. 375).

No exemplo (03), o linguista ressalta que a conjunção *por*, a locução *em razão de + infinitivo* e as locuções prepositivas *por causa de* e *devido a* concorrem com as conjunções causais. Essa variedade de formas leva-nos a depreender que o amplo leque de construções/conectores implica valores pragmáticos distintos.

A definição da causa como a expressão de ideias localizadas em dois polos, um para a causa e o outro para o efeito/consequência, parece-nos ser bastante restrita, na medida em que se atém somente a algumas características de tal uso como, por exemplo, o contexto sintático de sua ocorrência. Nesse caso, conforme apontado por Koch (2003), a relação causal pode ser descrita segundo a organização das sentenças: na estrutura icônica ao real, em que a causa antecede a consequência, ou pela estrutura não icônica, quando ocorre o caminho inverso. O estudo da noção de causalidade que toma como escopo o contexto sintático restringe-se, geralmente, à organização do período, mais especificamente à forma como a relação é expressa por meio de conectores, estejam eles na forma de conjunções ou de locuções conjuntivas<sup>8</sup>, conforme exemplos respectivos a seguir:

---

<sup>8</sup> A denominação tradicional de locuções conjuntivas engloba um grupo de expressões que têm normalmente o elemento *que* como final e envolvem, geralmente, um elemento temporal ou participio passado (ex.: já que, dado que), uma conjunção (ex.: pois que), um elemento de intensificação (ex.: tanto

(04) “Decidimos voltar da festa a pé porque não havia mais ônibus de madrugada.”  
(AZEREDO, 2010, p. 224, grifos do autor).

(05) “Já que as estradas estão interditadas, o socorro às vítimas será feito com helicópteros.” (AZEREDO, 2010, p. 225, grifos do autor) <sup>9</sup>

Para Azeredo (2010), as conjunções em destaque prestam-se ao mesmo objetivo, à expressão de causa. Sintaticamente, *porque* introduz a oração causal posposta à principal e *já que* introduz a oração adverbial, que pode vir anteposta ou posposta à principal. A posição em relação à principal constitui um indicador da natureza da informação, considerando-se que a anteposição à principal dota a oração causal do estatuto de fato já conhecido pelo interlocutor que, como argumento, adquire o caráter de evidência não sujeita à contestação. Variáveis como o tipo de conector (simples ou locução) e a ordem de colocação indicam que o caráter argumentativo dos conectores é produto de certo grau de variação, observado na coocorrência de formas para a expressão de uma mesma relação lógica.

As gramáticas de orientação tradicional tratam dos conectores em momentos específicos, dos quais abordaremos principalmente dois. No primeiro deles, em sua relação com a morfologia, ao descreverem a classe de palavras das conjunções e, no segundo, dentro do âmbito do período composto, ao tratarem das orações coordenadas explicativas e das subordinadas adverbiais causais. Tal abordagem restringe-se a uma relação semântica aproximada, sem cogitar acerca dos efeitos de sentido obtidos pelo caráter argumentativo dos conectores.

Nosso objeto de estudo, conforme já anunciamos, está circunscrito às orações que expressam a noção de causalidade, incluídas as subordinadas adverbiais causais e as coordenadas explicativas. No âmbito da subordinação, as orações causais são introduzidas por conectores – tais como *que*, *como*, *pois*, *porque*, *porquanto* – ou por locuções, dentre as quais citamos *por isso que*, *pois que*, *já que*, *visto que*, etc. Já as coordenadas explicativas, que se distinguem das subordinadas causais pela independência sintática com as demais orações do período, são normalmente introduzidas por conjunções explicativas *que*, *porque*, *porquanto*, *pois*. Essa

---

mais que) ou uma preposição seguida de um nome/pronome (ex.: por causa que, por isso que). (NEVES, 2000).

<sup>9</sup> Nos exemplos 1 e 2 o autor destaca a oração causal e não a conjunção ou locução, cujo destaque foi realizado por nós, para ressaltar as diferentes realizações da noção de causalidade.

proximidade formal entre as conjunções subordinadas adverbiais causais e as coordenadas explicativas traz algumas implicações, que descreveremos a seguir.

### **1.1 – A noção de causalidade segundo a tradição gramatical em língua portuguesa**

A relação de causalidade, tal como descrita pela tradição gramatical, apresenta características prototípicas, o que nos permite sintetizá-la a partir de um grupo de autores representantes dessa vertente. Nossa resenha apoia-se, assim, em Melo (1970), em Cunha e Cintra (1985), em Bechara (2009) e em Rocha Lima (2011).

Uma primeira característica de convergência entre os autores diz respeito à unanimidade no que concerne à preponderância das conjunções para reconhecer as relações de coordenação ou de subordinação. Melo (1970), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (2011) apresentam, dentro das coordenadas, a subclasse das explicativas, com a característica de introduzir uma ideia nova que justifica o que foi dito na oração anterior:

(06) Vamos comer, Açucena, *que* estou morrendo de fome. (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 567).

Pode-se depreender de (06) que a oração explicativa, introduzida pela conjunção *que*, apresenta uma dentre várias possibilidades para justificar o ato de fala injuntivo expresso na oração anterior.

Bechara (2009), por sua vez, postula que as conjunções explicativas constituem unidades adverbiais com função própria de marcadores textuais, pelo fato de esses nexos estabelecerem relações interoracionais ou intertextuais. A natureza adverbial das conjunções explicativas pode ser, também, outro fator que leva à confusão com as adverbiais causais. A função de marcadores textuais apresenta, em seu caráter semântico, alto grau de distanciamento da relação lógica existente entre a causa real e seu efeito correspondente. As relações lógicas que o recorte nos autores vinculados à tradição mencionam, no entanto, são tratadas por autores vinculados ao funcionalismo. Elegemos as considerações de Neves (2000 e 2008), conforme a seguir.

O conceito de *causa*, conforme Neves (2008), de acordo com a análise do português culto falado no Brasil, será contextualizado no âmbito da gramática funcional, que propõe camadas para caracterizar as orações subordinadas adverbiais e as

coordenadas. Segundo o grau de interdependência e o tipo de relação lógico-semântica que expressam, as coordenadas apresentam os traços [- encaixamento] e [- dependência], enquanto que as subordinadas, rotuladas como *hipotáticas*, que expandem as sentenças nucleares por reelaboração, ampliação ou por apresentarem uma relação circunstancial apresentam os traços [- encaixamento] e [+ dependência]. As construções causais, inseridas no grupo da hipotaxe, podem ocorrer em três níveis:

- (i) No nível da predicação, que envolve relações entre estados de coisas que ocorrem em um mundo real ou possível.
- (ii) No domínio epistêmico, que corresponde ao nível da proposição, em que as relações ocorrem entre conteúdos proposicionais ou fatos possíveis.
- (iii) No domínio dos atos de fala, que corresponde à camada das frases.

Na perspectiva lógico-semântica, para o *corpus* tratado por Neves (2008) a causalidade resulta de preenchimento de condições, mas ao mesmo tempo, “essa condicionalidade não se define simplesmente em termos lógico-semânticos, ou contedísticos” (NEVES, 2008, p. 947). Para complementar e melhor compreender a complexidade da manifestação linguística da relação de causa, a autora recorre à contraposição de relações “no conteúdo – ou seja, entre os eventos – [e] as relações ‘na tese’ – ou seja, nos argumentos” (NEVES, 2008, p. 948) e ressalta que há que se considerar um componente pragmático, para analisar o segmento que expressa a causa como pressuposição. Nesse quesito, as construções causais instauram um jogo entre o fundo (a parte recessiva ou segmento causal) e a figura (o segmento que representa o que foi causado).

Outra abordagem da manifestação linguística da relação de causa que Neves (2008) discrimina ocorre no contexto das metafunções da linguagem. Nesse contexto, a relação causal é analisada com relação ao tipo de junção existente em sentenças complexas, que é genericamente catalogado como *causal*. As relações causais, nesse entendimento, podem ser estabelecidas entre eventos e entre argumentos, conforme em:

*A relação entre eventos* é aquela que existe como relação entre fenômenos externos à situação de comunicação, de fonte *experencial* (função ideacional). Trata-se de uma relação entre significados representados como conteúdos (ou experiências) da realidade externa. *A relação entre argumentos* é aquela que se estabelece entre segmentos do discurso, segmentos que estão relacionados entre si como etapas de uma argumentação, uma relação *inerente* à situação comunicativa, isto é, de fonte *interpessoal*. Trata-se, portanto, de uma relação entre significados como representação das impressões particulares do falante acerca da situação. (NEVES, 2008, p. 948).

A expressão linguística da causa, então, pode ser interpretada segundo três domínios ou níveis, categorizados em Neves (2008) como do conteúdo, epistêmico e dos atos de fala, estabelecendo “uma hierarquia semântico-pragmática” (NEVES, 2008, p. 948). A conceituação de cada um desses níveis da relação causal e exemplos respectivos é feita conforme abaixo.

(i) Domínio do conteúdo: a relação causal fica estabelecida entre estados de coisas que estão relacionados por meio da causalidade em um “mundo qualquer” (NEVES, 2008, p. 948).

(07) “Então eles pegavam os pássaros que não podiam voar... *porque estavam com as penas grudadas de petróleo*” (NEVES, 2008, p. 949).

(ii) Domínio epistêmico: a junção é estabelecida entre uma conclusão ou crença, por um lado, e suas causas ou motivações, por outro lado. No exemplo a seguir, Neves (2008) enfatiza que um fato real não justifica outro fato real, mas sim uma expectativa.

(08) “agora nesse mês, *como a UPC não aumentou e como diminuiu o número de UPCs...* o que vai acontecer é que vou pagar um pouquinho menos [D2 RJ 355]” (NEVES, 2008, p. 949).

(iii) Domínio dos atos de fala: compreende as construções constituídas por um ato de fala, associado à uma sentença que apresenta a causa daquele ato de fala e, ao mesmo tempo, apresenta uma explicação.

(09) “[agora dias que não tem aula ele pergunta e a resposta é negativa aí então ele diz para a irmã...] *levanta que hoje não tem aula podemos brincar*” aí *levan::tam* [D2 SP 360]” (NEVES, 2008, p. 949).

Neves (2008) associa a possibilidade nos três níveis anteriores como uma característica intrínseca da relação de causalidade, na qual há dois domínios; nos inferiores, localizam-se os estados de coisas e, nos superiores, as relações entre os argumentos (epistêmico e dos atos de fala).

Os subtipos de causa, por sua vez, têm relação com os domínios nos quais se instaura a relação de causalidade. Nos domínios epistêmico e dos atos de fala, superiores na hierarquia argumentativa, a junção entre as sentenças é expressa como uma formulação linguística própria da explicação, em “que os falantes optam por representar como ligadas por uma vinculação causal, e não estados de coisas relacionados por causa” (NEVES, 2008, 950). Neves ressalta ainda que a vinculação

causal localiza-se no domínio do conteúdo, no qual são expressos os estados de coisas, nos quais subjazem as relações lógicas de causa real e eficiente, dentro das quais unem-se dois eventos. Os domínios epistêmico e dos atos de fala, por sua vez, são preponderantes na relação causal, na medida em que “o elo causal não incide preferentemente sobre estados de coisas, mas sobre fatos possíveis e atos de fala” (NEVES, 2008, p. 951).

Quanto às características básicas das construções causais que utilizam conectivo, Neves (2008) cita, para as subordinadas adverbiais causais e as coordenadas explicativas, conforme a abordagem gramatical tradicional, a propriedade de expressar dentro da noção de causa a causa real, a razão, o motivo, a justificativa ou a explicação; dentro da noção de efeito, por sua vez, a consequência real, o resultado e ainda a conclusão.

As relações lógicas intrínsecas à noção de causa, por sua vez, são apresentadas na Gramática de usos do português (NEVES, 2000), em que o sentido estrito da relação causal “diz respeito à conexão causa-consequência, ou causa-efeito, entre dois eventos. Essas relações se dão entre predicções (estados de coisas), indicando ‘causa real’, ou ‘causa eficiente’, ou ‘causa efetiva’ (NEVES, 2000, p. 804). Por oposição ao sentido estrito, Neves (2000) apresenta o sentido amplo, mais generalizado, próprio dos domínios epistêmico e dos atos de fala.

No domínio dos atos de fala, por sua vez, incluem-se períodos articulados, “cada um representando um ato de fala” (NEVES, 2000, p. 805). A oração que exprime a causa, nos atos de fala – as orações coordenadas explicativas - traz a propriedade de que “na relação de causalidade entre diferentes atos de fala nunca está abrigada a causalidade real, efetiva, material, eficiente, e nem mesmo a causalidade emanada da visão dos fatos (proposições) do falante” (NEVES, 2000, p. 806).

O componente lógico da relação de causa, segundo as propriedades descritas por Neves (2008 e 2000), inclui os subtipos causa real, eficiente e efetiva, instauradas do domínio das predicções/estados de coisas, em que as proposições são apresentadas pelos falantes como fatos possíveis. Na causa real, trata-se de uma condição preenchida suficiente; na causa efetiva, uma condição necessária. A causa efetiva, por sua vez, situa os fatos no mundo do possível. A causa formal, por sua vez, não é mencionada, talvez por não ser relevante para os resultados das pesquisas apresentados nas obras consultadas de Neves (2008 e 2000).

Outro ponto consensual entre os autores arrolados entre aqueles da tradição gramatical é o uso intercambiável dos termos *explicação* e *justificação*, que, no entanto, não são sinônimos. O fato de que determinadas conjunções podem ser tanto coordenativas explicativas quanto subordinativas adverbiais causais (*que, porque, porquanto, pois*) merece uma reflexão de Melo (1970), para quem inexistente um critério prático que diferencie as coordenadas explicativas das subordinadas adverbiais causais. Cunha e Cintra (1985) apresentam a hipótese de *Polissemia Conjuncional* com relação às formas *que* e *porque*, a qual ocorre devido ao contexto de uso, e é ainda regida pelas circunstâncias fronteiriças<sup>10</sup>.

A conjunção *porque* é formada a partir do “concurso de um *que*, transpositor de oração a substantivo e de uma preposição que o acompanha como índice de sua função sintática em relação ao núcleo verbal, função, aliás, exercida pela oração inteira.” (BECHARA, 2009, p. 272).

(10) Ela só dizia tudo aquilo *porque* [= *por que gostava da verdade*]. (BECHARA, 2009, p. 272)

Ao comentar o exemplo (07), o linguista ressalta que, como um substantivo transposto, a oração subordinada substantiva pode ter a função de adjunto adverbial e a forma *porque* será responsável por marcar a relação semântica de circunstância. A capacidade de se estender para além da conjunção, atingindo toda a oração, constitui um argumento que, nessa pesquisa, contribui para a compreensão da noção de causalidade como um mecanismo linguístico que instaura uma relação mais ampla, o que nos leva a trata-las sob o conceito de *construção* (cf. GOLDBERG, 1995).

As conjunções subordinadas adverbiais causais são apresentadas por Melo (1970), por Cunha e Cintra (1985), por Bechara (2009) e por Rocha Lima (2011) também com base no elemento formal introdutor da oração, aí incluídas as formas *que, porque, porquanto, pois, como* = *porque, pois, [por isso, já, uma vez, visto, posto]*+ *que* e *visto como*. Apesar da aceção concessiva de *posto/posto que*, é no valor causal que são utilizadas atualmente. No exemplo a seguir, a conjunção *que* introduz uma oração subordinada adverbial causal, esclarecendo a circunstância em que ocorreu a ceia. A

---

<sup>10</sup> Cunha e Cintra (1985) utilizam esse termo para tratar de algumas conjunções subordinativas (*que, como, porque, se*, etc.) que podem pertencer a mais de uma classe. Os gramáticos recomendam atentar para o contexto de inserção de tais conjunções, o qual via de regra traz ambiguidades. Os autores citam, dentro de tais fronteiras, a condição/concessão e o fim/consequência. Devido às conjunções citadas, inferimos tratar-se também de subordinadas adverbiais causais e coordenadas explicativas.

mesma conjunção, usada em (06) e em (08), não é, no entanto, elemento suficiente para esclarecer qual seria a diferença entre as relações de coordenação explicativa e de subordinação adverbial causal, respectivamente:

(11) “Ceamos à lareira, / *que* a noite estava fria.” (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 589).

Em (08), os linguistas classificam a oração introduzida pela conjunção *que* como uma oração subordinada adverbial, por funcionar como um advérbio de outra oração e se apresentar introduzida por uma das conjunções subordinativas. Nesse caso, a oração subordinada é causal, devido à natureza da conjunção (ou locução conjuntiva) que é subordinativa causal. No entanto, observamos que a coocorrência de orações de mesma natureza (asseveração) e a relativa independência morfossintática das duas orações do período permitem classificar, nesse mesmo exemplo, a oração introduzida pela conjunção *que* como uma coordenada explicativa causal.

Melo (1970) associa à noção de causalidade outra categoria, a dos verbos causativos, cuja forma mais significativa é *fazer*. Rocha Lima (2011), por sua vez, aborda a variável posição na sentença, que explica o sentido subjacente à conjunção. As formas *pois*, *pois que* e *porquanto*, se pospostas à oração principal, apresentam a causa como um fato evidente. A forma *como* é usada sempre anteposta e as formas *porque*, *desde que*, *já que*, *uma vez que* e *visto que/como* podem ocorrer antepostas ou pospostas. A primeira posição é apontada como a preferida e seu sentido é associado ao valor enfático da oração causal.

## 1.2 - A noção de causalidade segundo a tradição gramatical em língua espanhola

Em língua espanhola, serão apresentados estudos de cunho normativo mediante as considerações de Benot (1941), de Bello (1949), de Alonso (1968) e de Gili Gaya (1980<sup>11</sup>); ressaltamos o recorte dentro da tradição gramatical para fazer um contraste com as obras em português, o qual permitiu detectar algumas diferenças bastante significativas. A unanimidade em associar às conjunções a capacidade de introduzir a noção de causa também ocorre, assim como no português. A categoria de orações coordenadas explicativas, no entanto, não recebe essa denominação.

---

<sup>11</sup> A primeira edição dessa obra data de 1947 (Bibliograf: Madrid) e o conteúdo da edição consultada nesta pesquisa apresenta a mesma orientação conceitual daquela.

A noção de causa é vista como uma característica inerente da subordinação adverbial por Benot (1941), que descreve a função principal do caso ablativo como a de circunscrever a extensão de um verbo, além de apresentar a causa como uma das possíveis funções desse caso:

(12) “*En virtud de haber* trabajado tanto por el asunto, salió triunfante.” (BENOT, 1941, p. 260) <sup>12</sup>

Podemos observar em (09) que a oração iniciada pela locução em destaque, além de introduzir uma circunstância que completa o significado do verbo na oração principal, apresenta uma relação lógica típica de causa formal, em que a condição preenchida *ter trabalhado tanto pelo assunto* relaciona-se com o efeito esperado *sair triunfante*.

Benot (1941), assim como os gramáticos de língua portuguesa, também apresenta uma lista conjunções com significado causal: *como (que), porque, de/ya/pues, puesto/una vez/ toda vez (que), que, por/a causa de, con/por motivo de, en/por virtude de, en vista de que, a/por + infinitivo (ou gerúndio)*. A noção de causa apresenta, para Benot (1941), um limite ambíguo com a de condição, hipótese também formulada por Azeredo (2008), para quem a causa se realiza em quatro valores específicos (causa, condição, consequência e finalidade).

(13) “*No dándome mi padre dinero*, tengo que acortar gastos” <sup>13</sup> (BENOT, 1941, p. 299)

Em (13), além da possível expressão de condição necessária na causa, observa-se o uso de uma oração reduzida de gerúndio, a qual possibilita desdobramentos distintos, dando lugar a ambiguidades no efeito derivado, o qual permitirá um amplo leque de possibilidades. Para discernir a relação lógica subjacente em (10), elaboramos uma paráfrase [*Como* meu pai não me dá dinheiro, tenho que encurtar as despesas] e, a partir dela, relacionamos com a noção lógica de causa eficiente, em que a condição existente na causa é inevitável para se chegar ao efeito derivado.

A respeito da conjunção de valores de causa e condição, recordamos as observações de Bechara (2009) sobre o que ocorre no português. O gramático dedica-se

---

<sup>12</sup> Tradução nossa: “*Em virtude de haver* trabalhado tanto pelo assunto, saiu triunfante.” (BENOT, 1941, p. 260)

<sup>13</sup> Tradução nossa: *O meu pai não me dando dinheiro*, tenho que encurtar as despesas. (BENOT, 1941, p. 299)

às construções formadas com partícula advérbio e o *que* transpositor. Nessas, o significado originário se altera, resultando em um aspecto funcional diferente, “motivado pelos significados dos lexemas<sup>14</sup> que entram na oração e por uma interpretação suplementar, contextual, do falante, calcada na sua experiência de mundo” (BECHARA, 2009, p. 273). Esse é o caso do advérbio *já*, com valor temporal, passando a uma interpretação causal ou condicional depois de se unir ao *que*<sup>15</sup>:

(14) *Já que* todos saíram, desisto do negócio. (BECHARA, 2009, p. 273).

A oração causal expressa uma condição inevitável para o efeito dela derivado, podendo, por isso, ser associada à relação lógica de causa eficiente.

Em Bello (1949), a conjunção *porque* assume o papel de advérbio relativo quando seu antecedente significa razão, causa ou motivo e introduz a proposição subordinada:

(15) "Huyó porque le acometieron muchos a un tiempo" (BELLO, 1949, p. 282)<sup>16</sup>

Segundo esse gramático, o efeito (fugir) é devido à causa (ter sido atacado por muitos). Esse raciocínio, por sua vez, não esclarece qual poderia ser a diferença entre as funções de advérbio relativo e de conjunção causal, nem os matizes de sentido que diferenciariam razão, causa e motivo.

Ainda em Bello (1949), o uso de *porque* como conjunção causal presta-se à união de proposições independentes, “cuando la segunda de ellas significa la causa lógica, el fundamento que hemos tenido para enunciar la primera.” (BELLO, 1949, p. 283)<sup>17</sup>. Nesse caso, o critério para diferenciar as funções de conjunção e de advérbio relativo é a independência sintática da oração iniciada pela conjunção, fator que remete diretamente à relação de parataxe (ou coordenação). O exemplo a seguir foi apresentado para o uso como conjunção:

(16) “No digas que no sientes estas consolaciones y alegrías, aunque pienses en Dios; *porque* si cuando el paladar está corrompido no juzga bien de los

---

<sup>14</sup> “Cada unidade de conteúdo léxico expresso no sistema linguístico é um *lexema*.” (BECHARA, 2009, p. 387)

<sup>15</sup> O que ocorre com o advérbio *já*, nesse caso, ilustra o processo de gramaticalização das locuções conjuntivas causais.

<sup>16</sup> Tradução nossa: Fugiu *porque* muitos o atacaram de uma só vez. (BELLO, 1949, p. 282.)

<sup>17</sup> Tradução nossa: “quando a segunda delas significar causa lógica, o fundamento que tivemos para enunciar a primeira” (BELLO, 1949, p. 283)

sabores, ¿qué maravilla es que teniendo tú el ánimo corrompida, tengas hastío del maná del cielo y del pan de los ángeles?” (BELLO, 1949, p. 283)<sup>18</sup>

Segundo Bello (1949), a relação lógica de causa remeteria diretamente à noção de fundamento ou razão para o que está expresso na primeira oração (a principal). Fundamento e razão são, assim, conceitos abstratos que não esclarecem tampouco o caráter semântico da função exercida pela conjunção cuja propriedade distintiva seria a independência sintática. Podemos inferir das propriedades enumeradas por esse gramático que a *causa lógica* seria, portanto, sinônimo de fundamento e razão do fato que levou ao efeito expresso na oração principal.

A noção de causa é vista como uma característica de significado própria tanto da subordinação adverbial quanto da coordenação por Alonso (1968), que apresenta como subclasse das conjunções coordenativas as causais, que indicam motivo; o nexos causal, por sua vez, pode ser de duas naturezas: “Madrugo PORQUE voy de caza. (subordinante) Madrugo PUES me espera un cliente (coordinante).”<sup>19</sup> (ALONSO, 1968, p. 62)

Com relação ao português observamos uma diferença, pelo fato de que mesmo havendo certa homonímia em algumas conjunções, no espanhol elas recebem um tratamento diferente. Essa concepção parece indicar, para a causa, a propriedade distintiva das construções, ou seja, o pareamento de forma e significado (GOLDBERG, 1995). A noção de causa pode ser expressa, ainda, por outros recursos morfossintáticos, como o particípio absoluto<sup>20</sup>.

(17) “Muerto el perro, se acabó la rabia. [...] porque se murió el perro, se acabó la rabia”. (ALONSO, 1968, p. 86)<sup>21</sup>

O gramático ressalta que a função do particípio absoluto (em português equivalente a uma oração reduzida) é autônoma e equivale a uma frase subordinada causal.

---

<sup>18</sup> Tradução nossa: Não digas que não sentes essas consolações e alegrias, ainda que penses em Deus; *porque* se quando o paladar está corrompido não julga bem os sabores, que maravilha é que tendo você a alma corrompida, tenhas fastio do maná do céu e do pão dos anjos? (BELLO, 1949, p. 283).

<sup>19</sup> Do original: “Levanto de madrugada *porque* vou caçar (subordinativo). Levanto de madrugada *pois* um cliente espera por mim (coordenativo)” (ALONSO, 1968, p. 62).

<sup>20</sup> O gramático usa os termos “particípio absoluto” para designar o caso latino “ablativo absoluto”, que expressa atualmente no espanhol uma oração contendo um particípio acompanhado de substantivo.

<sup>21</sup> Tradução nossa: “Morto o cachorro, acabou-se a raiva [...] *porque* o cachorro morreu, acabou-se a raiva”<sup>21</sup> (ALONSO, 1968, p. 86).

Gili Gaya (1980) concorda com Benot (1941) sobre as formas das conjunções de significado causal, e esclarece que a diferenciação entre *coordenadas causais* e *subordinadas causais* era feita na gramática latina de acordo com a forma das conjunções que iniciavam cada oração. As conjunções próprias das coordenadas causais eram *nam*, *enim* e *etenim*; as conjunções subordinadas, por sua vez, eram *quod*, *quia*, *quoniam* e *quare*. O gramático reforça que os manuais do espanhol pautaram-se no modelo latino para estudar separadamente coordenadas e subordinadas causais, porém, sob critérios obscuros, para adaptarem “artificialmente al español las diferencias latinas entre los dos grupos de conjunciones”<sup>22</sup>(GILI GAYA, 1980, p. 296).

A relação lógica estabelecida, ainda segundo a gramática latina, associava a cada um dos tipos uma relação: “... las coordinadas causales expresan la razón o causa lógica del efecto que se indica en la oración principal, mientras que sus homónimas subordinadas dan a conocer el motivo o la causa real”. (GILI GAYA, 1980, p. 296)<sup>23</sup>. O desenvolvimento ocorrido nas línguas românicas apagou as diferenças latinas, com raras exceções. No espanhol, o processo de desaparecimento de algumas conjunções causais latinas fez com que as que permanecessem aglutinassem os dois empregos (coordenantes e subordinantes). As de formação românica não preservaram a diferença entre causa ou razão lógica de um ato e seu motivo efetivo.

Gili Gaya (1980) apresenta ainda os argumentos segundo os quais a noção de causa não é intrínseca às orações coordenadas, a saber, (i) toda oração causal expressa uma circunstância do verbo dominante, sob o ponto de vista funcional; (ii) as conjunções coordenativas têm, por principal característica, o papel de unir não só orações, mas também elementos análogos de uma mesma oração, função que não pode ser desempenhada pelas conjunções causais. Essa segunda característica fundamenta a posição de Gili Gaya (1980) ao incluir as orações causais dentro do grupo das subordinadas adverbiais. Os dois exemplos a seguir suscitam algumas inferências a respeito da categorização anterior.

---

<sup>22</sup> Tradução nossa: “artificialmente ao espanhol as diferenças latinas entre os dois grupos de conjunções” (GILI GAYA, 1980, p. 296, tradução nossa)<sup>22</sup>.

<sup>23</sup> Tradução nossa: “...“as coordenadas causais expressam a razão ou causa lógica do efeito que se indica na principal, enquanto suas homônimas subordinadas dão a conhecer o motivo ou a causa real” (GILI GAYA, 1980, p. 296)

(18) “*Ya que* no me reciben com agrado, no volveré a su casa.”<sup>24</sup> (GILI GAYA, 1980, p. 296)

Em (18), pode-se detectar uma oração principal e uma subordinada, iniciada por uma locução usual para a expressão de uma circunstância de causa. O nexos estabelecido entre os dois eventos, próprio de uma relação lógica de causa eficiente, expressa uma condição preenchida necessária para seu efeito; semanticamente, tal causa constitui uma circunstância conseqüente ao verbo da oração principal. O exemplo, por sua vez, é de natureza sintática diferente do anterior.

(19) “*Es sencillo porque* es sabio.” (GILI GAYA, 1980, p. 296)<sup>25</sup>.

O exemplo (19) é alocado, segundo o gramático, dentro do grupo especial (pela variedade e frequência) que expressa a circunstância de causa, categorização que estabelece um paralelo com a do português, relativa aos adjuntos adverbiais de causa na relação de subordinação. Ainda sobre esse exemplo, a distinção entre oração principal e sua subordinada precisa ser feita em função da natureza semântica. A conjunção causal prototípica une duas orações de mesma natureza (dois predicativos), que podem ser intercambiadas, o que caracteriza uma função das conjunções coordenativas. Quanto à relação lógica subjacente em (19), a causa formal, o nexos estabelecido é típico de uma relação entre proposições.

Como se pode depreender dos princípios lógicos associados à noção de causalidade na tradição gramatical, tanto em português quanto em espanhol, o fundamento da relação entre proposições é estudado em seu componente filosófico. Conceitos abstratos como *causa lógica*, *motivo* e *razão*, por sua vez, são utilizados pelas fontes consultadas como se fossem consensuais, não havendo, portanto, maiores esclarecimentos sobre o significado de cada um desses conceitos. A próxima seção será dedicada, dessa forma, a elucidar a forma como o pensamento filosófico ocidental trata a noção de causa, visando, assim, a sanar essa lacuna.

### **1.3 - A noção de causalidade no pensamento filosófico**

Essa subseção está baseada nas considerações de Abbagnano (1982) e de Mora (1994). Ambos tratam da noção de causalidade sob uma abordagem descritiva de cunho

---

<sup>24</sup> Tradução nossa: “*Já que* não me recebem com agrado, não voltarei na casa deles (GILI GAYA, 1980, p. 296)

<sup>25</sup> Tradução nossa: “É simples *porque* é sábio”. (GILI GAYA, 1980, p. 296)

lógico-semântico. As duas fontes coincidem sobre o fato de que o conceito de causa tem sua origem no pensamento platônico. Abbagnano (1982) defende um vínculo provável, em que há dois sentidos gerais do termo. No primeiro, a noção de causa remete ao princípio de uma coisa, o qual implica sua natureza divina ou primeira:

(20) “A causa do dois é a dualidade”<sup>26</sup> (ABBAGNANO, 1982, p. 117).

No segundo, por sua vez, os elementos de necessidade do próprio mundo dariam origem às *concausas*, conceito utilizado por Platão para indicar “a causa natural que concorre com a causa ideal na formação das coisas do mundo (Tini., 68 e).” (ABBAGNANO, 2007, p. 163, 164). Apesar da fonte consultada apresentar somente o conceito do que seriam as *concausas*, pela definição, podemos inferir que a relação lógica entre causa e efeito, nesse segundo sentido, mostra-se mais distante da primeira acepção, própria da conexão racional. Tal distanciamento levaria ao uso, pelo falante, de estratégias argumentativas típicas de explicação ou de justificação.

Mora (1994) vincula explicitamente a noção de causa ao pensamento de Platão e nomeia, de modo pouco diferente, os dois sentidos gerais desse conceito, que incluem “a distinção entre causas primeiras, [...] ou inteligíveis (as idéias), e causas segundas, [...] ou sensíveis e eficazes (as causas das realidades materiais e sensíveis) (Tim. 46 C).” (MORA, 1994, p. 424).

A definição de *causa*, por sua vez, é feita de modo divergente pelas duas fontes. Abbagnano (1982) apresenta um significado mais geral, o da “conexão entre duas coisas, em virtude da qual a segunda é univocamente previsível a partir da primeira”. (ABBAGNANO, 1982, p. 117) Essa concepção deu origem a dois sentidos posteriores. No primeiro, do tipo conexão racional, a causa permite, por dedução, encontrar a razão de seu efeito. No segundo, a conexão entre causa e efeito é de natureza empírica ou temporal. A interpretação do efeito em sua relação com a causa é feita, na segunda acepção, de acordo com a uniformidade da relação de sucessão. Atentamos para o fato de que os exemplos, conforme a doutrina de Platão, não são apresentados por Abbagnano (1982). Mora (1994), por sua vez, contribui com as noções correlatas à causa, como relação causal, causalidade ou princípio causal, que, por sua vez, estão relacionadas a um conjunto de termos correlacionados semanticamente, tais como causa finalidade, princípio, fundamento, razão e explicação. Essas noções correlatas, a nosso

---

<sup>26</sup> Platão, Fed., 97 e segs., espec. 101c.

ver, configuram um leque de opções semânticas para a expressão da noção de causa, a qual permitirá detectar um conseqüente conjunto de recursos expressivos para descrever os matizes da conexão causa/efeito (ou consequência); além disso, abre precedente para que haja uma imbricação entre as noções de causa e de explicação.

A amplitude do campo semântico da causa parece ser a base sobre a qual, segundo Abbagnano (1982), Aristóteles desenvolveu, a partir do significado mais geral da causalidade, o da conexão racional entre os eventos causa e efeito, quatro sentidos correlatos, quais sejam, as causas *material*, *formal*, *eficiente* e *final*. Na *material*, é causa aquilo de que uma coisa é feita e que permanece na coisa:

(21) “O bronze é a causa da estátua e a prata da copa” (ABBAGNANO, 1982, p. 117).

Na *formal*, a causa é entendida como o modelo, ou a essência necessária de uma coisa:

(22) “É causa do homem a natureza formal que o define” (ABBAGNANO, 1982, p. 117).

Na *eficiente*, a causa é aquilo que dá início à mudança ou ao repouso:

(23) “O autor de uma decisão é a causa dela [...] e em geral o que produz a mudança é a causa da mudança” (ABBAGNANO, 1982, p. 117).

No quarto sentido, a causa é o *fim*:

(24) “A saúde é a causa por que se passeia.” (ABBAGNANO, 1982, p. 117).

Abbagnano (1982) faz uma advertência fundamental para a compreensão dessa diversidade de sentidos da relação causal: as quatro causas não estão no primeiro plano, pois uma delas é vista como um *porquê* privilegiado, dado pela “essência racional da coisa, pela substância” (p. 118). Mora (1994) complementa, na análise da doutrina Aristotélica, que a produção de algo inclui o concurso de várias causas, e que a causa final parece ser predominante sobre as outras. Essa concepção parece indicar a existência de uma cadeia, formada por vários elos causais, contribuição subsequente dada pela filosofia medieval, segundo Abbagnano (1982), que acrescentou o conceito de *estrutura causal* à noção de causa primeira, no sentido de “primeiro elo da cadeia causal” (ABBAGNANO, 1982, p. 118).

A segunda forma de conexão, que não se identifica com o tipo racional, e que vincula causa e efeito mediante uma conexão empírica ou temporal, colocando como princípio que o efeito não é dedutível da causa, mas sim previsível com base nela “pela constância e uniformidade da relação de sucessão” (ABBAGNANO, 1982, p. 117) foi defendida, entre outros, por Hume<sup>27</sup>, para quem a repetição da conexão entre dois eventos, desde que observável empiricamente, torna-se “o único fundamento para afirmar uma relação causal” (ABBAGNANO, 1982, p. 121). No entanto, a ciência contemporânea, mais especificamente a física subatômica, com o *princípio da indeterminação* de Heisenberg (1927) e os desenvolvimentos posteriores nessa área, propôs que a previsibilidade fosse substituída pelo conceito de probabilidade, na determinação dos fenômenos da natureza. Esse direcionamento da noção de causalidade para o efeito de probabilidade permite-nos compreendê-lo como um afastamento radical na relação causa/efeito (ou consequência) da conexão racional, típica da causa real, dentro de um gradiente do tipo conexão racional/causa real num extremo e conexão provável/pseudo causa no extremo oposto.

A noção de causa continua sendo objeto de numerosos trabalhos na época atual, segundo Mora (1994), para quem a diversidade de estudos é tal que parece não discutir os mesmos problemas. No âmbito da filosofia da ciência, os estudos versam sobre dois temas fundamentais: “o do modo como pode-se entender a noção de causa e o da função desempenhada por essa noção no quadro das teorias científicas” (MORA, 1994, p. 429). Mora (1994) avalia, de modo objetivo, a posição divergente desses estudos: alguns autores consideram supérflua a noção de causa, sendo eles os que defenderam o indeterminismo na física; por sua vez, os autores que apoiaram o determinismo se colocam como adeptos do “causalismo”.

A inferência que nos permitimos fazer a partir das contribuições da filosofia é que a visão atual da complexidade da relação causal é parte essencial dessa relação em si mesma, dada a amplitude de sua definição com os sentidos derivados, conforme formulados por Aristóteles, e pelas contribuições dadas pela filosofia subsequente à grega.

A contribuição dos autores arrolados até este momento permite compreender que um conceito de causa que se atenha somente às características morfossintáticas não será suficiente para analisar ocorrências, em textos argumentativos, de sentenças formadas

---

<sup>27</sup> A obra citada por Abbagnano (1982) é “(*Inq. Conc. Underst., IV, 1*)”.

com o objetivo de expressar causa. Nossa proposta, então, é pela elaboração de um conceito mais amplo de causa, o qual inclua também algumas propriedades semânticas dessa noção complexa em sua natureza.

Apresentamos, dessa forma, uma definição de causa que irá subsidiar nossa investigação: concebemos a causa como uma relação estabelecida entre duas proposições, simples ou complexas, em que uma constitui a causa e a outra o efeito ou a consequência. Sintaticamente, tais proposições podem ou não estar unidas via conectores; uma delas (a causa ou o efeito/consequência) pode trazer entre seus elementos palavras e expressões do campo semântico de causa, construções causativas (nomes, verbos ou expressões) e anafóricos que retomam fatores de causa, a qual pode ainda ser inferida a partir de indutores de consequência explícitos. A relação entre as sentenças é fundamentada, ainda, na aplicação de um esquema lógico abstrato, subjacente à relação entre as sentenças.

Esse capítulo, introdutório sobre a noção de causalidade e sobre a relação por ela instaurada entre as asserções [A1 e A2 (causa e efeito/consequência)], permite depreender que há uma imbricação de relações de diferentes naturezas que pode ser descrita segundo os níveis de análise.

Nível	Tipo de nexos
Morfossintático	Coocorrência (coordenação) ou dependência (subordinação).
Semântico	Acarretamento (coesão maior) ou explicação (coesão menor).
Lógico	Entre proposições [p1 (causa) <i>conector</i> q1 (efeito)]
Pragmático	Entre enunciados [e1 <i>conector</i> e2]

Dada a complexidade da relação causal, que pode (ou não) trazer marcas formais, elegemos o conceito de *conectores* com o qual guiaremos o tratamento dos dados desta pesquisa, para as marcas formais de causa. Segundo Mazzaro (2012), a natureza dos conectores distingue-se por serem elementos linguísticos que sinalizam e ao mesmo tempo, explicitam uma relação coesiva entre dois segmentos textuais; por essa natureza os conectores guiam, de acordo com suas propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam no momento da comunicação.

Posta essa conceituação, passamos à descrição das relações formais/lógico/semântico/pragmáticas que necessita, uma descrição mais detalhada, a qual será o tema do segundo capítulo desta tese.

## CAPÍTULO 2

### A RELAÇÃO DE CAUSALIDADE SOB A PERSPECTIVA DE ABORDAGENS

#### COMPLEMENTARES: LÓGICA, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Este capítulo oferece uma abordagem complementar para a que é feita a partir dos estudos da tradição; dessa forma, está baseado na resenha de 03 linguistas, a saber, Charaudeau (1992), Eggs (1994) e Adam (2019). O primeiro explicita os fundamentos de lógica formal subjacentes na relação de causalidade e defende que a Lógica de Proposições, por ser uma linguagem construída, não é suficiente para explicar as condições de verdade de proposições que, ao serem analisadas em contextos de comunicação real, escapam às categorias propostas por essa disciplina. Eggs (1994) descreve alguns dos conectores prototípicos para a expressão de causa segundo seu potencial de marcadores para efeitos argumentativos mais ou menos consistentes, baseado em um modelo lógico da argumentatividade. Adam (2019), por sua vez, realiza uma análise de natureza mais complexa, partindo dos esquemas lógicos de implicação e explicação para complementá-los com uma abordagem voltada para a pragmática da comunicação, formulando um modelo de análise para o que denomina como movimentos argumentativo e explicativo dos enunciados.

Um conceito-chave para fazer dialogar esses três autores é o de *argumentação*, que, segundo o dicionário Houaiss (2009), pode ser compreendido tanto como um termo do campo jurídico quanto da estilística. A maneira como o concebemos une elementos desses dois campos e adotamos o conceito de argumentação de Ducrot (1983) que a pensa como

um recurso constituinte de muitos enunciados que não podem ser usados sem pretender guiar o interlocutor para um certo tipo de conclusão (pelo fato de excluir outro tipo de conclusão): então, é necessário dizer, quando se descreve um enunciado dessa classe, qual orientação ele carrega em si, no sentido restritivo definido atrás, a favor do qual ele pode ser um argumento. (DUCROT, 1983, p. 30)

Essa delimitação conceitual prepara o terreno para pensar o papel da lógica formal na enunciação típica dos textos argumentativos. A análise proposta por Charaudeau (1992) apresenta-se, assim, como uma alternativa ao ponto de vista abstrato da lógica de proposições, por oferecer uma abordagem semântica da relação de

causalidade que toma como empréstimo elementos da lógica e os combina com as restrições sintáticas da construção de enunciados. Julgamos que essa perspectiva ajudará a delimitar as propriedades discursivas esperadas para as subcategorias de causa, a saber, as causas real, eficiente, efetiva, formal e a pseudo-causa.

Esse linguista concebe a relação de causa como um expediente argumentativo, ao descrever os esquemas lógicos que subjazem na construção dos enunciados. Tais esquemas constituem recursos linguísticos cujo objetivo é evitar a desqualificação de determinado argumento, para manter a validade da conclusão. Recordamos que a causalidade é uma relação bastante complexa, resultado de diferentes relações que se tecem (morfo-sintática, semântica, lógica e pragmática) e que permitem detectar ainda o viés argumentativo, o que faz com que essa abordagem lógico-semântica seja providencial para a análise de nosso objeto de estudo. As considerações oferecidas pelo linguista estão divididas em dois grandes blocos. No primeiro, trata-se da *relação lógica de implicação* e, no segundo, da *explicação*.

Inferimos que, na primeira, o ato de *implicar*, a relação entre as proposições tem a natureza semântica de criação de uma consequência, na qual uma das proposições ou acarreta ou origina seu seguimento (a segunda proposição). Nesse tipo, há uma coesão mais forte entre as duas asserções. Na segunda, o ato de *explicar*, a relação semântica entre as asserções distingue-se por um desejo de indicar, por uma das asserções, a origem (ou a razão ou o motivo) da outra. A coesão entre as proposições, nesse segundo ato, torna-se, desse modo, menos transparente e, conseqüentemente, mais fraca, indicando tratar-se de uma relação de apoio. Essa distinção entre implicação/acarretar e explicação/apoiar remete, diretamente, à distinção entre causa e explicação mencionada no capítulo um dessa tese.

## 2.1 – A implicação causal

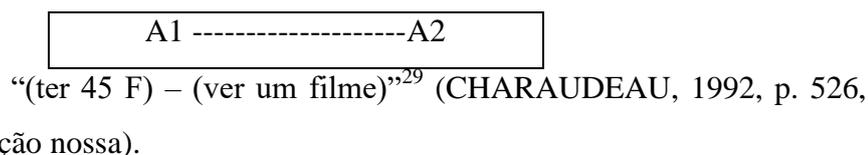
Segundo Chararaudeau (1992), a relação de causalidade pressupõe uma operação lógica

entre duas asserções (A1 e A2), de tal modo que uma (A1) resulta na existência da outra (A2). De modo correlativo, esta última (A2), depende da primeira (A1) para sua existência constituindo seu ponto de resultado, independentemente da ordem dessas asserções (e das palavras que as ligam) dentro da construção do enunciado (CHARAUDEAU, 1992, p. 526, tradução nossa)<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Do original: [...] entre deux assertions (A1 et A2), de telle sorte que poser l'une (A1) entraîne l'existence de l'autre (A2). Corrélativement, cette dernière (A2) dépend pour son existence de la première

Um conceito importante para a elucidação dos mecanismos enunciativos intrínsecos à relação de causalidade é o de *asserção*. Sob o ponto de vista da linguística, trata-se do aspecto modal de uma declaração, a qual pode ser positiva ou negativa (assim como as proposições lógicas). A validade e o valor de verdade de tal declaração são enunciados e assumidos pelo locutor. Na perspectiva semântica, a relação lógica de causa pode ser representada por um diagrama do qual se origina um enunciado causal típico, conforme apresentado a seguir.



(01) “É preciso ter 45 francos para ir ver esse filme”<sup>30</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 525, tradução nossa),

Para o autor, o critério principal usado para definir a causalidade é o valor de verdade atribuído à ligação entre duas asserções. Enfatizamos que a variável que permite discernir os graus de conexão entre as duas asserções de um enunciado causal é, exatamente, o valor de verdade. Quanto maior a conexão entre as proposições, mais próximos estaremos da relação lógica típica de causa real e de sua correlata imediatamente próxima, a causa eficiente.

O linguista apresenta dois exemplos que mostram certo grau de diferenciação na abrangência da condição lógica denominada valor de verdade:

(02) “Eu perdi meu trem porque eu não saí na hora”<sup>31</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 527, tradução nossa).

(03) “Perde-se o trem quando não se sai na hora”<sup>32</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 527, tradução nossa).

Em (02), está-se diante de um valor particularizante, o qual vale somente para o caso específico descrito. Já o exemplo (03) aplica-se para todos os casos e recebe a denominação de abrangência generalizadora. Enfatizamos que o recurso linguístico da

(A1) en en constituant son point d’aboutissement, et ce quel que soit l’ordre de ces assertions (et les mots qui les relient) dans la construction de l’énoncé. (CHARAUDEAU, 1992, p. 526)

<sup>29</sup> Do original: “avoir 45 F ----- (voir un film)”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 525)

<sup>30</sup> Do original: “il faut avoir 45 francs pour aller voir ce film”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 525)

<sup>31</sup> Do original: “J’ai manqué mon train parce que je ne suis pas parti à l’heure”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 527).

<sup>32</sup> Do original: “On manque son train quand on ne part pas à l’heure”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 527).

impessoalidade, expresso na partícula *se* contribui, sintaticamente, para o valor generalizante do exemplo (03).

Outros critérios adicionais para mensurar o valor de verdade entre duas asserções são os subtipos de condições lógicas, ou os tipos de ligação, a saber, a possibilidade, a necessidade, a inevitabilidade e a exclusividade. Tais subtipos são elucidados mediante o recurso da negação lógica aplicada sucessivamente a A1 e, em seguida, a A2, para colocar em evidência o tipo de ligação que une as duas asserções, conforme passamos a demonstrar.

### 2.1.1 – A possibilidade: causa formal

Trata-se da causalidade do possível, na qual tomando-se o caso de duas proposições, A1 e A2, em que A1 resulta em A2, a negação da primeira não provoca, obrigatoriamente, a negação da segunda, podendo coexistir com aquela; a negação de A2, por sua vez, não supõe obrigatoriamente a negação de A1. O exemplo a seguir e respectivo diagrama ilustram esse caso.

[A1 – (Cond. Poss.) → A2]
---------------------------

(04) (A1 → A2): fazer bom tempo → ir passear  
(n. A1 → A2): não fazer bom tempo → ir passear  
(n. A2 não pressupõe n.A1): não passear não pressupõe não fazer bom tempo.”<sup>33</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 528, tradução nossa).

Trata-se, portanto, de um caso em que a relação de base A1 “é uma das condições possíveis para a existência de A2” (CHARAUDEAU, 1992, p. 528, tradução nossa). O fato de expressar A1 como uma condição possível para A2 está subordinado, dessa forma, à enunciação do falante, que apresenta como válida uma proposição que, segundo o raciocínio anterior, pelo recurso da negação, é uma condição possível para A2; dessa forma, a negação de A1 não implica a negação de A2. Essa relação lógica pode ser descrita, então, como *causa formal*.

(05) “Se fizer bom tempo, você pode ir passear”<sup>34</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 528, tradução nossa)

<sup>33</sup> Do original: “(A1 → A2): faire beau → se promener  
(n. A1 → A2): ne pas faire beau ⊕ se promener  
(n. A2 ne suppose pas n. A1): ‘ne pas se promener’ ne suppose pas ‘ne pas faire beau’”.  
(CHARAUDEAU, 1992, p. 528)

<sup>34</sup> Do original: “Il faut beau (A1), tu peux aller te promener”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 528)

A realização linguística desse caso pode ser encontrada em situações de comunicação em que ocorre uma sugestão, com valor de condição possível. É nesse sentido que causa e condição se relacionam, tal como foi mencionado no capítulo primeiro. Essa intuição já existe na tradição, que lida com os tipos de causa sem, no entanto, os definir. As condições de produção das asserções em (05) vão assegurar que se trata de uma sugestão e não de uma ordem, a partir da observação da entonação e da mudança de turno de fala, bem como do tipo de relação entre os interlocutores.

O escopo da relação de causalidade segundo o enfoque semântico pode, por isso, incluir relações diferentes daquelas categorizadas pela morfossintaxe, ou seja, a subordinação causal e a coordenação explicativa. Essa possibilidade já foi defendida por Azeredo (2008), ao apontar quatro valores para a relação de causa. Os diagramas das proposições teriam, dessa forma, em (A1) e em (A2) uma polarização de valores, que alternaria causa/condição e consequência/finalidade. Essa gama de acepções da causa, segundo Azeredo (2008), é inerente à compreensão da situação de fala pelos participantes do ato comunicativo.

### 2.1.2 – A necessidade: causa efetiva

Nesse caso, a proposição A1 resulta na proposição A2; a negação de A1, por sua vez, resulta, obrigatoriamente, na negação de A2. A negação de A2, no entanto, não pressupõe a obrigatoriedade da negação de A1, da mesma forma que ocorre na *possibilidade*. Observem-se as relações lógicas e suas realizações linguísticas no exemplo a seguir, extraído de Charaudeau (1992), bem como seu respectivo diagrama:

[A1 – (Cond. Nec.) → A2];

(06) “(A1 → A2): ter 45 F → ver o filme

(n. A1 → n. A2): não ter 45 F → não ver o filme

(n. A2 não pressupõe n.A1): ‘não ver o filme’ não pressupõe ‘não ter 45 F’.<sup>35</sup>

(CHARAUDEAU, 1992, p. 528, tradução nossa)

Se a negação de A1 é acompanhada, obrigatoriamente, da negação de A2, pode-se inferir, então, que não é possível obter A2 sem A1, ou seja, que A1 é condição necessária para a existência de A2. No terceiro dos pressupostos acima formulado, a

<sup>35</sup> Do original: “(A1 → A2): ‘avoir 45 F’ ⊕ ‘voir le film’

(n. A1 → n. A2): ‘ne pas avoir 45 F’ → ‘ne pas voir le film’

(n. A2 ne suppose pas n. A1): ‘ne pas voir le film’ ne suppose pas ‘ne pas avoir 45 F’”.

(CHARAUDEAU, 1992, p. 528)

negação de A2 não exige, obrigatoriamente, a negação de A1; pode-se, então, dizer que “A1 é uma das condições para obter A2 e que, sob essa condição, ela é necessária”<sup>36</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 528, tradução nossa). A negação de A2, assim, não implica a negação de A1; acrescentamos que o fato de A1 ser uma das condições para a obtenção de A2 mostra, por si só, que A1 existe como uma das causas possíveis para a consequência A2, o que nos leva a relacionar esse caso com a relação de causa *efetiva*. O efeito (A2) – não ver o filme – não pressupõe que não se tenha o dinheiro da entrada do cinema. A pessoa pode ter esse recurso e, ainda assim, decidir não ver o filme.

### 2.1.3- O irrefutável/inelutável: causa eficiente

Neste caso, ocorre uma relação de interdependência, na qual A1 resulta em A2, mas a negação de A1 não resulta, necessariamente, na negação de A2, o que leva, portanto, à coexistência de A1 e de A2, em uma relação de interdependência. A negação de A2, nessa relação, pressupõe a negação de A1. A seguir, os diagramas e as realizações linguísticas.

$$[A1 - (\text{Cond. Inev.}) \rightarrow A2]$$

(07) (A1  $\rightarrow$  A2): ter um valor  $\rightarrow$  ser raro  
 (n. A1 e A2): não ter um valor  $\leftrightarrow$  ser raro  
 (n. A1 pressupõe n.A2): ‘não ser raro’ pressupõe ‘não ter um valor’.<sup>37</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 529, tradução nossa).

Observa-se que a negação de A2 pressupõe, obrigatoriamente, a negação de A1; isso implica que não se pode conceber a existência de A2 sem A1, natureza própria de uma relação de inevitabilidade. Essa relação não envolve, no entanto, reciprocidade, já que a negação de A1 pode coexistir com A2. Essa propriedade torna, assim, A1 uma condição necessária para A2, caracterizando a relação lógica de causa *eficiente*. No exemplo (07), em A1 observa-se que nem todos os objetos de valor alto são necessariamente raros; por outro lado, o caráter de raridade exige algum tipo de valor, ainda que não necessariamente pecuniário. Linguisticamente, um quantificador indefinido como *tudo*, por exemplo, pode realizar relações de inevitabilidade.

<sup>36</sup> Do original: “A1 est une des conditions pour obtenir A2 et que, cette condition étant, ele est nécessaire”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 528)

<sup>37</sup> Do original: “(A1  $\rightarrow$  A2): ‘avoir de la valeur’  $\rightarrow$  ‘être rare’  
 (n. A1 e A2): ‘ne pas avoir de valeur’  $\rightarrow$  ‘être rare’  
 (n. A1 suppose pas n. A2): ‘ne pas être rare’ suppose pas ‘ne pas avoir de valeur’”.  
 (CHARAUDEAU, 1992, p. 529)

(08) “Tudo que é de valor é raro.

Tudo o que se move será abatido”<sup>38</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 529 tradução nossa).

Os exemplos em (08) apresentam uma peculiaridade, a qual decorre da forma como a conclusão é enunciada. Para elucidar essa estratégia discursiva, utilizamos o recurso da paráfrase, que nos permite compreender como uma das premissas, a qual não é enunciada, contradiz a conclusão:

1 – Tudo que é de valor é raro (conclusão). Premissa 1 – Joias verdadeiras têm alto valor – Premissa 2 - Joias verdadeiras não são, necessariamente, raras;

2 - Tudo o que se move será abatido (conclusão). Premissa 1 - Na natureza, inúmeros seres se movem. Premissa 2 – Numa situação de combate, nem tudo o que se move representa um inimigo.

Observamos, sobre (08), que a relação lógica da inevitabilidade permite criar silogismos, em decorrência da não reciprocidade entre as asserções. O efeito de sentido obtido torna-se, por essa característica, típico de um falso silogismo.

#### 2.1.4 – A exclusividade: causa real

Nesse caso, de dupla implicação, A1 resulta em A2 e a negação de A1 pressupõe, obrigatoriamente, a negação de A2, conforme ilustrado a seguir pelo diagrama e suas respectivas realizações:

$$\boxed{[A1 - (\text{Condic. Excl.}) \rightarrow A2]}$$

(09) (A1  $\rightarrow$  A2): ter valor  $\rightarrow$  ser raro  
(n. A1  $\rightarrow$  n. A2): não ter valor  $\rightarrow$  não ser raro  
(n. A2  $\rightarrow$  n. A1): ‘não ser raro’ pressupõe ‘não ter valor’.<sup>39</sup>  
(CHARAUDEAU, 1992, p. 530, tradução nossa).

Nesse caso, a negação de A1 resulta na negação de A2, obrigatoriamente. De modo recíproco, a negação de A2 pressupõe, também obrigatoriamente, a negação de A1. Portanto, não se pode conceber a existência de A1 sem A2 (e vice-versa). Essa é uma relação típica de exclusividade, típica da relação lógica de causa *real*, cuja

<sup>38</sup> Do original: “Tout ce qui a de la valeur est rare.” “Tout ce qui bouge sera abattu”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 529)

<sup>39</sup> Do original: “(A1  $\rightarrow$  A2): ‘avoir de la valeur’  $\rightarrow$  ‘être rare’  
(n. A1  $\rightarrow$  n. A2): ‘ne pas avoir de valeur’  $\rightarrow$  ‘ne pas être rare’  
(n. A2 suppose n. A1): ‘ne pas être rare’ suppose pas ‘ne pas avoir de valeur’”.  
(CHARAUDEAU, 1992, p. 530)

realização linguística pode-se dar com um quantificador indefinido como *só*, conforme exemplo a seguir:

(10) “Só aquilo que tem valor é raro.”<sup>40</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 530, tradução nossa).

Da mesma forma que nos exemplos de (08), utilizaremos aqui o mecanismo da paráfrase para visualizar melhor a forma como a relação de exclusividade, conforme os exemplos apresentados, faculta a contestação por também admitir o silogismo.

1 – Só aquilo que tem valor é raro (conclusão). Premissa 1: Objetos raros têm valor (pecuniário). Premissa 2: Nem todo objeto de alto valor pecuniário é raro (por exemplo, o automóvel da marca Ferrari, que é raro de se ver, mas não para se comprar). Em (10), observamos que a paráfrase construída, a qual retoma o exemplo (09), apresenta o mesmo efeito de não reciprocidade entre as asserções.

O quadro seguinte apresenta um resumo das condições lógicas conforme propostas por Charaudeau (1992):

#### QUADRO 1 . Resumo das condições lógicas

Relação de Causalidade	A1 -----→A2		
Cond. Possibilidade	A 1 → A2	n. A1 → A2	n. A2 não pressupõe n. A1
Cond. Necessidade	A 1 → A2	n. A1 → n. A2	n. A2 não pressupõe n. A1
Cond. Inevitabilidade	A 1 → A2	n. A1 e A2	n. A2 pressupõe n. A1
Cond. Exclusividade	A1 →A2	n. A1 → n. A2	n. A2 pressupõe n. A1

Fonte: Charaudeau (1992, p. 530, tradução nossa)<sup>41</sup>.

Ao comparar esse quadro com os níveis de causalidade propostos por Neves (2008 e 2000), [cf. cap. 1] estabelecemos um paralelo entre as definições lógicas dos dois autores, pelo fato de Neves (2008, 2000) não mencionar as condições lógicas ao usar os termos causa real, eficiente, efetiva e possível (a causa formal).

<sup>40</sup> Do original: “Seul ce qui a de la valeur est rare”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 530)

<sup>41</sup> Do original: Résumé des Conditions Logiques

Rel. “Causalité”	A1 -----→A2		
Cond. Poss.	A 1 → A2	n. A1 → A2	n. A2 ne supp. pas n. A1
Cond. Néc.	A 1 → A2	n. A1 → n. A2	n. A2 ne supp. pas n. A1
Cond. Inél.	A 1 → A2	n. A1 et A2	n. A2 supp. n. A1
Cond. Excl.	A1 →A2	n. A1 → n. A2	n. A2 supp. n. A1

Fonte: (CHARAUDEAU, 1992, p. 530)

**QUADRO 2.** Comparação relação de causalidade *versus* condição

Relação de Causalidade - A1 -----> A2	
<i>Tipo de condição</i>	<i>Tipo de Causa</i>
Possibilidade	Formal
Necessidade	Efetiva
Inevitabilidade	Eficiente
Exclusividade	Real
(CHARAUDEAU, 1992)	(NEVES, 2008-2000)

### 2.1.5 – As perspectivas do valor de verdade

Charaudeau (1992) postula que os valores de verdade consistem em critérios semânticos e lógicos que permitem verificar a plausibilidade da ligação entre duas asserções. Eles são medidos, por um lado, pela asserção de base (A1) e, por outro, por meio da relação [A1 → A2]. Esses valores dependem do grau de realização das asserções (efetividade\eventualidade) e de seu modo de aparição (único ou em repetição). A combinação dessas duas categorias de pares semânticos permite discernir, para cada ligação de asserções, como as condições existentes em A1 podem ser interpretadas de acordo com as subcategorias lógicas da causa, a saber, real, eficiente, efetiva, formal e pseudo-causa.

Na perspectiva generalizadora, a relação [A1 → A2] é apresentada como a descrição de um fato de experiência, de um saber ou de uma lei da natureza, que se repetem da mesma maneira, escapando, dessa forma, à divisão temporal. Charaudeau (1992) usa, para essa perspectiva, o qualificativo *extra-temporal*.

A asserção de base (A1) torna-se, dessa forma, objeto de uma quantificação totalizante que, semanticamente, traduz subentendidos os quantificadores indefinidos totalizantes *tudo, todos*, os de exclusividade *só, somente* ou *unicamente* e, ainda, os iterativos *cada vez que* e *à força de*, conforme a seguir.

(11) “Se nos empenharmos na vida, triunfamos”<sup>42</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 531, tradução nossa).

O exemplo (11) apresenta, sob um artifício enunciativo peculiar, uma conclusão falha, típica de um falso silogismo. Verificamos, ao mesmo tempo, duas falhas na

<sup>42</sup> Do original: “Si on s’acharne dans l’avie, on réussit (a force de)”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 531).

argumentação. Por um lado, a falta de uma segunda premissa relacionada à primeira, a qual pode ser descrita por *o êxito é o resultado do empenho pessoal*. Na segunda falha, ao aplicarmos um contra-argumento, tal como *nem todos os que se empenham na vida triunfam*, a conclusão mostra sua fragilidade, pelo fato de a asserção A1 não constituir uma condição essencial para o efeito mencionado como consequência, mas sim uma de muitas condições prováveis, o que faz esse exemplo adequado à relação lógica de causa formal, ao apelar para uma condição provável.

Na perspectiva particularizante, a relação  $A1 \rightarrow A2$  é apresentada como a descrição de um fato único que é considerado de acordo com sua enunciação (ou visão de singularização). Pode-se realizar sob duas formas: na primeira, A1 e A2 produzem-se como efetivos, sendo possível constatar-los como fatos reais. Na segunda, A1 e A2 apresentam caráter eventual, em um efeito de realização prospectivo. Os dois próximos exemplos ilustram essas possibilidades de relação.

(12) “Se partir cedo (A1), então chegará cedo (A2)”<sup>43</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 531, tradução nossa)

Em (12), as proposições (A1) e (A2) são efetivas. A proposição A1 constitui uma condição inevitável para a realização de A2, relação típica de causa eficiente. Observamos ainda uma negação recíproca de A1 e de A2.

Na segunda forma (cf. 13, abaixo), A1 é efetiva e A2 é eventual, configuração de natureza prospectiva. Notamos que este formato é próprio da subordinação circunstancial final.

(13) “Há de se partir cedo (A1), para se chegar cedo (A2)”<sup>44</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 531, tradução nossa)

Quanto à relação lógica subjacente em (13), ressaltamos que é a mesma de (12), já que a mudança, no exemplo atual, reforça que A2 está localizado no marco da eventualidade de sua realização.

Na perspectiva hipotética, a relação  $A1 \rightarrow A2$  é descrita como um fato ou saber eventual, no qual a realização depende de condições de maior ou menor grau de certeza. Essa abordagem pode gerar três casos: eventualidade presente, futura ou passada, ilustrados, respectivamente, a seguir.

---

<sup>43</sup> Do original: “Il est parti tôt (A1) donc il est arrivé tôt (A2)”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 531).

<sup>44</sup> Do original: “Il est parti tôt (A1), pour arriver tôt (A2)”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 531).

(14) “Se eu não me retirar, ele me esmagará”<sup>45</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 531, tradução nossa).

Em (14), A1 e A2 apresentam-se dentro de um enfoque de presente eventual.

No segundo caso, A1 apresenta um enfoque de eventualidade presente ou futura e A2, por sua vez, uma eventualidade futura.

(15) “Se eu soubesse (nesse momento) o que ele pensa (A1), eu agiria de outra forma”<sup>46</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 531, tradução nossa)

Na terceira abordagem, tanto A1 quanto A2 estão presentes em um enfoque de eventualidade passada:

(16) Se eu soubesse naquela época (A1), não teria enveredado por esse caminho (A2)”<sup>47</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 531, tradução nossa)

A perspectiva hipotética permite, ainda, a combinação com as perspectivas generalizadora e particularizante.

Algumas observações a respeito dos exemplos (14), (15) e (16) fazem-se necessárias, para melhor compreensão da relação lógica subjacente em cada um. Em primeiro lugar, observamos que a consequência não necessariamente pode ser associada a uma conclusão. Na elaboração de um silogismo, a conclusão deve, por obediência ao modelo clássico desse tipo de argumento, conter as premissas maior e menor. Nos três exemplos anteriores, a asserção A2 configura um resultado ou consequência associado a A1, sem, no entanto, concluir um encadeamento das proposições maior e menor.

Em (14) é preciso, entender que o enunciado em si mesmo já apresenta a negação de A1: *Se eu não me retirar, ele me esmagará*. A negação de A1, por sua vez, consiste em *se eu me retirar*, requer a negação de A2 – *ele não me esmagará*. A negação de A2, por sua vez, *ele não me esmagará*, pode coexistir com A1, que já está em forma negativa. Trata-se, assim, da relação lógica de causa efetiva

O exemplo (15) mostra, pelo recurso da negação, que a negação de A1 obriga a negação de A2, para que seja comprovada a validade das asserções relacionadas (seu caráter de verdade), conforme paráfrase [*Se eu NÃO soubesse (nesse momento) o que*

---

<sup>45</sup> Do original: “Si je ne me retire pas (A1), il m’écraiserá (A2)”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 531).

<sup>46</sup> Do original: “Si je savais (à l’heure actuelle) ce qu’il pense (A1), j’agirais autrement (A2)” CHARAUDEAU, 1992, p. 531).

<sup>47</sup> Do original: “Si j’avais su à l’époque (A1), je ne me serais pas lancé dans cette voie (A2)”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 531).

*ele pensa (A1), eu NÃO agiria de outra forma]* a negação de A2, por sua vez, pressupõe a negação de A1 [*eu NÃO agiria de outra forma, se eu NÃO soubesse (nesse momento) o que ele pensa (A1)*]. Tal estrutura de negação, típica da condição de exclusividade (com expressão de reciprocidade) é própria da relação lógica de causa real.

No exemplo (16), por sua vez, trata-se de uma negação de outra natureza, a qual está subentendida na asserção A1 e explícita em A2: *se eu soubesse naquela época = eu não sabia, não teria ido por esse caminho*. A negação de A1, então, requer a negação de A2 para manter a mesma estrutura lógica existente em (16): *se eu não soubesse naquela época, (ainda assim, acrescentamos) teria ido por esse caminho*. A negação de A2, por sua vez, também requer a negação de A1, o que leva a A1 ser da natureza de uma condição exclusiva para A2, propriedade da causa *real*.

### **2.1.6 – As categorias da causalidade**

A relação de causalidade apresenta categorias que são resultantes da combinação de uma condição lógica com o valor de verdade. Essa subdivisão é prevista, já no discurso filosófico, pelo recurso às *concausas* (ABBAGNANO, 2007) que, no sentido platônico, incluiriam o conjunto de causas que vão além do escopo da causa real. Para Charaudeau (1992), o valor de verdade permite diferenciar, dessa forma, três subcategorias dentro da relação de causalidade: (i) na perspectiva generalizadora, a implicação; (ii) na perspectiva particularizante, a explicação e (iii), na perspectiva hipotética, a hipótese. Optamos por resenhar, de modo objetivo, a implicação e, de modo mais detalhado, a explicação, em razão da natureza dos dados dessa pesquisa.

#### **2.1.6.1 - A implicação**

Como uma relação de causalidade de teor generalizador, seu movimento de raciocínio une, globalmente, a asserção de base A1 à asserção dependente (A2). O termo dependente, nesse contexto, remete à articulação semântica entre as orações; por esse fator não significa obrigatoriamente uma correspondência com as orações subordinadas adverbiais causais. Apresentamos as características mais gerais da implicação condicional.

### 2.1.6.1.1 - A implicação condicional

Esse subtipo satisfaz uma condição *necessária*, o que significa que a asserção de base (A1) coloca-se entre as condições possibilitadoras, como aquelas em que a negação de A1 resulta, obrigatoriamente, na negação de (A2), que pode ocorrer tanto na relação lógica de causa efetiva quanto na de causa real.

(17) “Se bebemos, eliminamos. Beba X (Publicidade)<sup>48</sup>”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 532, tradução nossa)

Os principais marcadores para a relação de implicação condicional são *se... então...* Há obviamente outros marcadores que introduzem a asserção de base A1 e que trazem, cada um, diferentes nuances semânticas.

Conforme justificamos no início dessa subseção, devido à natureza dos dados dessa pesquisa, passaremos a tratar de uma categoria mais relevante para o tratamento dos dados, quer sejam as propriedades intrínsecas, o conceito e as marcas formais pelas quais pode ser identificada, linguisticamente, a explicação causal.

## 2.2 – A explicação

Constitui uma relação de causalidade de perspectiva particularizante, em que o movimento da reflexão pretende apoiar uma das asserções, para ponderar ou alcançar a outra. Ressaltamos que, sob o ponto de vista semântico, constata-se a existência de explicação dentro da relação de causalidade, mostrando uma sobreposição de relações, que vai criar, na abordagem morfossintática, certa dificuldade para distinguir entre as categorias coordenada explicativa e subordinada adverbial causal, conforme se observa na tradição gramatical com relativa frequência.

Das subcategorias de explicação, ater-nos-emos à explicação causal, mais diretamente relacionada aos dados dessa pesquisa. As propriedades da explicação indicam tratar-se de um componente de natureza lógico-semântica, conforme Neves (2000), para quem a explicação causal inclui

construções com relação causal entre predicções ou entre proposições (entre orações) [...] não se trata propriamente de realidade, mas de factualidade da

---

<sup>48</sup> Do original: “Si on boit, on elimine. Buvez X (Publicité)”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 532).

relação causal: a questão não é dois estados de coisas serem causalmente relacionados, mas é o falante apresentá-los assim. Desse modo, considerando-se que a causalidade é enunciada, e não (cientificamente) comprovada, ela deve ser entendida como referente a qualquer zona que se situe no amplo espectro que vai, por exemplo, da causa eficiente à justificação, passando por relações como razão, motivo e explicação. (NEVES, 2000, p. 816)

O espectro ao que se refere Neves (2000) exclui a relação lógica de causa real, que, por apresentar A1 como condição exclusiva para A2, tem menor potencial argumentativo. Dessa forma, os termos *razão*, *motivo*, *explicação* e *justificação* designariam relações mais eficazes quanto à sua capacidade argumentativa, nas quais a quantidade de condições evocadas na asserção A1 é maior ou, ainda, instaurada no nível de proposições, cujo valor de verdade não lhes é intrínseco e sim afirmado pelo falante. Segundo os mecanismos lógicos da enunciação de proposições, apresentamos nas subseções seguintes as propriedades da explicação causal e da explicação consequential, ambas pertinentes para a abordagem do objeto de estudo dessa pesquisa, conforme descritas por Charaudeau (1992).

### 2.2.1 – A explicação causal

Essa subcategoria da explicação, chamada por Charaudeau (1992) como *a causa*, distingue-se pelo movimento do raciocínio, que parte da existência da asserção A2 para remontar até sua origem, a asserção A1, cuja existência representa o princípio ou a fonte de A2, utilizando uma estrutura lógica do tipo  $A2 \rightarrow \text{PORQUE } A1$ .

A explicação causal traz, ao mesmo tempo, outra propriedade, a de repousar sobre uma condição inevitável, já que justifica aquilo que A2 postula, ou seja, a existência de A1. O atributo *inevitável* utilizado pelo linguista, por sua vez, inclui as relações lógicas de causa eficiente, de causa efetiva e de formal, conforme demonstraremos nos exemplos dessa subseção.

(18) “Chegou cedo *porque* saiu cedo”<sup>49</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539, tradução nossa)

Em (18), observamos que o que o linguista denomina como *condição inevitável* constitui, pelo contexto, uma *condição com alto grau de probabilidade*. No modelo

---

<sup>49</sup> Do original: “Il est arrivé tôt parce qu’il est parti tôt”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539)

[A2 → PORQUE A1], a asserção A2 (chegar cedo) depende, em grande parte, de A1 (sair cedo), mas não é determinada por A1, haja vista os inúmeros problemas que podem ocorrer a qualquer pessoa que sair cedo de um lugar para ir a outro e que porventura não consiga chegar ao destino na hora prevista. Esse tipo de raciocínio, aparentemente fundado sobre uma relação lógica do tipo causa eficiente, em que a condição expressa em A1 (sair cedo) é uma dentre outras e, ainda assim, necessária para determinar A2 (chegar cedo), permite a criação de falácias, argumentos inconsistentes que tentam provar a eficácia do que se alega.

Alguns marcadores são mais propícios para a expressão da explicação causal, segundo Charaudeau (1992). Nos exemplos seguintes, pelo fato de se tratar de uma língua românica diferente do português, procuraremos identificar, pelo contexto, quais são as equivalências que sinalizam contextos de variação e, no caso de não ser possível, quais as especificidades de uso que indicam valores argumentativos diferentes e, portanto, contextos de distribuição complementar. Em alguns dos marcadores que usam o recurso da explicação causal esses contextos são tão específicos que não se podem associá-los a contextos de distribuição complementar, conforme se verá na análise de tais marcadores no decorrer dessa subseção.

Charaudeau (1992) enfatiza que o marcador por excelência para a expressão de causa é *porque* (no original, *parce que*). Há, no entanto, uma série de formas que podem introduzir a asserção causal A1, contribuindo com diferentes nuances semânticas. O conector *como* + *indicativo* evidencia a causa:

(19) “*Como* estou sem colaborador, meu trabalho não avança”<sup>50</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539, tradução nossa)

Em (19), a asserção A1 (estar sem colaborador) é colocada como uma condição necessária (dentre outras) para determinar a consequência expressa em A2 (o trabalho não avançar), o que caracteriza, por essa natureza lógica, uma relação de causa eficiente.

Além de *como*, que aparece na posição inicial o período, existem também marcadores de causa que podem ocorrer no meio do período, iniciando a oração em que se introduz a causa. Esses marcadores são os descritos a seguir: *Uma vez que*, *visto que*,

---

<sup>50</sup> Do original: “Comme je suis sans collaborateur, mon travail n’avance pas”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539)

*dado que e considerando que* (na linguagem jurídica e administrativa), *visto que*, todos com indicativo.

(20) “Há poucos clientes, *visto que* o tempo está ruim”<sup>51</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539, tradução nossa).

A disposição da informação nas asserções coloca a consequência A2 (haver poucos clientes) como sendo determinada por A1 (o tempo estar ruim). A relação entre as duas asserções, no entanto, é de natureza mais frouxa, o que faz com que A1 possa ser vista como uma de várias condições possíveis para a existência de A2. Podem ser arroladas várias outras, que são plausíveis em diversos contextos de comércio, como, por exemplo, os compradores estarem sem dinheiro, haver outro comércio com preços mais atrativos, etc. A1, da maneira como é apresentada, por si só expressa um fato que não constitui uma condição necessária para haver poucos clientes. O enunciador, portanto, é que concebe A1 como uma condição que determina A2, o que nos leva a postular que subjaz, em (20), uma relação lógica do tipo causa formal.

O marcador em destaque em (20) introduz uma asserção causal que apresenta distribuição da informação no modelo dedutivo, descrita no formato [A2, informação dada → PORQUE A1, informação nova], a qual subjaz no conjunto de marcadores da explicação causal colocados à direita da forma em negrito, dotando-os, portanto, do valor de formas variantes nesse contexto específico. A condição lógica subjacente, típica de causa formal, não se altera: Há poucos clientes (A2), ***visto que/porque/uma vez que/dado que/considerando que*** o tempo está ruim (A1). (CHARAUDEAU, 1992, p. 539, tradução nossa).

O exemplo (19), ao ser retomado, permite ilustrar um conjunto de marcadores da explicação causal que configuram um contexto de variação sob condições específicas: *Como/Porque/uma vez que/dado que/considerando que* estou sem colaborador (A1), meu trabalho não avança. (A2)

Todos os marcadores em destaque podem ocorrer antepostos, mantendo as propriedades da asserção A1, quais sejam, a relação lógica de causa formal e o modelo dedutivo na disposição da informação, que se inicia em A1, cujo valor é o de uma premissa, para se chegar a A2, uma conclusão necessária e evidente. Nessa disposição da informação eles configuram entre si um contexto de variação.

---

<sup>51</sup> Do original: “Il y a peu de clients, vu que la saison est mauvaise”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539)

Vê-se, pois, que as variáveis posição na sentença e o modo verbal determinam o efeito de sentido, o que pode ser visto, além de *como*, com *pois* e *efetivamente*, (*car* e *en effet*, no original) no início da sentença com indicativo. No caso do próximo exemplo, o efeito obtido é argumentativo, como resultado de um leque de condições plausíveis em A1 para determinar A2.

(21) “Ele foi despedido *pois* está muito velho”<sup>52</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539, tradução nossa).

Observamos que A2 (ser despedido) é uma consequência relacionada e determinada por A1 (ser velho). A relação lógica entre as duas asserções também se apresenta como uma forma de relação muito frágil, dado que não foi explicitado o contexto particular de estabelecimento dessa condição. Relações colocadas dessa forma são ainda mais frágeis, por trazerem implícita na condição determinante (A1) um argumento que tende a ser interpretado como uma proposição, cujo teor de verdade não pode ser provado por si mesmo. Em (21), a eficácia resultante da condição presente em A1 torna-se fortemente discutível, se interpretamos a relação [A2 → *pois* A1] no contexto de uma legislação voltada para o estabelecimento de direitos trabalhistas, em que a conclusão A2 adquire, assim, um caráter falho, típico de um argumento construído sobre uma falácia. Observamos, assim, que a justificativa de A2 é feita sobre uma relação lógica que denominamos, nessa pesquisa, como pseudo-causa, a qual se instaura sobre argumentos construídos de forma facilmente contestável, nos quais a existência de A2 precisa ser justificada sobre A1 que, por sua vez, está bem distante de constituir uma condição possível dentre as que determinariam A2.

As características do exemplo (21) são típicas do modelo indutivo, no qual A2 codifica a informação nova e A1 a informação dada. Nesse contexto, o marcador *porque* configura um contexto de distribuição complementar: [Ele foi despedido (A2) *pois/com efeito/(\*)porque* está muito velho (A1)];

Os marcadores *pois* e *com efeito* codificam em A1 o valor de conclusão, diferentemente do *porque*, que mantém o valor causal. O valor argumentativo de *pois* e *com efeito* pretende, por assumir pragmaticamente a forma de uma conclusão, ter maior poder de convencimento.

---

<sup>52</sup> Do original: “Il a été congédié car il était trop vieux. ”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 539)

Outra possibilidade de construir a argumentação é valer-se da causa para obter um efeito de sentido quantitativo ou intensificador, mediante o uso dos marcadores *tão/tanto ... que*, e *ao ponto que* seguidos de indicativo.

(22) “Ele está tão rico que não sabe mais o que fazer de seu dinheiro”.<sup>53</sup>  
(CHARAUDEAU, 1992, p. 540, tradução nossa)

O exemplo (22) apresenta uma particularidade, expressa por uma dupla caracterização da relação existente entre as asserções. A tradição gramatical considera essa relação como subordinada adverbial consecutiva; a perspectiva semântica de Charaudeau (1992), por sua vez, inclui essa relação como um dos subgrupos da explicação causal, da mesma forma que a Gramática da RAE (2009), que menciona um subgrupo das subordinadas circunstanciais, as *causais-consecutivas*.

Em (22) está codificado o modelo indutivo na distribuição da informação, em que [ele está tão rico (A2), informação nova → *que* não sabe o que fazer de seu dinheiro (A1)], codifica a informação dada. A causa expressa em A1 é colocada como um juízo de valor, ou seja, uma proposição como origem e justificativa que pretendem apoiar a asserção A2. A validade de A1, por sua vez, aproxima-se não de uma condição possível, mas sim de uma opinião que se assemelha ao senso comum, propriedade da relação lógica de causa formal. Apesar de utilizar o recurso semântico discursivo da explicação causal para apoiar uma das asserções, a explicação consecutiva não chega a configurar contexto de distribuição complementar com a forma prototípica *porque*, devido ao efeito quantitativo ou intensificador constituído a partir da causa, na explicação consecutiva, que se perderia com a forma *porque*.

Um dos matizes obtidos pelos marcadores da explicação causal é a ideia de tempo, mediante as formas *desde que*, *desde o instante em que* e *no momento em que*.

(23) “No momento em que você me pediu, dei-lhe o lugar”<sup>54</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 540, tradução nossa).

O exemplo anterior cria um efeito de sentido pragmático um pouco diferente do que seria próprio para a explicação causal, o qual é resultante do marcador de valor temporal que localiza A1 em uma posição pontual para justificar A2. A condição lógica

---

<sup>53</sup> Do original: “Il était tellement (si) riche, qu’il ne savait plus quoi faire de son argent”.  
(CHARAUDEAU, 1992, p. 540)

<sup>54</sup> Do original: “Du moment que vous me le demandez, je vous cède la place”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 540)

subjacente ao uso do marcador temporal, por sua vez, é típica da causa eficiente, a qual admite como opção alguma outra que possa representar, tanto quanto a expressa em A1, uma ação pontual.

Essa pontualidade, por sua vez, retira a possibilidade de ampliar o valor argumentativo de A1 ao restringir as opções de condições dentre as possíveis em A1. O uso do *porque*, por outro lado, ampliaria o leque de condições possíveis em A1, o que mostra a diferença entre os valores temporal e causal.

Ao substituir o marcador temporal pelo *porque*, perder-se-ia o valor temporal da explicação causal, conforme o teste a seguir: [Dar-lhe o lugar (A2) → *no momento em que/porque* você me pedir (A1)]. A explicação causal mediante marcadores da ideia de tempo, da mesma forma que na explicação consecutiva, descaracterizaria seu componente semântico-discursivo, a pontualidade do marcador temporal.

Existem ainda marcadores como *sob o pretexto de que* e *não é porque... que*, cujo matiz é apresentar a causa como não justificada ou invalidada por outra causa verdadeira.

(24) “Ele o forçou a lhe emprestar dinheiro, *a pretexto de ter lhe ajudado antes*”<sup>55</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 540, tradução nossa).

A estrutura [Forçar-lhe a lhe emprestar o dinheiro (A2) → *sob o pretexto de que* haver feito o serviço antes (A1)] mostram que a causa verdadeira (ou relação lógica de causa real) não foi enunciada e sim associada a uma condição frágil, lexicalmente expressa no marcador *sob o pretexto de que* existente em A1. A conotação lexical de *pretexto*, por sua vez, já evoca algo que não é verdadeiro, matiz de significado que não pode ser expresso pelo conector prototípico *porque*.

Há também marcadores que podem ser construídos com um nome, a exemplo de *com, dado(a), visto, previsto, considerando, a, para, por, por causa de* (razão negativa), *graças a* (razão positiva), *após (a)* (sucessão temporal) e *sob* (a dependência, a influência, a pressão, a impressão de). Acrescentamos *devido a*, não previsto pelo linguista mas que é de uso corrente tanto no português quanto no espanhol.

(25) “Ele falhou *por causa de* sua leviandade”<sup>56</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 540, tradução nossa).

---

<sup>55</sup> Do original: “Il l’a obligé a lui prêter de l’argent, sous prétexte qu’il lui avait rendu service auparavant”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 540)

A relação lógica subjacente em (25) permite compreender A1 como uma condição extremamente frágil no conjunto das condições que poderiam determinar a existência de A2; por essa característica, a conexão é própria da relação de causa formal.

Os marcadores da explicação causal de base nominal e preposicional ocorrem com construções específicas, conforme a posição de cada um desses itens nas asserções e, ainda, dentro das sentenças. Há que se agregar ao componente formal o componente semântico discursivo associado a cada um desses marcadores. Charaudeau (1992) ressalta que, diante de um escopo tão diversificado de opções, uma das variáveis que permite interpretar a escolha de determinado marcador para a explicação causal é a orientação argumentativa dada ao raciocínio, que pode ser indutiva ou dedutiva entre as asserções A1 e A2.

Acreditamos que essa orientação lógica do raciocínio possa se constituir como um critério válido para a distinção semântica entre causa e explicação. Na primeira das categorias, pelo artifício da indução, parte-se de dados particulares para criar uma proposição mais geral, que deixa aberta a possibilidade de refutação. Na explicação, por outro lado, ao ser utilizado o artifício da dedução, parte-se de uma ou mais premissas aceitas como verdadeiras para formular uma conclusão relacionada à(s) premissa(s) e evidente. O fato de encerrar o raciocínio com uma conclusão expressa um efeito de sentido de bloquear as possibilidades de refutação do raciocínio, tarefa que vai exigir maior esforço do interlocutor para analisar e julgar a validade da(s) premissa(s) e da conclusão.

Os marcadores *parce que* (porque) e *puisque* (já que) (tradução nossa) apresentam as nuances da escolha pela orientação dedutiva ou indutiva.

(26) “Eu estou saindo *porque* você não quer compreender” e “*Já que* você não quer compreender, estou saindo<sup>57</sup>” (CHARAUDEAU, 1992, p. 541, tradução nossa).

Em (26), a primeira organização das sentenças, [Eu estou saindo (A2) *porque* você não quer compreender (A1)] reproduz um raciocínio indutivo, no qual subjaz a estrutura [A2  $\rightarrow$  *porque* A1]. A escolha pela organização sintática das informações, nesse modelo indutivo, localiza em A2 a informação nova, supostamente não

---

<sup>56</sup> Do original: “Il l’a échoué à cause de sa légèreté”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 540)

<sup>57</sup> Do original: “Je m’en vais parce que tu ne veux pas comprendre” e “Puisque tu ne veux pas comprendre, je m’en vais”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 541)

conhecida, para se chegar à informação dada que lhe serve de apoio. A relação lógica subjacente, nessa organização, apresenta-se como típica da causa formal, pois a validade da asserção A1, criada para justificar a existência de A2, contraria a expectativa de que o falante insistiria com seu interlocutor, visando o objetivo (a compreensão).

Na segunda forma de apresentar as sentenças, o raciocínio dedutivo é construído a partir da estrutura [*Já que* A1, A2]. A formulação do raciocínio parte de uma asserção com valor de premissa, a informação dada (A1), para obter uma conclusão necessária e evidente (A2), a informação nova. O caráter de verdade da conclusão não só depende do teor de verdade da asserção A1, como também está vinculado a ele. O marcador utilizado em [A1 (*já que*)] introduz, por sua vez, um juízo de valor que se insere no plano lógico das proposições e que não sustenta a veracidade nem da proposição nem da conclusão derivada dela. Nessa segunda formulação, mantém-se, assim, a relação lógica de causa formal.

O conceito de explicação causal mostra-se, portanto, de fundamental importância para os objetivos desta tese, devido à sua relação com os conectores e as locuções descritos no capítulo 1 como característicos para a subordinação adverbial causal e a coordenação explicativa.

### **2.2.2 - A explicação consequencial**

Nesse tipo de relação entre asserções, a organização das sentenças parte da existência de A1 para conduzir à existência de A2, dependente da primeira. O marcador coloca em evidência não a causa em si, mas a consequência, expressa por A2. Do ponto de vista da forma, os marcadores mais usuais para a explicação consequencial são *então, de modo que e assim*.

Há, no entanto, outros marcadores que introduzem a asserção consequencial (A2) e que trazem nuances particulares, por exemplo, quando se deseja expressar a consequência de um fato, pelo uso das formas *a partir desse fato, assim, em consequência, de repente* (para efeito de sentido de imediatismo), *de modo, de lá* (para sucessividade), *é por isso e também* (com inversão de verbo/pronome). Ressaltamos que não temos elementos suficientes, nessa resenha, para dizer se a explicação consequencial traduzida do francês corresponde exatamente ao sentido literal que se buscou manter.

(27) “Mais amor, *assim*, mais alegria”<sup>58</sup>. (CHARAUDEAU, 1992, p. 541, tradução nossa)

A organização das asserções segue a estrutura lógica [Mais amor (A1) ENTÃO mais alegria (A2)], em que A1 se constitui como uma condição inevitável para determinar a existência de A2, resultante de uma conexão de proximidade, criando a expectativa de que a noção abstrata constante em A1 resulte em alguma noção correlata em A2 (A1 – amor, A2, alegria). A relação lógica subjacente, nesse caso, é típica de causa eficiente.

Os elementos desse grupo, no entanto, codificam valores semânticos e morfossintáticos diferentes, delimitados por seus contextos específicos de uso. No conjunto dos marcadores descritos para a explicação consequencial, somente duas formas configuram contexto de variação, conforme a seguir: [Mais amor, *assim/em consequência*, mais alegria].

Outro dos matizes que podem ser associados à explicação consequencial é o de uma maneira de fazer, expressa pelos marcadores *de tal maneira/jeito/modo que, assim, desse jeito* ou *dessa maneira*.

(28) “Todos protestaram, mas ninguém se mexeu por melhores condições de trabalho. *Assim* nunca conseguiremos nada”<sup>59</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 542, tradução nossa).

Observamos em (28) a estrutura lógica típica de causa eficiente, em que [Protestar e não agir (A1) determinam a existência de “Não conseguir nada” (A2)]. A1 mostra-se, por isso, como uma condição necessária para A2.

Os demais marcadores cumprem a mesma função, característica que permite afirmar que configuram com o marcador usado em (28) um contexto de variação.

O próximo matiz da explicação consequencial é adequado para descrever os dados dessa pesquisa, conforme será delimitado no próximo capítulo, na metodologia.

Esse último grupo dentro da explicação consequencial faculta a propriedade de expressar um resultado, com o uso de formas tais como *resultado, total, consequência* e *balanço* e, com ênfase em algum ensinamento moral, pelos marcadores *a moral da história é que, moral da história* ou simplesmente *moral*.

---

<sup>58</sup> Do original: “Plus d’amour partant plus de joie”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 541)

<sup>59</sup> Do original: “Tout le monde a protesté, mais personne n’a bougé pour obtenir de meilleures conditions de travail. Ainsi on n’obtiendra jamais rien”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 542)

(29) “Ele sempre nos promete o que ele não cumpre. *Moral*, como na história do lobo e do pastor, ninguém lhe dá trabalho algum.”<sup>60</sup> (CHARAUDEAU, 1992, p. 542, tradução nossa)

A resenha feita a partir das considerações de Charaudeau (1992), ao abordar o valor de verdade implícito na relação de causalidade de perspectiva generalizadora (a implicação) e de perspectiva particularizante (a explicação), habilita-nos a estabelecer um contraponto com as categorias descritas no Capítulo 1 desta pesquisa como *subordinação causal* e *coordenação explicativa*. Essas duas categorias, cujas propriedades morfossintáticas distintivas são, respectivamente, dependência e independência sintática, encontram um paralelo, na abordagem semântica, com o subgrupo da explicação causal, o qual pode ser identificado, sobretudo, pelos marcadores da relação causal. A abordagem semântica, no entanto, amplia o escopo da relação de causalidade ao incluir como subgrupos categorias que o enfoque tradicional não inclui na relação de causa, como a explicação consequencial.

Outra contribuição do enfoque semântico é o de explicitar que, tanto na implicação quanto na explicação, a causa pode ser comprovada cientificamente ou simplesmente enunciada, fator que permite associar as subcategorias de causa às relações lógicas de causa real, de causa eficiente, de causa efetiva, de causa formal e de pseudo-causa.

Com relação ao subgrupo da explicação causal, constatamos que os marcadores colocam a noção de causa na perspectiva de figura, enquanto que a explicação consequencial privilegia a perspectiva de fundo. Essas duas perspectivas serão consideradas nas análises, em função de seu potencial mais ou menos argumentativo.

A próxima resenha, feita sobre as considerações de Eggs (1994), trata das propriedades discursivas dos conectores próprios da subcategoria *explicação causal*. A abordagem desse linguista permitem compreender as restrições ao uso de *pois, já que* e *porque* (*car, puisque* e *parce que*, no original), de acordo com o foco linguístico ou argumentativo (EGGS, 1994).

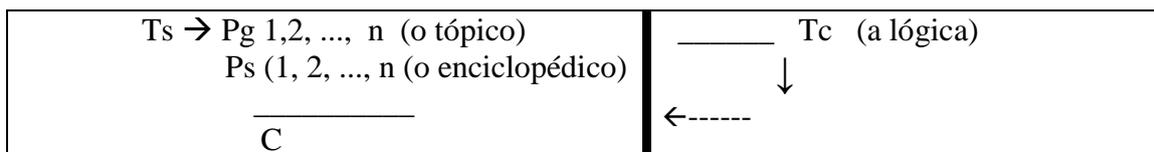
A descrição que ora apresentamos coloca em evidência as propriedades desses conectores/locuções, ao explicar seu papel em um contexto argumentativo. Com essa finalidade, um modelo derivado da lógica de proposições foi elaborado por Eggs (1994); suas propriedades principais são mostrar como de duas premissas se extrai uma

---

<sup>60</sup> Do original: “Il nous fait toujours des promesses qu’il ne tient pas. Moralité, comme dans l’histoire du loup et du berger, plus personne ne lui donne de travail”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 542)

conclusão. Esse modelo representa uma forma canônica de argumentação e nele a argumentatividade [Ts] é a somatória de três componentes: uma [Pg] – premissa genérica, ou *topos* específico –, uma [Ps] – premissa singular, ou plano enciclopédico – e um [Tc] – o plano lógico e inferencial, no qual intervêm os dois tipos de premissas, conforme ilustrado graficamente a seguir.

**ESQUEMA 1. A argumentatividade**



Fonte: Eggs (1994, p. 56, tradução nossa)<sup>61</sup>

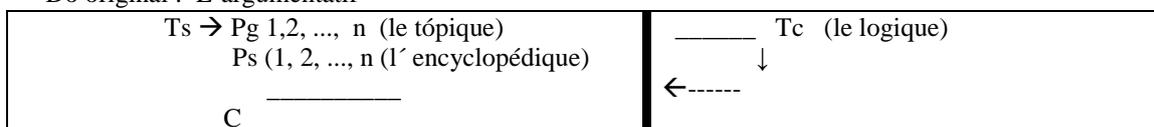
Dentre os pressupostos desse modelo, o plano enciclopédico abarca a aceitação normal do t\u00f3pico e o plano l\u00f3gico tem sentido amplo, ao significar toda forma de racioc\u00ednio necess\u00e1rio ou plaus\u00edvel. Outros dois pressupostos s\u00e3o o relativo \u00e0s posi\u00e7\u00f5es de falante e ouvinte, que n\u00e3o necessariamente coincidem nos planos lingu\u00edstico e argumentativo e, por \u00faltimo, a necessidade de complementar o t\u00f3pico espec\u00edfico ou o fato enciclop\u00e9dico a partir de sua forma lingu\u00edstica.

Nos exemplos a seguir, a aplica\u00e7\u00e3o desse modelo permite descrever as propriedades argumentativas dos conectores *pois*, *j\u00e1 que* e *porque* (*car*, *puisque* e *parce que*, no original), a partir de suas condi\u00e7\u00f5es de emprego. O exemplo a seguir ressalta a inconsist\u00eancia no uso de *j\u00e1 que*, devida \u00e0 natureza da informa\u00e7\u00e3o e \u00e0 participa\u00e7\u00e3o do ouvinte.

(30) “Ser\u00e1 que voc\u00ea est\u00e1 doente (*p*)? *Pois*/\**J\u00e1 que* voc\u00ea est\u00e1 todo p\u00e1lido (*q*)”<sup>62</sup>. (EGGS, 1994, p. 57, tradu\u00e7\u00e3o nossa)

Em (30), a suposi\u00e7\u00e3o [*p* estar doente] e o fato [*q* estar todo p\u00e1lido] n\u00e3o se combinam com o conector argumentativo *j\u00e1 que*, o qual pressup\u00f5e que o ouvinte \u00e9 conhecedor do fato (*q*). O conector *pois*, em portugu\u00eas, poderia ser usado sem preju\u00edzo

<sup>61</sup> Do original : L’argumentatif



Fonte: Eggs (1994, p. 56)

<sup>62</sup> Do original: “Est-ce que tu es malade (*p*)? Car/\*puisque tu est tout p\u00e2le (*q*)” (EGGS, 1994, p. 57)

de sentido, considerando que sua função pragmática é a de introduzir um fato (*q*) que se apresenta como o resultado ou a conclusão de uma suposição (*p*), conforme a seguir: [*Deve estar doente (p) pois está todo pálido (q)*]. Essa configuração na disposição da informação corresponde, na terminologia de Charaudeau (1992), ao modelo dedutivo, segundo o qual o valor de suposição é codificado em A1 a partir da informação dada, para se chegar ao resultado A2, em que se codifica a informação nova e assume a função de uma conclusão necessária e evidente.

A condição de informação compartilhada, não constante de (30), é preenchida no enunciado (31), perfeitamente normal.

(31) “Fale-nos, *já que* estás aqui”<sup>63</sup>. (EGGS, 1994, p. 57, tradução nossa).

Nesse exemplo de Eggs (1994) mantém-se o modelo dedutivo conforme descrito por Charaudeau (1992), no qual A1 codifica a informação dada - *já que* estás aqui – A2 a informação nova, em uma conclusão evidente – fale-nos. Quanto à estrutura morfossintática de (31), típica de um ato de fala injuntivo no enunciado [(*p*) Fale-nos], associa a oração do enunciado [(*q*) *já que* estás aqui] como típica de uma coordenada explicativa, que ocorre sempre posposta nesse tipo de combinação. Neves (2000) considera, para casos de atos de fala injuntivos, duas propriedades, uma morfossintática e outra semântica. Na primeira, constata-se a imobilidade quanto à posição das duas orações envolvidas; na segunda, uma ligação mais frouxa entre os dois enunciados pode ter sido o quesito utilizado, na interpretação tradicional, para associar ligações como a de (31) àquelas típicas de períodos coordenados.

Eggs (1994) postula que o *status* da informação também é uma variável que faculta o uso do conector *pois*, o qual introduz uma informação nova.

(32) “Pierre está em casa, *pois* suas janelas estão iluminadas”<sup>64</sup>. (EGGS, 1994, p. 57, tradução nossa).

A informação nova para o ouvinte, por definição, consiste no fato [(*q*) *janelas iluminadas*]. No argumento implícito de (32), o fato (*q*) mantém o lugar de premissa singular (ou enciclopédica), cujo *topos* pode ser descrito como

[*Tx < as janelas estão iluminadas (q), Pierre deve estar em casa (p)>*]

---

<sup>63</sup> Do original: “Parle-nous, puisque tu es là” (EGGS, 1994, p. 57)

<sup>64</sup> Do original: “Pierre est chez lui, car ses fenêtres son éclairées” (EGGS, 1994, p. 57)

Tal representação mostra, para o conector *pois*, a função de dotar de justificativa argumentativa a premissa (*p*), que surge apoiada em *pois* (*q*), como uma conclusão apoiada pelo *topos Tx* (a somatória das premissas).

No plano lógico, a plausibilidade do *topos Tx* pressupõe que o interlocutor/alocutário conhece o *topos*, pois, do contrário, reconstruiria a premissa (*p*) a partir da forma linguística de (*q*) e poderia ainda refutá-la com um contra-argumento, se não partilhasse da opinião expressa no *topos Tx*. Dito de outra forma, uma refutação provável poderia ser [*Tx* <(*p*) pois (*q*)>] [*Tx*< Pierre não está em casa, pois sempre esquece as luzes acesas>].

Os contextos de uso de *porque* (*parce que*, no original), dos quais *já que* e *pois* (*parce que* e *car*, no original) são excluídos constituem uma parte importante da análise de Eggs (1994), baseado em Barbault (1975). O uso mostra, por um lado, a distribuição complementar, visível em contextos específicos para a ocorrência dos conectores e, por outro, a variação, em que alguns conectores podem ocorrer na mesma posição. Apesar de as gramáticas e manuais tenderem a listar as conjunções (ou conectores) como variantes no contexto, nem sempre essa propriedade se comprova empiricamente, o que se evidencia pela reprodução dos exemplos e das considerações relativas às propriedades argumentativas de cada um dos três conectores.

(33) “Por que ele veio? [Porque/\*pois/\*já que] queria ver Pierre<sup>65</sup> (tradução nossa).

(34) “É [porque /\*pois /\*já que] ele bebeu demais, que está doente<sup>66</sup> (tradução nossa).

(35) “É [porque /\* pois /\*já que] ele está doente, que não pode sair?<sup>67</sup> (tradução nossa).

(36) “Ele partiu, provavelmente [porque /\* pois /\*já que] faz tempo bom”.<sup>68</sup> (EGGS, 1994, p. 58, tradução nossa)

Os exemplos de (33) a (36) apresentam uma propriedade comum, a de que a informação (*q*) constitui um saber dado, conforme descrito a seguir:

(33) (*q*) ele vir - informação dada                      (*p*) querer ver a Pierre

(34) (*q*) estar doente – informação dada            (*p*) beber demais

(35) (*q*) não poder sair – informação dada    (*p*) estar doente

<sup>65</sup> Do original: “Pourquoi est-il venu ? [parce qu’/\*car/\*puisqu] il voulait voir Pierre.

<sup>66</sup> Do original: “Pourquoi est-il venu ? [parce qu’/\*car/\*puisqu] il voulait voir Pierre.

<sup>67</sup> Do original: “C’est [parce qu’/\*car/\*puisqu] il est malade, qu’il ne peut pas sortir ?

<sup>68</sup> Do original: “Il est parti, probablement [parce qu’/\*car/\*puisqu] il fait beau”. (EGGS, 1994, p. 58)

(36) (q) partir – informação dada

(p) fazer tempo bom

*Pois e já que* assumem a função de palavras de ligação e de orientação, na medida em que articulam as informações e os argumentos de um texto. A intenção argumentativa, conforme Cabral (2011), consiste em direcionar o sentido da informação, efeito que é obtido pelo uso de *operadores argumentativos* como *pois e já que*; a posição em que esses operadores ocorrem, por sua vez, presta-se a veicular informação conhecida, criando um efeito de sentido de focalização, artifício pragmático-discursivo por meio do qual pode-se colocar a ênfase na consequência ou no efeito. Os exemplos (38) e (39) de Eggs (1994) têm uma estrutura morfossintática que Neves (2000) denomina como clivagem.

O comportamento restritivo de *pois* e de *já que* indica, por sua vez, um contexto de distribuição complementar, em relação à forma *porque* (prototípica) que se deve à função pragmática exercida por ambos, a de indicar que a proposição que introduzem deve ser entendida como um argumento. Com relação ao contexto de variação, *pois* e *já que*, em outros arranjos morfossintáticos, podem ocorrer na mesma posição. O teste sintático que elaboramos, utilizando os mesmos elementos dos enunciados de (33) a (36), mostram essas possibilidades, nas quais o efeito semântico/pragmático é o de emitir uma conclusão sobre a informação conhecida.

- [(33): Ele veio, *já que/pois* queria ver a Pierre].

- [(35): Ele não pode sair, *já que/pois* está doente].

No exemplo a seguir, ressaltamos que a abordagem semântica admite que a relação de causa inclua a explicação; por extensão, faculta-se o uso do *porque* em estruturas sintáticas tanto de coordenação quanto de subordinação.

(37) “Ele está doente (p) *porque* ele bebeu muito (q)”<sup>69</sup> (tradução nossa). (EGGS, 1994, p. 58)

Em (37), configura-se um único bloco sintático, que pode ser traduzido nos termos [(q) é a causa de (p) – beber muito é a causa de estar doente], arranjo que permite afirmar, com maior ou menor grau, que um dado é a causa de outro. O uso do conceito “maior ou menor grau” leva-nos ao gradiente de causa, segundo o qual há uma infinidade de causas possíveis para uma doença; por inferência, trata-se aqui de qualquer das subespécies de causa [real>eficiente> efetiva> formal], excluindo-se a

---

<sup>69</sup> Do original: “Il est malade (p) parce qu’il a trop bu (q)”. (EGGS, 1994, p. 58)

pseudo-causa, se considerarmos que a bebida em excesso provoca doenças e que há, portanto, uma conexão provável entre as duas proposições em (41). O sinal [>] empregado para separar a nomeação das subespécies de causa é um recurso linguístico para representar uma gradiência na noção de causalidade, mostrando hierarquia entre elas.

A hipótese de Eggs (1994), de que (37) configura um único bloco sintático, fortalece a necessidade de pensar a relação de causa segundo os pressupostos da gramática de construções (GOLDBERG, 1995), cuja abordagem explicita que o sentido de uma construção é mais complexo ou diferente daquele inferido a partir dos componentes da mesma, a Forma [Fi] e o significado [Si], não permitindo predizer, a partir das partes que a compõem, o sentido que se verifica no bloco.

A relatividade do grau de vinculação entre as premissas [(p) *porque* (q)] é a variável que faculta o uso de operadores epistêmicos<sup>70</sup> como *provavelmente, certamente, pode ser (que), etc.* No caso dos exemplos de (33) a (37), o conector *porque* não depende do conhecimento enciclopédico e do tópico implícito, quesitos que no discurso didático e explicativo permitem estabelecer esse conhecimento. A premissa de Eggs (1994) é que, entre esses três conectores causais, o *porque* não se apoia na construção de um saber tópico-enciclopédico e tópico implícito; logo, não é conclusivo. O *porque* é também uma forma apta para o discurso didático e explicativo que possibilita estabelecer esse tipo de saber.

Eggs (1994) conclui que, sob essa perspectiva, o *porque* constrói, potencialmente, um saber tópico-enciclopédico enquanto que *pois* e *já que* desempenham esse saber. A função pragmática dos conectores *pois* e *já que* especializa-se, então, como indicadores argumentativos direcionados a legitimar outra proposição que será anunciada (uma conclusão), e que pode ser uma afirmação, negação ou suposição.

Um estudo sobre essas três conjunções, realizado por um linguista brasileiro (VOGT, 1978), conclui que no modelo da lógica de proposições, para atos de fala, estas conjunções constituem operadores argumentativos, com a função de marcar subjetividade. Vogt (1978) esclarece sobre o papel desses marcadores para elucidar as intenções dos falantes na organização do discurso e do texto.

---

<sup>70</sup> Terminologia desenvolvida por Dretske (1970) e utilizada nas relações lógicas de implicação ou explicação, para denominar termos que ligam proposições em que uma acarreta outra, como resultado ou consequência.

A última seção desse capítulo está destinada a apresentar a contribuição de Adam (2019), que trata do componente pragmático em duas realizações nas sequências textuais, a argumentativa e a explicativa.

### 2.3 - A argumentação sob a perspectiva semântico-pragmática

Adam (2019), autor da linguística atual, trata das características das sequências descritiva, narrativa, argumentativa e explicativa. Elegemos as duas últimas, por sua relação com os objetivos desta pesquisa; Adam (2019) apresenta algumas abordagens pelas quais pode-se compreender a noção geral de argumentação. Algumas possibilidades são situá-la no nível do discurso e da interação social, no nível da organização pragmática da textualidade ou segundo o objetivo ilocutório<sup>71</sup>; nesse último caso, o conceito de argumentação é referente à elaboração, por um enunciador, de uma representação discursiva com o objetivo de modificar a representação de um interlocutor a respeito de um dado objeto do discurso. Essa natureza constitui a premissa sobre a qual Adam (2019) se posiciona:

um discurso argumentativo visa intervir sobre as opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou de um auditório, tornando crível ou aceitável um enunciado (*conclusão*) apoiado, de acordo com diversas modalidades, em um outro (*argumentos/dados/razões*). (ADAM, 2019, p. 146)

Segundo a formulação de Adam (2019), as noções de conclusão e de dados (ou premissas) fazem referência recíproca, pois um enunciado isolado não chega a constituir uma conclusão nem um argumento-dado. É necessário, para haver unidade argumentativa, a existência de um certo encadeamento, que precisa ser interrompido para facultar um efeito de sentido de encerramento. A unidade argumentativa traz subentendido um movimento enunciativo dentro do qual Adam (2019) defende que há uma relação intrínseca entre o par premissas/conclusão, em que

só há conclusão *relativamente* a premissas, e reciprocamente. E, de modo diferente das premissas, o que é próprio de uma conclusão é poder servir novamente em ponto posterior no discurso, a título de premissa, por exemplo. Têm-se assim um tipo de sequência textual que se diferencia de outras sequências, narrativas, por exemplo. (BOREL, 1991, p. 78, *apud* ADAM, 2019, p. 146)

---

<sup>71</sup> Na terminologia de Searle (1979), o efeito que se espera atingir, no interlocutor, mediante o ato de fala.

Adam (2019), assim como Charaudeau (1992), opta pela perspectiva discursiva, a partir da qual o encadeamento de proposições na argumentação é concebido não no sentido estritamente lógico, mas sim como unidades enunciadas de sentido. Em Adam (2019), o encadeamento de proposições lógicas é reinterpretado em termos de argumento(s)/dado(s) ou razões em sua relação com a(s) respectiva(s) conclusão(ões). O encadeamento de proposições, por sua vez, é descrito segundo o movimento do raciocínio, para o qual são postulados dois esquemas de análise, o modelo reduzido e o modelo pleno.

Algumas convenções utilizadas na perspectiva adotada por Adam (2019) para suas análises são relativas aos conceitos utilizados e aos esquemas lógico/enunciativos adotados. Quanto aos conceitos, os termos *segmentos de texto* e *sequência textual* são usados para se referir a encadeamentos de enunciados de extensão variável, para os quais será usada a notação  $[p \text{ e } q]$ . Tais encadeamentos devem ser interpretados como formadores de um período ou uma sequência argumentativa. A notação  $[p \text{ e } q]$ , por sua vez, representa dois enunciados, nos quais o primeiro termo  $[e1 \text{ ou } p]$  representa um [argumento/dado/razão] e o segundo  $[e2 \text{ ou } q]$ , a conclusão.

### **2.3.1 – O protótipo da sequência argumentativa**

Uma sequência argumentativa pode ter duas realizações formais; por um lado, um modelo completo, com vários níveis que incorporam dados e conclusões e, por outro, um modelo reduzido, no qual se mantêm os elementos mínimos de uma argumentação. Para esse componente formal mínimo, Adam (2019) postula a existência do esquema inferencial na forma  $[Dado > Conclusão]$ , o qual se realiza por indução ou por dedução. Na indução, seu esquema lógico e abstrato é  $[se p \text{ ENTÃO } q]$  e, na dedução, assume a forma de um silogismo, com a estrutura  $[dados \text{ (premissas maior e menor) } > conclusão]$ , o qual se distingue por ser uma estrutura lógica muito ideal e formal.

O conceito de silogismo, tomado da filosofia grega, consiste em “um raciocínio no qual certas premissas, sendo postas, delas resulta necessariamente uma proposição nova, pelo simples fato dos seus dados” (ARISTÓTELES, *Tópicos*, Livro 1, 100a 25 – 100b 26, *apud* ADAM, 2019, p. 147). Frente à relação estreita entre premissas e conclusão no silogismo, o qual se constrói sobre uma estrutura lógica tanto ideal quanto formal, existe o recurso ao *entimema*, outro arranjo preferido pelo discurso natural e

composto “de termos pouco numerosos e frequentemente menos numerosos que aqueles que constituem o silogismo propriamente dito” (ADAM, 2019, p. 148).

A formulação do *entimema*, ainda segundo Adam (2019), segue um artifício chamado *economia do discurso natural*, já prevista na normatização sobre a diferença entre o silogismo e seu congêneres mais econômico.

Não se deve, aqui, concluir retomando o argumento de longe, nem passando por todos os níveis; o primeiro desses procedimentos faria nascer a obscuridade da extensão; o outro seria redundante, porque enunciaria coisas evidentes (ARISTÓTELES, *Retórica*, Lv. II, *apud* ADAM, 2019, p. 148)

A estrutura bimembre associa ao *entimema* o esquema argumentativo inferencial [se  $p$  ENTÃO  $q$ ], com um enunciado argumentativo clássico apresentado a seguir.

(38) “Se você sabe quebrar um ovo, você sabe fazer um bolo. (Alsa)” (ADAM, 2019, p. 149)

Em (38), [(SE  $p$ ) você sabe quebrar um ovo ( $e1$ ) > ( $q$ ) você sabe fazer um bolo ( $e2$ )], a argumentação foi construída mediante o esquema [dados > conclusão]. É próprio do *entimema* elidir, por subentendida, uma premissa menor. No caso de (38), tratar-se-ia de algo como *quem sabe quebrar ovos sabe cozinhar muitas coisas*, uma segunda premissa não dita e que deve ser reconstruída pelo interlocutor. A conclusão, nesse caso, torna-se uma generalização, pois elide uma série de etapas e de conhecimentos necessários existentes entre uma ação simples, como quebrar um ovo, e uma operação mais complexa, a de fazer um bolo.

Esse esquema lógico aproxima-se bastante da relação de causalidade própria da pseudo-causa, subtipo que utiliza o esquema [se  $p$  ENTÃO  $q$ ]. A falha do raciocínio, na paráfrase de (38), pode ser compreendida pelo próprio movimento do *entimema*, cuja estrutura elide a premissa menor. Observamos que no esquema lógico de (38) a conexão entre a conclusão inferencial ( $e2$ ) e a premissa ( $e1$ ) é tênue, considerando-se que nem ( $e1$ ) nem a premissa menor elidida constituem condição suficiente para assegurar a conclusão.

O modelo pleno do movimento argumentativo é demonstrado por meio de um esquema mais complicado, reproduzido a seguir.

### ESQUEMA 1. Base sobre macroproposições argumentativas

A sequência argumentativa				
Tese anterior MP. arg. 0 +	Dados Fatos (F) MP. arg. 1	↑ Suporte MP. arg. 2 (Princípios de Base)	Portanto ☹ Provavelmente ↑ A menos que Restrição (R) MP. arg. 4	Conclusão C (nova) tese MP. arg. 3

Fonte: Adam (2019, p. 164)

O esquema proposto pelo autor compreende uma sequência argumentativa prototípica completa, que deixa espaço livre para a contra-argumentação em pontos específicos da estrutura, as macroproposições argumentativas 0 e 4 (MP.arg.0 e MP.arg. 4). Há outras convenções que listamos abaixo.

- Base do esquema: macroproposições argumentativas (MP.arg.) 1, (MP.arg.) 2 e (MP.arg.) 3.
- Tese anterior, sobre a qual a base se apoia, para uma refutação: macroproposição argumentativa (MP.arg.) 0
- Tese nova: macroproposição argumentativa (MP.arg.) 3.

O autor está ciente das restrições do modelo proposto. Segundo ele, trata-se de um esquema prototípico e, como tal, não fixa uma ordem linear e imutável de macroproposições. A nova tese pode ser formulada no início e pode (ou não) ser retomada por uma conclusão, que vai duplicá-la no final da sequência. A tese anterior, a macroproposição argumentativa (a MP.arg.0), por sua vez, pode estar subentendida.

O esquema inclui dois níveis, o justificativo e o dialógico-argumentativo. No justificativo, contempla-se o conjunto das macroproposições argumentativas (MP.arg.1+ MP.arg.2 + MP.arg.3) e a estratégia argumentativa que privilegia os conhecimentos relatados, deixando pouco espaço para as considerações do interlocutor. No nível dialógico ou contra-argumentativo (MP.arg.0 e MP.arg.4), a argumentação é negociada com um contra-argumentador (ou auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa, nesse segundo nível, tem por objetivo transformar os conhecimentos.

A análise feita por Adam (2019), que apresentamos a seguir, guarda semelhança formal com os dados dessa pesquisa. O tema do excerto é um discurso político “pronunciado por George W. Bush em 17 de março de 2003” (ADAM, 2019, p. 168) e mostra um encadeamento do tipo [F1>>C2], em que [F1] indica um fato e [C2] uma conclusão:

(39) <F1> *The United Nations Security Council has not lived up to its responsibilities,* <C2> *so we wil rise to ours.* [<F1> O Conselho de Segurança das Nações Unidas não esteve à altura de suas responsabilidades. <C2> Assim, nós assumiremos as nossas. (ADAM, 2019, p. 168)

Os elementos analisados contemplam tanto o componente morfossintático quanto o semântico-discursivo. No primeiro, o linguista enfatiza a função do conector *so*, traduzido na obra por “assim”; no segundo, esse mesmo conector tem a função de introduzir a enunciação de uma consequência, assinalada como C2. Ainda no âmbito discursivo, Adam (2019) ressalta que o enunciador não se mostra como responsável pelo movimento dedutivo ou pela relação factual entre as proposições classificadas como F1 e C2; o enunciado, devido a essa isenção assumida, assume o sentido de uma “simples relação factual que vai da causa [(<F1> O Conselho de Segurança das Nações Unidas não esteve à altura de suas responsabilidades) à consequência (<C2> Assim, nós assumiremos as nossas). (ADAM, 2019, p. 168)

Na próxima subseção caracterizaremos a tipologia explicativa, segundo suas propriedades e elementos tipológicos.

### **2.3.2 - O protótipo da sequência explicativa**

Na seção anterior, tratamos das propriedades da argumentação sob o viés da enunciação, para delimitar qual seria o movimento enunciativo característico. A argumentatividade, conforme definida no tópico anterior, tem como finalidade primeira convencer o interlocutor sobre determinada conclusão, extraída pelo enunciador a partir dos argumentos/dados/razões.

A sequência explicativa, por sua vez, traz certa especificidade que tem relação direta com o leque de acepções do termo *explicar*, o qual inclui atividades diferentes entre si, tais como explicar um ponto de vista, um texto lido ou uma determinada receita culinária. Adam (2019) ressalta que essa variedade de usos do termo em questão pode ser compreendida pela oscilação entre “texto” e “discurso” explicativo e recomenda “proceder como na argumentação, evitando confundir as dimensões pragmática e discursiva das condutas explicativas, por um lado, e a textualidade típica de uma sequência explicativa, por outro” (ADAM, 2019, p. 179).

A explicação, por sua vez, é descrita como um

ato de discurso que pressupõe e estabelece ao mesmo tempo um contrato, cujas condições pragmáticas Grize resume assim:

1. O fenômeno a ser explicado é indiscutível: é uma constatação ou um fato. [...]
2. O que está em questão é incompleto. Aqui, novamente, o caráter lacunar da situação deve prevalecer. [...]
3. Aquele que explica está em posição de o fazer. [...] (GRIZE, 1981, b, p. 9-10, *apud* ADAM, 2019, p. 181).

A textualidade específica da explicação é detectada por meio de

*índices* que, no texto, permitem àquele que interpreta localizar uma explicação ou, em um movimento inverso, embora não simétrico, refletir sobre essas *marcas* com as quais o produtor do texto baliza seu percurso para que este possa ser identificado como explicativo (BOREL, 1981b, p. 23, *apud* ADAM, 2019, p. 182).

Os elementos enunciativos característicos de uma sequência explicativa, assim como os da sequência argumentativa, são denominados pelo linguista como *macroproposições (MPs)*. Abaixo o diagrama lógico apresentado para uma sequência explicativa prototípica.

#### ESQUEMA 2. – Sequência explicativa prototípica

0.	Macroproposição explicativa 0	Esquematização inicial
1. Por que X? (ou Como?)	Macroproposição explicativa 1	Problema (pergunta)
2. Porque	Macroproposição explicativa 2	Explicação (resposta)
3.	Macroproposição explicativa 3	Ratificação-avaliação

Fonte: Adam (2019, p. 193)

As convenções do modelo lógico anterior têm relação direta com os índices textuais, denominados *operadores*, conforme indicado abaixo.

1. [POR QUE], o primeiro operador, introduz a primeira macroproposição (MP.expl.1);
2. [PORQUE], o segundo operador, traz a segunda macroproposição (MP.expl. 2);
3. Uma terceira macroproposição (MP.expl. 3), que pode ser apagada.

O conjunto dessas três macroproposições é precedido, com frequência, de uma descrição que corresponde a uma esquematização inicial (a MP.expl. 0), cuja finalidade é trazer o objeto problemático tema da primeira macroproposição.

O exemplo de Adam (2019) para ilustrar a tipologia da sequência explicativa tem relação estreita com a tipologia argumentativa e faz parte de um artigo de jornal suíço francófono, que expressa claramente sua orientação política:

(40) (a) Nós achamos pertinentes as razões alegadas pelo Senhor Le Pen. (b) Não é o caso do Senhor Le Pen, nem o da totalidade dos *jornalistas* que

Comentaram o programa no dia seguinte.

(c) Por quê?

(d) Senhor Le Pen alega sua inocência com convicção, ele *é* antissemita, (e) *é* desejável, *é* necessário que ele o seja. (f) Sua culpabilidade foi reconhecida desde o início. (g) Suas justificativas não têm nenhuma importância [...] (h) Nada vai mudar, (i) o senhor Le Pen odeia os judeus.

[...] J. Perrin, *La Nation* n.1254, 18-1-1986.

(ADAM, 2019, p. 193)

Optamos por apresentar, quanto ao exemplo anterior, somente o excerto referente à primeira sequência explicativa, caracterizada segundo sua composição no formato

Sequência 1:

MP.expl.0: (a)

MP.expl.1: Por que (b)?

MP.expl.2: Porque (d), (e), (f), (g), (h) e (i)

Adam, (2019, p. 194)

O linguista descreve as propriedades enunciativas dessa sequência, quais sejam a de comportar a introdução, MP.expl.(0) e não o seu encerramento, pela MP.expl. (3), que integra uma sequência imediatamente posterior. Essa sequência inicial traz intrínsecos alguns elementos que permitem identificar o lugar dos operadores típicos da explicação e, ainda, um segundo elemento, expresso na sucessão das macroproposições. O linguista menciona o operador POR QUÊ, explícito na pergunta e na resposta seguinte a ele. A localização no movimento enunciativo tanto do operador que anuncia a pergunta, quanto do que a responde, é feita depois da descrição da esquematização inicial, a MP.expl.0(a) e depois da esquematização do objeto problemático MP.expl.1 (b). Ainda segundo Adam (2019), há uma progressão apresentada com naturalidade, segundo a qual a sucessão das macroproposições traz, imediatamente depois, sem a formulação explícita do PORQUE, a MP.expl.2, cuja função é estabelecer o objeto explicado (O-e).

As considerações de Charaudeau (1992), de Eggs (1994) e de Adam (2019) servirão de base para fundamentar a análise dos componentes lógico, semântico-discursivo e pragmático, conforme procedimentos descritos no próximo capítulo.

O desenvolvimento das resenhas deste segundo capítulo levou-nos a compreender como a relação de causalidade está fundamentada sobre o caráter de verdade da ligação entre as proposições, conforme a perspectiva semântico-discursiva de Charaudeau (1992). Uma das convenções do modelo subjacente às análises, referente ao desenho do esquema lógico de base cognitiva do tipo [*q* (e2) *porque p*

(e1)], determina que cada um dos componentes do conjunto [ $q$  – conector –  $p$ ] constitui um *slot* (BYBEE, 2013), ou seja, um espaço que pode ser preenchido por elementos de natureza semelhante.

Na ligação entre as proposições  $p$  e  $q$  (ou ao inverso), o subtipo de causa depende do grau de preenchimento do *slot* [SE ( $q$ ) causa], do qual derivam as subcategorias, conforme descritas por Neves (2000), e às quais acrescentamos uma quinta, que denominamos pseudo-causa. Nesse subtipo, o distanciamento da conexão racional entre as proposições não caracteriza, de forma alguma, uma condição preenchida, o que gera uma maior necessidade de explicação ou de justificativa. Os subtipos de causa, por sua vez, são estabelecidos de acordo com as condições de verdade, um mecanismo lógico para assegurar a veracidade da causa formulada, conforme descrito na seção 2.1, relativa à implicação causal.

As relações de *implicação* e de *explicação*, segundo descritas por Charaudeau (1992), também permitem discernir o grau do valor de verdade existente na ligação entre as proposições  $p$  e  $q$ . Esse julgamento de valor é construído a partir da coesão entre as proposições. Na relação de implicação, típica das causas real e eficiente, a força coesiva maior é obtida pela associação de proposições que são interpretadas como típicas de enunciados em que há um escopo restrito de condições, ou seja, uma cria um efeito de prosseguimento pela outra, dela derivada. Na explicação, por outro lado, a coesão menor entre as proposições deve-se à não existência desse efeito de relação preparação. Hipotetizamos, quanto à explicação e à justificação, que a necessidade desses dois recursos enunciativos deve-se a uma maior distância entre a relação lógica das proposições  $p$  e  $q$ .

A diferença entre explicação e justificação, por sua vez, também teria relação direta com o grau de coesão entre as asserções. Entendemos a coesão como o conjunto de “fatores que regem a conexão referencial (realizada por aspectos mais especificamente semânticos) e a conexão sequencial (realizada mais por elementos conectivos) em especial no nível da cotextualidade [...]” (MARCUSCHI, 2008, p. 99).

Pensamos que se explica quando a asserção causa tem um certo distanciamento da asserção consequência (ou efeito). A justificação, por sua vez, constitui um recurso útil quando esse distanciamento é extremo e o interlocutor, provavelmente, não se convencerá da relação entre a causa e o efeito/consequência, tal como apresentadas.

## CAPÍTULO 3

### DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

A questão fundamental que motivou essa pesquisa foi tentar explicar produtividade do conector causal *porque* – considerado prototípico da função – em redações de escolares, frente a outras construções utilizadas para expressar a causa. Essa questão levou ao objetivo de identificar e de descrever quais seriam os recursos utilizados para a expressão de causa e sua respectiva produtividade em textos produzidos por escolares em dois países falantes de línguas românicas. A opção por delimitar o estudo a duas nações cujos idiomas, além de pertencerem a um mesmo tronco linguístico apresentam características bastante próximas, visou a verificar se também no espanhol o conector *porque* mostrava-se pouco produtivo. Semelhante tarefa demanda, portanto, a constituição de uma amostra linguística comparável, o que tentamos construir segundo os procedimentos que passamos a descrever.

#### **3.1 Dos *corpora*: critérios de composição e caracterização**

Os dados selecionados para compor a amostra linguística utilizada na análise foram retirados de um *corpus* comparável, formado por textos do tipo textual dissertativo/argumentativo que, no domínio instrucional educacional de modalidade escrita, constituem o gênero redação para acesso ao ensino superior e que foram divulgados por meios eletrônicos pelas entidades e/ou órgãos responsáveis por sua elaboração e correção por considerá-los exemplares.

A característica comum ao tipo argumentativo, nos *corpora* analisados, consiste em discutir problemas sociais controversos por meio de uma linguagem que, baseada na argumentação de um tema dado previamente, escolhe proposições com o fim de sustentá-las ou de refutá-las, mostrando uma negociação eficaz na tomada de posição em defesa de uma tese.

A natureza do tipo argumentativo, na qual os argumentos arrolados pelo produtor visam a obter a adesão do auditório (o interlocutor/avaliador) à tese defendida, apresenta na relação de causalidade um recurso linguístico e retórico importante. As proposições selecionadas para compor as diferentes fases da argumentação precisam, necessariamente, mostrar que estão devidamente coesas e fundamentadas em um discurso coerente. A relação causa/consequência ou causa/conclusão apresenta-se como

um expediente linguístico produtivo no *gênero redação modelar*, compreendidas aqui como textos dissertativo-argumentativos divulgados pelas instâncias competentes como textos de excelência nos quesitos exigidos para sua produção. Por meio desse recurso, o autor do texto escolar sustenta as proposições em seu valor de verdade, com o fim de dotá-las de maior validade perante seu auditório.

A amostra linguística que analisamos é bilíngue e composta de 40 textos produzidos em situação de processo seletivo por aspirantes a uma vaga no ensino superior. Tais textos, como já mencionado, foram considerados modelares pelas bancas avaliadoras. De modo a assegurar a comparação entre os corpora, fixamos um número de 20 (vinte) textos em cada idioma. Esse número foi estabelecido a partir da amostragem representativa da língua portuguesa cujos textos foram compilados do documento denominado Redações Nota 1000 do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) de suas edições de 2011 a 2015, conforme especificado no quadro abaixo:

**QUADRO 3.** Descrição do *corpus* do PB

<b>Ano</b>	<b>Quantidade textos</b>	<b>Tema</b>	<b>Codificação no <i>corpus</i></b>
2011	05	Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado	01, 02, 03, 04 e 05
2012	02	O movimento imigratório para o Brasil no século XXI	19 e 20
2013	05	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil	06, 07, 08, 09 e 10
2014	04	Publicidade infantil em questão no Brasil	11, 12, 13 e 14.
2015	04	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira	15, 16, 17 e 18
Total	20 textos 7.851 palavras		

FONTE: Elaboração própria

O *corpus* representativo da língua espanhola também foi composto por 20 (vinte) textos, sendo 17 (dezesete) deles produzidos por estudantes da Costa Rica, nos anos de 2015 e de 2016, em situação de processo seletivo para acesso ao ensino superior e divulgados como *Redacciones de excelência* pela Diretoria de Gestão e Avaliação da Qualidade (DGEQ) da Costa Rica, organismo subordinado ao Ministério de Educação Pública (MEP) daquele país. Na página do referido órgão, assim se caracteriza a proposta e se justifica a excelência dos textos selecionados:

Os estudantes deveriam se expressar com criticidade, expor seu ponto de vista, oferecer propostas, entre outras possibilidades, por meio de um texto claro, corretamente estruturado e com a observância das normas de escrita. Do total de provas qualificadas, o Ministério de Educação Pública e a Diretoria de Gestão e de Avaliação da Qualidade decidiram, ao longo do processo de correção, identificar aquelas redações que tivessem se destacado [...] não só pelo domínio das normas da escrita, senão também de forma muito especial, pela técnica discursiva e pela exposição de ideias. (tradução nossa).<sup>72</sup>

Fonte:

<[http://www.dgeq.mep.go.cr/sites/all/files/dgeq\\_mep\\_go\\_cr/documentos/redacciones\\_de\\_excelencia\\_2016.pdf](http://www.dgeq.mep.go.cr/sites/all/files/dgeq_mep_go_cr/documentos/redacciones_de_excelencia_2016.pdf)> Acesso: 10/09/2019

Na impossibilidade de encontrar 20 (vinte) textos no banco de dados das *Redacciones de excelência* e, para equiparar quantitativamente os *corpora* das duas línguas, tivemos que incorporar ao *corpus* do espanhol 03 (três) redações cujos produtores eram alunos secundaristas, vinculados ao *bachillerato*, nível imediatamente anterior ao universitário. De modo a assegurar a uniformidade do *corpus*, os três textos agregados às redações de excelência também foram assim considerados pelas instituições de ensino da Espanha, da Argentina e da Colômbia, que as publicaram como exemplos de textos argumentativos produzidos por seus alunos do ciclo do *bachillerato*<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> Do original: Los estudiantes debían expresarse con criticidad, exponer su punto de vista, brindar propuestas, entre otras posibilidades, a través de un texto claro, correctamente estructurado y en apego a las normas de escritura. Del total de pruebas calificadas, el Ministerio de Educación Pública y la Dirección de Gestión y Evaluación de la Calidad decidieron, a lo largo del proceso de revisión, identificar aquellas redacciones más destacadas, hasta seleccionar diez de ellas, precisamente esas que sobresalieron, no solo por el dominio de las normas de escritura, sino, de forma muy especial, por el manejo discursivo y el planteamiento de ideas. Fonte: <[http://www.dgeq.mep.go.cr/sites/all/files/dgeq\\_mep\\_go\\_cr/documentos/redacciones\\_de\\_excelencia\\_2016.pdf](http://www.dgeq.mep.go.cr/sites/all/files/dgeq_mep_go_cr/documentos/redacciones_de_excelencia_2016.pdf)> Acesso: 10/09/2019

<sup>73</sup> Nesses quatro países falantes de língua espanhola, a educação secundária é iniciada aos 13 anos, dura em média 4 anos e é sucedida pelo nível chamado *Educación Diversificada*, o qual está organizado segundo 3 áreas (acadêmica, artística e técnica). Para cursar o nível de educação diversificada, o adolescente deve ter concluído a educação secundária. Se o estudante optar por se preparar para ingressar no nível superior, deverá se matricular na área acadêmica da educação diversificada, chamada *bachillerato* e com duração de 2 anos, o qual corresponde ao ciclos/anos escolares décimo-primeiro e décimo-segundo, de acordo com o sistema descrito na página do MEP. Ao final desses dois anos, será

A despeito da variedade de países com o idioma espanhol cujos textos foram selecionados, o *corpus* mantém o tipo textual argumentativo, cujas características mostram sua vinculação ao domínio discursivo instrucional, de modalidade escrita. Os 17 (dezessete) textos da Costa Rica são parte integrante das provas de acesso ao ensino superior. No caso da Espanha e da Argentina, o texto dissertativo/argumentativo produzido também foi um modelo divulgado por sua boa qualidade e observância às características dessa tipologia. O texto da Colômbia, por sua vez, foi produzido por alunos do *bachillerato* sob a supervisão de uma professora de língua castellana, durante a especialização da docente em sua licenciatura e fizeram parte da disciplina produção de textos argumentativos. Nos quatro países do idioma espanhol foi mantida, portanto, a variável externa produção escrita no nível imediatamente anterior ao ensino superior universitário.

A descrição do *corpus* de espanhol, com o respectivo ano de produção e o país de origem, aparece sistematizada neste quadro:

**QUADRO 4.** Descrição do *corpus* do Espanhol

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de textos</b>	<b>País</b>	<b>Tema</b>	<b>Codificação no <i>corpus</i></b>
2012	01	Espanha	El egoísmo necessário	01
2013	01	Colômbia	Siempre resulta una excusa	20
2014	01	Argentina	La legalización de las drogas	02
2015	03	Costa Rica	El maltrato animal hacia los animales: una acción que nos lleva a reflexionar	03, 04 e 07
2015	03	Costa Rica	Mi aporte en la construcción de una mejor sociedad	05, 09 e 10
2015	01	Costa Rica	La donación de órganos: un regalo de esperanza	06
2015	01	Costa Rica	Trabajo para calificar	08
2016	04	Costa Rica	De la violencia a la paz: un camino necesario en el mundo	11, 14, 17 e 18

---

submetido a uma prova de verificação de habilidades e conhecimentos, da qual essa redação dissertativo-argumentativa é parte integrante.

			de hoy.	
2016	01	Costa Rica	Deportistas costarricenses: historias que inspiran.	12
2016	02	Costa Rica	Los avances tecnológicos revolucionan el mundo actual	13 e 15
2016	02	Costa Rica	La juventud y su responsabilidad con el ambiente en la construcción de un futuro sostenible.	16 e 19
Total	20 textos 8.776 palavras			

Fonte: Elaboração própria

### 3.2 Dos critérios adotados na análise

Os textos dos *corpora* foram codificados em ordem crescente, de 01 (um) a 20 (vinte) em cada idioma e as construções de causa neles coletadas foram analisadas sob a perspectiva qualitativa e quantitativa.

Para a análise da perspectiva qualitativa, tivemos que estabelecer critérios que foram emergindo segundo a necessidade de tratamento dos dados coletados e, para tanto, foi necessário considerar a imbricação de quatro fatores que se sobrepõem na relação causal, o que denominamos de *estratos*: (i) estrato morfossintático, (ii) estrato lógico, (iii) estrato semântico-discursivo e (iv) estrato pragmático, conforme passamos a descrever. Antes, porém, cumpre conceituar nossa unidade de análise, qual seja a construção de causa. No âmbito deste estudo, a construção de causa foi concebida como uma relação lógica entre duas proposições, A1 e A2, respectivamente, sendo uma delas a causa (A1) e a outra a consequência (A2). Tais proposições receberam a notação [A1 → A2]. Essa notação segue a descrição baseada na ordem temporal entre as sentenças na relação de causalidade, para a qual a causa precede a consequência, conforme descrito por Koch (2003). Para os casos em que a ordem temporal foi invertida, com a anteposição da consequência/conclusão, foi utilizada a notação [A2 → A1]. A seta (→) entre as asserções indica a presença de algum recurso formal para evidenciar a causa, quer sejam os conectores, as locuções ou qualquer outra marca formal.

O primeiro estrato de nossa análise, que nos permitiu identificar e selecionar as construções de causa presentes nos textos dos *corpora*, foi pautado em um critério de natureza formal, atendo-se à natureza morfossintática da construção, partindo da microestrutura em direção à macro, ou seja, a inserção da construção causal no parágrafo e no texto. Tal critério nos levou a estabelecer, inicialmente, dois grupos de construções:

- (i) aquele em que a relação de causa é colocada em evidência, conforme ilustrado a seguir, e que denominamos de *construções causais de figura*:
  - a. “O Brasil carece de mudanças na forma com que são realizadas as propagandas infantis, **já que** o público pueril é permeado diariamente por mensagens de cunho abusivo e persuasivo.” (Texto 13, negrito nosso)
  - b. “Yo creo que la legalización no debe ocurrir, a pesar de que ya se legalizó en países como Uruguay, **porque** las drogas de cualquier tipo afectan la salud de quien las toma.<sup>74</sup>” (Texto 02, negritos nossos)
  
- (ii) aquele em que a relação de causa não é explicitamente posta, mas inferida a partir da consequência, e que denominamos de *construções causais de fundo*, segundo Neves (2008), conforme ilustramos:
  - a. “O país mostra um verdadeiro aquecimento nos setores econômicos, representado, por exemplo, pelo aumento do poder de consumo da classe C. Esse aspecto **contribui** para a construção de uma imagem positiva e promissora do Brasil no exterior, o que favorece a imigração.” (Texto 19, negritos nossos).
  - b. “Las diferentes sociedades internacionales han experimentado una revolución, un proceso de avance constante que **ha resultado** en la

---

<sup>74</sup> Tradução nossa: Eu acredito que a legalização não deve ocorrer, apesar de já ter ocorrido em países como o Uruguai, **porque** as drogas de qualquer tipo afetam a saúde de quem as usa. (Texto 02, negritos nossos).

mejora de muchos aspectos esenciales en el dinamismo humano y del planeta”.<sup>75</sup> (Texto 13, negrito nosso)

Essa categorização inicial levou-nos a uma subcategorização, já que identificamos que as construções empregadas pelos produtores dos textos para estabelecer as relações de causa eram tanto *formas canônicas*, consideradas no âmbito deste estudo como aquelas descritas nas obras de referência (gramáticas e dicionários), quanto *formas não-canônicas*, aquelas não mencionadas nas referidas obras, mas que se conformavam ao padrão de construção anteriormente descrito. Considerando-se que o objetivo desta subseção se restringe à descrição dos critérios adotados para computar e analisar os dados, vamos nos abster de apresentar exemplos de nossa subcategorização, o que será feito no capítulo seguinte, destinado à apresentação e à análise dos resultados obtidos.

### 3.3 – Do instrumental de base para a análise

A delimitação é restrita aos quatro estratos fixados, a saber, o morfossintático, o semântico-discursivo, o lógico e o pragmático. O componente morfossintático tende a ser mais saliente que os demais por sua natureza formal, que se materializa nos textos por meio de um conjunto de formas que permitem ao produtor do texto estruturar seu discurso valendo-se do expediente da subordinação, que impinge dependência sintática e semântica entre as proposições, ou da coordenação, cuja dependência se restringe ao plano semântico. Parece ser essa possibilidade a responsável por tornar às vezes tão tênue a categorização entre as conjunções coordenadas explicativas e as subordinadas causais. Fato é que, segundo pudemos observar, os dois níveis de organização textual podem codificar a mesma função expressiva, a da explicação.

O segundo estrato da análise operou com o componente lógico-semântico da construção (CHARAUDEAU, 1992). Buscamos, assim, identificar o subtipo de relação lógica subjacente na conexão entre as asserções, segundo os tipos de causa sistematizados no quadro a seguir:

---

<sup>75</sup> Tradução nossa: As diferentes sociedades internacionais experimentaram uma revolução, um processo de avanço constante que **resultou** na melhoria de muitos aspectos essenciais no dinamismo humano e no planeta. (Texto 13, negrito nosso)

**QUADRO 5.** Tipos de causa lógica

Real	Eficiente	Efetiva	Formal	Pseudo-causa
Conexão racional entre [A1] e [A2]. [A1] é condição exclusiva para [A2], o que permite associação imediata	[A1] conduz, inevitavelmente, a [A2]	[A1] é uma das condições necessárias para [A2]. No leque de opções que conduzem a [A2], [A1] é detectada e aceitável	[A1] não é uma das condições possíveis para [A2], o que requer um esforço cognitivo maior para sua associação com [A2]	A conexão entre (A1) e (A2) não é imediata, o que exige que a associação seja justificada

Fonte: Elaboração própria

O tipo de relação de causa presente no texto/discurso serviu de fundamento para julgar a plausibilidade com relação à proposição causal e sua interação com o texto do qual faz parte. Esse julgamento, por sua vez, apoia-se em duas operações cognitivas que precisam ser compartilhadas pelo interlocutor. Na primeira, ele precisa estabelecer um leque de condições possíveis em [A1] para a consequência lógica [A2]. Na segunda, o interlocutor interpreta as duas asserções [A1 e A2] na proposição causal e situa a condição posta em [A1] pelo produtor do texto para, então, associar um dos subtipos de causa à proposição causal. O escopo das condições possíveis levou-nos a traçar o seguinte *continuum* de gradiência da relação causal, considerando a sua maior ou menor eficácia argumentativa:

Causa real > causa eficiente > causa efetiva > causa formal > pseudo-causa
--

Quanto mais à esquerda do *continuum* proposto, menor o teor argumentativo que o tipo de causa impinge ao texto/discurso, já que a relação entre as proposições desliza de uma associação imediata a uma associação não-imediata cuja aceitação por parte do interlocutor demanda recursos que a justifiquem. Tais recursos não são senão

expedientes argumentativos que o produtor do texto/discurso precisa mobilizar para convencer seu interlocutor.

O terceiro estrato operou com fatores de natureza semântico-discursiva, associando-se diretamente ao teor informacional (dado *versus* novo) veiculado pelas proposições envolvidas na relação de causa. Na disposição que segue a ordem icônica da sucessão temporal, conforme Koch (2003), [A1] veicula a informação dada e antecede [A2], sua consequência. Na ordem inversa à sucessão temporal, [A2] carrega a informação dada e [A1], a informação nova, conforme ilustram estes dados do *corpus*:

(1) “Muitos deles, **devido à** Crise Econômica originada em 2008, viram-se obrigados a se dirigir para outras nações, como o Brasil.” (Texto 20, negritos nossos)

Nesse excerto, [A1] traz a informação dada, a de uma crise econômica que teve, como consequência, [A2], a necessidade de se mudar para outros países.

(2) “Estas nuevas vías de comunicación permiten un grado de contacto entre personas nunca antes posible, **pues** el intercambio de información en la actualidad es, sin importar la distancia, casi instantáneo.”<sup>76</sup> (Texto 15, negrito nosso).

Contrariamente ao que se observou em (1), no excerto (2), [A2] carrega a informação dada, a existência de novos meios de comunicação mais eficazes, e [A1] introduz o dado novo, a troca de informações que esses meios permitem.

Por fim, o estrato pragmático, diretamente relacionado à intenção do produtor do texto, associa-se, entre outros fatores, ao tipo de sequência tipológica em que a relação de causalidade ocorre. Esta pode ocorrer tanto em uma sequência argumentativa quanto em uma sequência explicativa. Se a opção do produtor do texto é por introduzir a relação de causa em uma sequência argumentativa, o texto culmina com uma conclusão. Esta, se for incisiva, porá termo ao texto e, se for parcial, deixará aberta a possibilidade de apresentação de novos argumentos com o fim de constituir outra sequência, argumentativa ou explicativa, até se chegar à conclusão final, que encerrará o texto. A sequência explicativa, por sua vez, não promove um encerramento tão rigoroso, deixando aberta na progressão textual a possibilidade de se apresentarem novos dados, sob a forma de proposições, para dar seguimento à argumentação. Em virtude disso, ela tende a congrega um maior leque de recursos argumentativos.

---

<sup>76</sup> Tradução: Essas novas vias de comunicação permitem um grau de contato entre as pessoas que nunca foi possível antes, **pois** o intercâmbio de informação na atualidade é, sem importar a distância, quase instantâneo. (Texto 15, tradução e negritos nossos)

É imprescindível ressaltar, contudo, que essa categorização individualizada de cada um dos estratos propostos tem aqui uma finalidade meramente didático-descritiva e visa a permitir uma quantificação dos dados, já que, linguisticamente, o conjunto desses quatro estratos se inter-relaciona e, ao escolher uma determinada construção em detrimento de outra, o falante opera simultaneamente com todos eles, como se cada um fosse uma engrenagem do sistema, conforme ilustrado pelo diagrama seguinte:

Estabelecidos os critérios qualitativos, passamos à quantificação dos dados, separando-os segundo os estratos acima descritos. Os valores percentuais foram calculados segundo regra de três simples e dispostos em gráficos e/ou tabelas que visaram a nos permitir descrever a produtividade de nosso objeto de estudo nos dois idiomas analisados, estabelecendo também uma comparação de tendências entre ambos. Os critérios qualitativos propostos foram também relevantes para nos auxiliar a interpretar os resultados quantitativos, sobretudo na tentativa de determinar contextos de variação e de distribuição complementar entre as formas identificadas.

### 3.4 Quadro teórico

O quadro teórico de base é o funcional e orientou a observação da tipologia textual argumentativa em seu uso efetivo, o gênero redação para acesso ao ensino superior. A relevância da interação verbal, uma das premissas que distingue o funcionalismo, direcionou o objetivo da análise de forma a detectar e descrever as escolhas dos autores das redações considerando as determinações do sistema e, ao fazê-lo, buscar regularidades nos contextos de variação nas construções de causa.

As propriedades como a estrutura sintática, o elemento formal, a disposição no período, a função exercida, o significado e a natureza lógica, tratadas por orientações teóricas que não se entrecruzam motivou a necessidade de buscar apoio em um quadro teórico que mostrasse a integração dos aspectos formais, de significação, lógicos e de inserção no discurso. Optamos então por utilizar, como parte do instrumental de análise, o conceito de *construção* para fundamentar o modelo de análise das construções de causa agrupadas em dois conjuntos, nomeados nessa pesquisa como Grupo 1 - *Causa em Figura*, e Grupo 2, de *Fundo*. O conceito de construção, desenvolvido por Goldberg (1995), é expresso nos seguintes termos:

C é uma construção se C é um par forma-significado <Fi Si>, de tal forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não é estritamente predizível a partir das partes que compõem a C, ou de outras construções estabelecidas previamente. (GOLDBERG, 1995, p. 4, tradução nossa<sup>77</sup>).

Nessa perspectiva, o sentido da construção é mais complexo ou diferente daquele localizado em cada um dos componentes da construção, os quais, por sua vez, são responsáveis pelo sentido da construção em si mesma; essa premissa é descrita como o caráter não-composicional do significado das construções gramaticais. Outra premissa desenvolvida por Goldberg (1995) denomina-se Princípio da Não-Sinonímia, o qual preconiza que a uma diferença na forma sintática sempre corresponderá uma diferença no significado (GOLDBERG, 1995). Sua formulação se deu nos seguintes termos:

*O Princípio da Não-Sinonímia:* Se duas construções forem sintaticamente distintas, então elas precisam ser semanticamente ou pragmaticamente distintas (cf.: Bolinger 1968; Haiman 1985; Clark 1987; MacWhinney 1989). Os aspectos pragmáticos envolvem particularidades da estrutura informacional, que incluem tópico e foco e, adicionalmente, aspectos estilísticos da construção, tais como o registro [...].

*Corolário A:* Se duas construções forem sintaticamente distintas e S(emanticamente) sinônimas, então elas precisam não ser P(ragmaticamente) sinônimas.

*Corolário B:* Se duas construções forem sintaticamente distintas e P-sinônimas, então elas precisam não ser S-sinônimas. (GOLDBERG, 1995, p. 67, tradução nossa<sup>78</sup>)

A formulação do princípio de Não-Sinonímia, em seu corolário A, permite indagar acerca da natureza dos conectores canônicos *porque* e *já que*, apresentados nos manuais didáticos do português como variantes (o que implica a serem intercambiáveis e terem o mesmo valor de verdade). As duas formas são sintaticamente diferentes, mas descritas como semanticamente sinônimas. Segundo o corolário A, estas duas formas de conectores não são sinônimas, pragmaticamente. O Corolário B, por sua vez, preconiza

---

<sup>77</sup> Do original: C is a construction iff<sub>def</sub> C is a form-meaning pair <F<sub>i</sub>, S<sub>i</sub>> such that some aspect of F, or some aspect of S<sub>i</sub> is not strictly predictable from C's component parts or from other previously established constructions. (GOLDBERG, 1995, p. 4)

<sup>78</sup> Do original: The Principle of No Synonymy. If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct (Bolinger 1968; Haiman 1985; Clark 1987; MacWhinney 1989). Pragmatic aspects of constructions involve particulars of information structure, including topic and focus, and additionally stylistic aspects of the construction such as register. [...]

Corollary A: if two constructions are syntactically distinct and S(emantically)-synonymous, then they must not be P(ragmatically)-synonymous.

Corollary B: If two constructions are syntactically distinct and P-synonymous, then they must not be S-synonymous. (GOLDBERG, 1995, p. 67).

que duas formas sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, não necessariamente são sinônimas. A diferença pragmática entre as construções causais *porque* e *já que* indica que se trata de construções distintas, segundo funcionem, na sequência explicativa introduzindo a asserção causal com o término em uma consequência e, na sequência argumentativa, com o término em uma conclusão (ADAM, 2019).

A superposição de propriedades subjacentes à relação causal, que pelo mecanismo da construção vão além dos conectores/locuções e, ao mesmo tempo, podem ajudar a compreender as escolhas lexicais por uma ou outra forma, direcionaram a seleção das opções teóricas seguintes, as quais confluíram no modelo de análise interdisciplinar que adotamos e que culminaram nos resultados da pesquisa.

A primeira opção versa sobre as condições de verdade subjacentes nas asserções que compõem uma relação causal e as formas lexicais sob as quais essa relação expressa seus diferentes matizes, alocados em duas categorias amplas, a implicação e a explicação. Essas considerações estão baseadas em Charaudeau (1992) e buscam descrever o contexto imediato de produção das asserções da relação causal, explicitando as possibilidades discursivas de complementação da lógica de proposições dentro da relação causal. Em Eggs (1994), também dentro do enfoque discursivo da linguagem, apresentamos um modelo lógico para reconhecer uma forma canônica de argumentação, dentro da qual é possível determinar critérios para a variação de alguns conectores. Nessa linha de abordagem, Adam (2019) contribui com os protótipos das sequências argumentativa e explicativa, as quais se distinguem pelo valor e função da proposição com a qual cada uma se encerra, a saber, a consequência/resultado, na sequência explicativa e por uma conclusão, na sequência argumentativa.

Após apresentar neste capítulo os procedimentos e opções teóricas que basearam o modelo de análise adotado, passaremos a tratar dos resultados e de seus desdobramentos, no capítulo seguinte.

**PÁGINA  
INDISPONÍVEL**

## REFERÊNCIAS:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ADAM, Jean-Michel. *Textos: tipos e prototipos* (tradução de Mônica Magalhães Cavalcante... [et al]). São Paulo: Contexto, 2019.

ALONSO, Martín. *Gramática del español contemporáneo*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1968.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa... [et al.] São Paulo: Contexto, 2018.

ANSCOMBRE, Jean-Claude et DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. 2.ed. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1983.

ARISTOTE. *La Poétique* (tradução de R. Dupont-Roc e J. Lallot). Paris: Le Livre de Poche, 1980.

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos de gramática do português*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. New York: New York Press, 1965

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2009.

BELLO, Andrés e CUERVO, Rufino J. *Gramática de la lengua castellana*. 2 ed. Buenos Aires: Editorial Sopena, 1949.

BENOT, Eduardo. *Arte de hablar*. Gramática filosófica de la lengua castellana. Buenos Aires: Ediciones Anaconda, 1941.

BOREL, M. – L'explication dans l'argumentation: approche sémiologique. In : *Langue française*, 50, 20-38. 1981b.

BRAGA, Maria Luiza e PAIVA, Maria da Conceição. Gramaticalização e gramática de construções: estabilidade e instabilidade no uso de orações complexas de causa em tempo real. *Revista Letras & Letras*, no. 1, v. 27, p. 51 – 70, jan-jun 2011.

BYBEE, Joan L. Usage-based theory and exemplar representations of constructions. Em *The Handbook Oxford of Construction Grammar*. Thomas Hoffman e Graeme Trousdale (eds.) Imprensa da Universidade de Oxford. 2013. pp. 49-69.

- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du Sens et l'Expression*. Paris : Hachette Education, 1992.
- CROFT, William e CRUSE, D. Alan. *Linguística Cognitiva*. Tradução de Antonio Benítez Burraco. Madrid: Ediciones Akal, 2008.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- Di TULLIO, Ángela e MALCUORI, Marisa. *Gramática del español para maestros y profesores de Uruguay*. Montevideo: ANEP. ProLEE, 2012.
- DICIONÁRIO Caldas Aulete da língua portuguesa: edição de bolso. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- DICIONÁRIO HOUAISS ELETRÔNICO. Dicionário Houaiss da Língua portuguesa. CD-ROM. Editora Objetiva, 2001-2009.
- DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. In : *The Journal of Philosophy*, The Journal of Philosophy Inc. New York, vol. 67, no. 24, 24/12/1970. P. 1007-1023.
- EGGS, Ekkehard. *Grammaire du discours argumentatif: le tópic, le générique, le figuré*. Paris: Editions Kimé, 1994, p. 56 – 60.
- FARIAS, Washington Silva de. As gramáticas dos linguistas no Brasil: efeitos de sentido polêmicos sobre a língua a re-conhecer. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*. Tubarão: SC, v. 14, n. 1, p. 105-122, jan./abr. 2014.
- FERRARI, Lilian. Modelos de gramática em Linguística Cognitiva: princípios convergentes e perspectivas complementares. *Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Cognição*, no. 41, p. 149-165, 2010.
- FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 16 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- GILI GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. 11 ed. Barcelona, 1980.
- GOLDBERG, Adele E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1995.
- GREIMAS, A. J. e COURTES, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonnée de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979.

Grize, J. B. L'argumentation: Explication ou séduction. In: *Linguistique et sémiologie: L'argumentation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1981.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KURY, Adriano da Gama. *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

FRANÇA, Júnia Lessa e VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 9 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LAKOFF, G.. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: Chicago University Press. 1987, p. 68 – 76.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

MATTE BON, Francisco. *Gramática comunicativa del español*. Tomo II: De la idea a la lengua. Madrid: Edelsa, 1995.

MARCUSCHI, Luis Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*, Tomo I. Trad. de Adail U. Sobral *et alii*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1994.

MUÑOZ, Ignacio Bosque. *Las categorías gramaticales*. Madrid: Editorial Síntesis, 1990.

MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Ana Cristina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Pag. 801-829.

\_\_\_\_\_. *Gramática do português culto falado no Brasil*. V. 2. Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christina. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

REAL Academia Española. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Librería y Casa Editorial Hernando, 1928.

SAID ALI, M. *Grammatica histórica da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

SANTOS, Consuelo Hermine. *Orações subordinadas adverbiais causais x orações coordenadas explicativas: uma análise empírico-experimental*. 2018. 65 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SEARLE, John R. *A classification of illocutionary acts*. *Language in Society*, n. 5. Londres: Cambridge University Press, 1976.

SOUZA, André Luiz. A gramática de construções. In: *Linguagem e Cognição: desafios e perspectivas*. De cada lugar um olhar. Belo Horizonte: Editora PUC- MG, 2010. p. 125-144.

TORREGO, Leonardo Gómez. *Gramática didáctica del español*. 10 ed. Madrid: Ediciones SM, 2011.

#### **DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:**

AMORIM, Fabrício da Silva. Considerações sobre a relação de causalidade na conexão de orações: da tradição à descrição. In: *Domínios de linguagem*. Revista Eletrônica de Linguística. Vol. 6, no. 1. 1º. Semestre 2012. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14802>> Acesso: 13/08/2016.

EL EGOÍSMO NECESARIO. Redação produzida por Marina Betancor Caro, 2º Bachiller A, IES Joan Maria Thomàs. Disponível em: <<http://lengua2bachllaut.blogspot.com.br/2012/11/ejemplo-de-texto-argumentativo.html>> Acesso em 20/06/2016

FAJARDO URIBE, Luz Amparo. La Lingüística cognitiva: principios fundamentales. *Cuadernos de Lingüística Hispánica*. Janeiro-julho 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=322230194007>> Acesso em: 27/07/2018

FILLMORE, Charles J., KAY, Paul e O'CONNOR, Mary Catherine. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of LET ALONE. In: *Language*, N. 64, v. 3, p. 501-538. Setembro 1988. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Paul\\_Kay/publication/230875997\\_Regularity\\_and\\_idiomaticity\\_in\\_grammatical\\_constructions\\_the\\_case\\_of\\_LET\\_ALONE/links/00b495249fcfb2f9300000/Regularity-and-idiomaticity-in-grammatical-constructions-the-case-of-LET-ALONE.pdf?origin=publication\\_detail](https://www.researchgate.net/profile/Paul_Kay/publication/230875997_Regularity_and_idiomaticity_in_grammatical_constructions_the_case_of_LET_ALONE/links/00b495249fcfb2f9300000/Regularity-and-idiomaticity-in-grammatical-constructions-the-case-of-LET-ALONE.pdf?origin=publication_detail) Acesso: 25/08/2018

LA LEGALIZACIÓN DE LAS DROGAS. Redação produzida por Abigail G. Propuesta Actual, colégio Secundario. Disponível em: <http://www.propuesta-actual.edu.ar/produccion-de-una-alumna-texto-argumentativo/> Acesso: 20/05/2016

LANGACKER, R. W.. The cognitive perspective. *CRL Newsletter*, February 1987, Vol. 1, No. 3. Disponível em: < <https://crl.ucsd.edu/newsletter/1-3/1-3.pdf>> Acesso: 14/08/2016.

MANN, W.C., e THOMPSON, S.A. 1988. *Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization*. Text, 8 (3). 243-281.

Disponível em:

< [https://www.sfu.ca/rst/05bibliographies/bibs/Mann\\_Thompson\\_1988.pdf](https://www.sfu.ca/rst/05bibliographies/bibs/Mann_Thompson_1988.pdf)>. Acesso: 02/06/2016

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In:

Disponível

em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod\\_resource/content/3/Art\\_Marcuschi\\_G%C3%AAneros\\_textuais\\_defini%C3%A7%C3%B5es\\_funcionalidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf) Acesso: 10/09/2019

MAZZARO Vilar de Almeida, Daniel. Dos marcadores discursivos e conectores: conceituação e teorias subjacentes. In: Gláuks, 12. 2012, 169-203. Disponível em: <

[https://www.researchgate.net/publication/316257522\\_Dos\\_marcadores\\_discursivos\\_e\\_conectores\\_conceituacao\\_e\\_teorias\\_subjacentes](https://www.researchgate.net/publication/316257522_Dos_marcadores_discursivos_e_conectores_conceituacao_e_teorias_subjacentes)> Acesso: 06/11/2019

MEC/INEP/DAEB. *Redação no ENEM 2016*. Cartilha do participante. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf)> Acesso: 18/10/2016

MEC/INEP/DAEB. *Redação no ENEM 2015*. Cartilha do participante. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2012/guia\\_participante\\_redacao\\_enem\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2012/guia_participante_redacao_enem_2012.pdf) Acesso: 25/06/2017

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Nueva gramática de la lengua española, Manual. Madrid: Espasa, 2009-2011. Disponível em: <[http://www.rae.es/sites/default/files/Sala\\_prensa\\_Dossier\\_Gramatica\\_2009.pdf](http://www.rae.es/sites/default/files/Sala_prensa_Dossier_Gramatica_2009.pdf)>

Redações de excelência da Costa Rica, (2015 e 2016). Disponível em

<[http://www.dgec.mep.go.cr/sites/all/files/dgec\\_mep\\_go\\_cr/documentos/redacciones\\_destacadas\\_2015.pdf](http://www.dgec.mep.go.cr/sites/all/files/dgec_mep_go_cr/documentos/redacciones_destacadas_2015.pdf)> Acesso: 15/11/2016

Redações de excelência da Costa Rica, (2016). Disponível em

[http://www.dgec.mep.go.cr/sites/all/files/dgec\\_mep\\_go\\_cr/documentos/redacciones\\_de\\_excelencia\\_2016.pdf](http://www.dgec.mep.go.cr/sites/all/files/dgec_mep_go_cr/documentos/redacciones_de_excelencia_2016.pdf)> 19/11/2016

RODRÍGUEZ, Carmen Galán. Las oraciones causales: propuesta de clasificación. *AEF*, XVIII.1995, p. 125-158. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/72044189.pdf> Acesso: 26/08/2018

ROSÁRIO, Ivo da Costa e OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa, Revista de Linguística*. São Paulo, v. 60, 2, 233-259, 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/8007>> Acesso em: 27/07/2018

SIEMPRE RESULTA UMA EXCUSA. Redação produzida por Kelly Bohórquez. INEM Felipe Pérez – Instituto Nacional de Enseñanza Media. In: RIOS, Ana Milena Montoya e MEJÍA, José James Motato. *Trabajo de grado presentado para optar al título de Licenciados em Español y Literatura*. Disponível em: <http://repositorio.utp.edu.co/dspace/bitstream/handle/11059/3056/3712686132M798.pdf?sequence=1> Acesso: 31/12/2016.

TABOADA, Maite. Discourse Markers as signals (or not) of Rhetorical Relations. *Journal of Pragmatics*. <https://www.elsevier.com>, v. 38, no. 4, p. 567-592, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/222580840\\_Discourse\\_markers\\_as\\_signals\\_or\\_not\\_of\\_rhetorical\\_relations](https://www.researchgate.net/publication/222580840_Discourse_markers_as_signals_or_not_of_rhetorical_relations)> Acesso: 18/04/2017

VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções ‘porque’, ‘pois’, e ‘já que’. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. No. 1, 1978. p. 35-50. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/index.php/cel/article/download>> Acesso: 05/11/2019.

## APÊNDICE - Textos comentados

### PORTUGUÊS

**Texto 02** - ENEM 2011 – Tema: Viver em rede no séc. XXI: os limites entre o público e o privado

O padrão de construção que traduz a relação de causalidade foi a forma canônica [A1 (sem conector) → A2], em que A2 recuperando a noção de causa por meio de um verbo modalizado (pode trazer).

(01) - Afinal, a internet se constitui também como um ambiente social (A1) que à primeira vista pode **trazer** a falsa ideia de assegurar o anonimato(A2). (Texto 2)

As condições de verdade na relação causal subjacente em  $A1 \rightarrow A2$  estão constituídas sobre uma relação bastante frágil, típica de causa formal, segundo a qual A1 é uma das condições possíveis de A2. Essa característica é intrínseca à generalização da asserção A1 que não menciona uma das grandes mazelas da internet, a de isolar do convívio social o cidadão que privilegia esse meio para interagir. Por esse teor de A1, sua negação (não ser um ambiente social em sentido estrito) faz com que A2 continue sendo válida (superficialmente, a internet traz uma falsa ideia de assegurar o anonimato). A negação de A2, por sua vez, pode coexistir com A1, raciocínio expresso na paráfrase seguinte [Apesar de superficialmente não trazer a ideia de assegurar o anonimato, a internet se constitui como um ambiente social]. A validade da negação expressa na paráfrase anterior pode ser constatada pelo estado atual das comunicações em rede, pela exposição e esclarecimento amplo dos mecanismos para identificar os cidadãos que publicam informações via internet.

O dado (01), fundado sobre uma relação causal, integra uma sequência argumentativa em que assume o valor de conclusão parcial, denominada por Adam (2019) como Macroproposição Argumentativa (MPArg). A posição desse excerto no texto, no meio do terceiro parágrafo, encerra provisoriamente uma sequência aberta no primeiro parágrafo com a apresentação do assunto e respectivo posicionamento do autor do texto. O segundo parágrafo, por sua vez, apresenta uma sequência argumentativa com dois dados relacionados entre si que culminam com uma conclusão também parcial sobre a internet no contexto de produção desse texto escolar. Esses dois parágrafos

iniciais são seguidos por um terceiro, no qual o autor problematiza a questão por meio de um dado, ao qual relaciona o excerto (01) como uma conclusão.

A relação lógica de causa formal subjacente em (01) é intencionalmente colocada como um expediente que fortalece o potencial argumentativo do texto, propósito que pode ser visto no posicionamento de seu autor, que apresenta na sequência a (01) um novo dado para comprovar o quanto trata com propriedade o tema proposto:

(02) - A fragilidade dessa suposição se dá na medida em que **causas** originadas no meio virtual (A1) podem sim trazer consequências para o mundo real. Crimes virtuais, processos jurídicos, disseminação de ideias, organização de manifestações são apenas alguns exemplos da integração que se faz entre o real e o virtual.

A sequência explicativa em (06), fundada sobre uma relação lógica de causa formal, apresenta-se como o encerramento da problematização detalhada no terceiro parágrafo, ao qual se seguirá uma sequência argumentativa final, com dados e conclusão.

#### **Texto 08** -ENEM 2013 - Tema: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

O padrão de construção que traduz a relação de causalidade foi a forma canônica [A1 (sem conector) → A2], em que A2 traz um termo recuperando a noção de causa (acarreta).

(03) [...] não é plausível afirmar que toda a população brasileira possui consciência de que [beber e dirigir (A1) **acarreta** danos graves (A2)].

As condições de verdade na relação são certificadas pelo fato de que A1 é tão somente uma das condições possíveis de A2, propriedade da causa formal. O fato de se ter consciência do perigo não muda a situação em si mesma. Se considerarmos que ainda que os riscos de dirigir alcoolizado sejam de conhecimento amplo, há cidadãos que os ignoram e continuam praticando esse ato. A negação de A1, portanto, cuja paráfrase aproximada é [pode-se afirmar que toda a população brasileira possui consciência de que beber e dirigir] pode coexistir com A2 [acarretar danos graves]. A negação de A2, por sua vez, [não acarretar danos graves], não pressupõe a negação de

A1, ou seja, a falta de consciência de uma parcela (não se especifica seu tamanho) da população brasileira sobre os perigos de beber e dirigir pode continuar sendo a mesma, independente de que álcool e direção possam não ser perigosos.

A sequência tem as características de uma explicação, ao lhe aplicarmos o modelo lógico-semântico PORQUE [p]? [Porque acarreta danos graves?] cuja resposta é PORQUE [q] [Porque resulta de beber e dirigir].

A posição dessa sequência no início do terceiro parágrafo do texto argumentativo esclarece a função pragmático-discursiva da explicação causal. No primeiro parágrafo apresenta-se o tema dentro do contexto social e o principal objetivo da Lei Seca. No segundo parágrafo, são colocados dados para comprovar a eficácia da lei, pelo recurso de citar alguns impactos no cotidiano da população brasileira. O terceiro parágrafo, em cujo início o dado figura, tem a função de apresentar a contribuição do texto a respeito do tema. Para justificar sua contribuição, a autora apresenta um dos pontos fracos da repercussão da lei e o faz com o recurso de uma relação causal.

O efeito desejado, convencer sobre seu ponto de vista, tem estreita relação com o expediente de apresentar, na consequência, um termo do campo semântico da causa (acarretar = causar). A consequência passa a ser dotada, em função da argumentatividade do dado, de um potencial mais forte de convencimento do leitor/auditório, por remeter ao campo semântico de causa/razão/fundamento.

**Texto 16** - ENEM 2015 – Tema: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

O padrão de construção que traduz a relação de causalidade foi descrito como [A2 → (conector) A1], em que A2 é retomada por um anafórico.

(04) Além disso, há o estigma do machismo na sociedade brasileira. Isso ocorre (A2) **porque** a ideologia da superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino reflete no cotidiano dos brasileiros. (A1)

A verificação das condições de verdade da relação entre as duas asserções permite interpretar que a negação de A1 [a ideologia da superioridade do gênero masculino sobre o feminino está presente no cotidiano] requer a negação de seu efeito/consequência A2 [a sociedade brasileira é estigmatizada pelo machismo], fato observável na conexão racional e lógica entre A1 e seu efeito correlato A2. A negação

de A2, por sua vez, pressupõe obrigatoriamente a negação de A1. Essas condições são típicas da exclusividade e, assim, da relação lógica de causa real.

A função pragmática explicativa pode ser descrita a partir da pergunta PORQUE [p]? para identificar a consequência/efeito, cuja causa é detectada na resposta PORQUE [q]. Para o dado (01), parafraseamos: PORQUE há o estigma do machismo na sociedade brasileira? PORQUE a ideologia da superioridade do gênero masculino sobre o feminino está presente no cotidiano dos brasileiros.

Com relação ao papel exercido pela explicação dentro de um texto argumentativo, a variável posição da construção causal em relação ao texto como um todo é bastante elucidativa. O excerto em (01) faz parte de uma sequência argumentativa em que a tese é situada no parágrafo inicial. No segundo parágrafo, apresentam-se os dados relativos a aspectos culturais brasileiros sobre o tema violência contra a mulher. Na sequência, o terceiro parágrafo do mesmo texto inicia-se apresentando a construção (01) [ A2 → A1] como um dado fiável para uma conclusão que será derivada algumas linhas abaixo e que reproduzimos aqui, por sua conexão lógica com a sequência argumentativa construída a partir do primeiro parágrafo do texto.

(05) - Dessa forma, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados (A2) **por estarem** dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado (A1).

A produtividade recorrente da relação de causalidade dentro dos textos dissertativo-argumentativos escolares é patente quando detectamos a interseção entre explicação e argumentação. O exemplo no. (05) traz o uso de uma conclusão, localizada ao final do terceiro parágrafo, que encerra a problematização do assunto proposto e prepara o leitor/avaliador para o posicionamento que virá no parágrafo seguinte (o último). A conclusão, por sua vez, também utiliza o recurso da relação de causalidade e a relação lógica subjacente, desta vez, é típica de uma causa eficiente, em que A1 constitui uma condição inevitável para o efeito A2. A escolha de uma condição inevitável, por sua vez, aumenta o potencial argumentativo da conclusão em A2, ao permitir outras condições que, por sua natureza, também condizem com A2, por exemplo, a falta de crença das mulheres em sua força como coletivo frente à sociedade patriarcal.

Os dados apresentados em (04) e (05) demonstram, por sua disposição no texto do qual foram retirados, a relação estreita entre explicação e argumentação na tipologia textual objeto dessa pesquisa.

## **Textos comentados**

### **ESPAÑHOL**

**Texto 02** – Argentina, 2014. Tema: La legalización de las drogas

O dado a seguir traz algumas características que o distinguem pela forma como se recorreu às construções de causalidade para fundamentar a argumentação em defesa do ponto de vista de seu autor. O período inicia-se com uma construção causal não canônica e é reforçado pelo conector canônico, ambos em negrito.

(06) “**Por todas estas razones**, legalizar las drogas sería una mala decisión. No sólo para el ahora sino sobre todo para las futuras generaciones, **porque** si ya desde que uno nace se le enseña que consumir drogas no es malo, eso va a ir expandiéndose y dentro de nada, tendría a más del cincuenta por ciento del mundo drogadicto.”<sup>79</sup>

A sequência argumentativa presente em (06) apresenta dois pares de asserções, ambos na ordem canônica[(A1) → (A2)]. Na primeira ocorrência, [(A1) *Por todas estas razones*, → (A2) *legalizar las drogas sería una mala decisión.*], (A2) conclui uma sequência anterior, iniciada com um posicionamento do autor do texto a respeito da legalização das drogas. O encadeamento dessa sequência argumentativa faz uso de dados que se colocam a favor da posição assumida pelo autor, a de que as drogas não são benéficas nem em casos restritos como o de seu uso em fármacos. Tal informação consta de uma proposição que foi refutada, apesar de todo o conhecimento científico disponível atualmente sobre esse assunto. A conclusão apresentada no primeiro par de asserções [*legalizar las drogas sería una mala decisión*] está fundamentada no ponto de vista de seu autor, a partir do qual (A1) [*Todas estas razones*] constitui uma das condições possíveis para (A2), característica da causa formal.

---

<sup>79</sup> Por todas essas **razões**, legalizar as drogas seria uma decisão má. Não só para o agora, mas sobretudo para as gerações futuras, **porque** se desde que alguém nasce lhe for ensinado que consumir drogas não é mau, isso vai se expandir e dentro de pouco tempo, ter-se-ia mais de cinquenta por cento do mundo dependente de drogas. (Texto 02, tradução e negritos nossos)

No segundo par de asserções, colocado como uma ampliação da conclusão anterior, sob a ordem [(A1)  $\rightarrow$  (A2)], seu autor apresenta [(A1) *porque si ya desde que uno nace se le enseña que consumir drogas no es malo*] como uma condição imprescindível para a consequência [(A2) *eso va a ir expandiéndose y dentro de nada, tendría a más del cincuenta por ciento del mundo drogadicto*], pelo uso de um modalizador iniciado pela construção causal canônica: *porque si ya desde que*. A consequência derivada de (A1), por sua vez, tem o efeito de sentido de um recurso bem expressivo para convencer ao interlocutor. Em (A2), de acordo com a condição inevitável expressa em (A1), observamos o anúncio de uma catástrofe, a de que metade do mundo seria dependente de drogas dentro de pouco tempo. Nesse caso, da forma como é apresentada, A1 codifica com relação a A2 uma relação lógico-semântica de causa eficiente.

A negação típica da relação lógica de causa formal, ao ser localizada em A1 (todas as razões anteriores), inclui entre seu escopo tanto a proposição refutada (o uso de drogas permitido em fármacos) quanto as outras proposições arroladas (os danos que as drogas provocam no ser humano). Esse raciocínio permite que a negação de somente um dos usos das drogas (o prejudicial) possa coexistir com (A2). A negação de [(A2) legalizar as drogas seria uma boa decisão], pelo mesmo motivo da dubiedade presente em [(A1) seu uso como fármaco], pode coexistir com essa asserção.

A função pragmática explicativa pode ser descrita a partir da pergunta PORQUE [p]? para identificar a conclusão [*legalizar las drogas sería una mala decisión*], cuja causa é detectada na resposta PORQUE [q (*por todas esas razones*)].

O papel exercido pela sequência explicativa dentro de uma sequência argumentativa é visível pela posição das construções causais em relação ao texto como um todo, finalizado pelo excerto (06) ao qual se segue outra sequência explicativa com função de reforço da conclusão. Essa última sequência, iniciada com uma expressão para marcar a opinião – *con toda seguridad* - , recorre ainda à forma reduzida *causando* na consequência (cf. texto 02).

A conclusão final, instaurada sobre a relação lógica de causa formal, mostra-se como um recurso com baixo poder de persuasão, o qual pode ser constatado na natureza lógica da causa formal, típica de relações instauradas sobre o domínio epistêmico, o qual compreende o conjunto de crenças do falante (NEVES, 2000).

**Texto 12** – Costa Rica, 2016 – Redacciones de Excelencia. Título: Deportistas costarricenses: historias que inspiran

O dado a seguir integra uma sequência argumentativa iniciada no terceiro parágrafo do texto, cujo propósito é concluir a sequência iniciada no primeiro parágrafo e desenvolvida no segundo. O dado, cuja função discursiva é mostrar o conhecimento do autor do texto sobre o tema abordado, encerra uma conclusão parcial que, por sua vez, a relaciona com as proposições que serão apresentadas depois no texto.

(07) “Por otro lado, también podemos mencionar el caso de Andrey Amador, quien **a base de** arduo trabajo logró conmover a toda Costa Rica, incluso a quienes no disfrutaban del ciclismo.” (negritos nossos)

A relação lógica subjacente em [(A1) *a base de arduo trabajo*] está fundamentada em uma asserção que constitui uma das condições possíveis para sua consequência [(A2) *logró conmover a toda Costa Rica, incluso a quienes no disfrutaban del ciclismo*], que é redigida com o recurso de uma hipérbole, para atingir certo grau de força expressiva na consequência. A natureza da asserção (A1), o trabalho árduo, por sua vez, permite interpretar essa condição como uma dentre muitas, mas por si só não suficiente para o efeito comover a todo um país. Essa comoção, por sua vez, tem relação direta com a presença na mídia para a veiculação de algum resultado positivo em prêmio importante. Há, no meio esportivo, inúmeros atletas desconhecidos que também treinam arduamente e não chegam a comover todo um país, muito menos pessoas que não são afeitas a determinado esporte. A relação entre as duas asserções assume, assim, a natureza de um juízo de valor do autor do texto, o que a coloca entre proposições de natureza epistêmica.

A negação de (A2), por sua vez, mantém a validade de (A1), e pode ser expressa nos termos *a pesar de su arduo trabajo no llegó a conmover a todo el país*. Essa interpretação tem a mesma natureza da negação em (A1), a de que o trabalho duro não garante por si só o êxito profissional no mundo dos esportes. A relação lógica fundada na causa formal, por fazer parte de uma sequência explicativa, coloca-se como um expediente mais eficaz ao remeter a um amplo conjunto de condições não mencionadas e possíveis para se chegar à consequência A2.

A função pragmática explicativa pode ser identificada a partir da pergunta PORQUE [p]? (*llegó a conmovier a todo el país*) para identificar a consequência/efeito, cuja causa é detectada na resposta PORQUE [q] (*su trabajo fue arduo*).

Os dois parágrafos finais desse texto são construídos também com sequências explicativas, finalizadas com uma reflexão de natureza moral, a modo de ensinamento a partir da história dos atletas mencionados no texto.

**Texto 13** – Costa Rica, 2016 – Redacciones de Excelencia. Título: Los avances tecnológicos revolucionan el mundo actual

O dado a seguir integra, em seu texto de origem, a última sequência argumentativa, dentro da qual o autor se posiciona a respeito do texto tratado e, de igual maneira, encaminha as proposições para a conclusão final que virá no parágrafo seguinte. A configuração discursiva dessa sequência mostra o recurso ao reforço expressivo, em sua proximidade com a conclusão final, para atingir maior persuasão na audiência (o interlocutor/leitor).

(08) “Otro aspecto importante por destacar es la intención de la tecnología con el ser humano, **pues** si bien es cierto que le brinda una mejor calidad de vida, simultáneamente le afecta en otras áreas. Por ejemplo, el sedentarismo **causado** por la mecanización del trabajo y la adicción a dispositivos como celulares y computadoras.”  
(negritos nossos)

As condições de verdade na construção [(A1) la tecnología [...] **pues** si bien es cierto que le brinda una mejor calidad de vida al ser humano) →(A2) simultaneamente le afecta en otras areas, por ejemplo, el sedentarismo **causado** por la mecanización del trabajo y la adicción...] permitem que interpretar (A1) como uma das condições necessárias para a consequência (A2). Essa possibilidade foi licenciada pelo autor do texto com o uso do modalizador *si bien*, associado ao conector *pues* com o fim de dotar um matiz concessivo à nova construção causal. A negação de (A1), por sua vez, pode exigir a negação de (A2) para manter o valor de verdade das asserções. A negação de [(A2) a tecnologia não afeta o ser humano em outras áreas] , por sua vez, pode coexistir com (A1), e essa plausibilidade é facultada pela menção genérica às áreas

afetadas, o que faz de (A1) uma das condições necessárias para (A2), ou seja, característica da causa lógica efetiva.

O desenho discursivo da sequência explicativa em (08) pode ser descrito como PORQUE [(p) *simultaneamente le afecta en otras áreas?*] cuja resposta, [PORQUE (q) *pues si bien le brinda una mejor calidad de vida*], na asserção causal introduzida por uma construção modalizada pelo marcador concessivo *si bien*, anuncia que a consequência será contrária ao que a causa lógica antecedente sinaliza.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Textos em português

#### Texto 2 - CIDADANIA VIRTUAL

Nome: Mary Clea Ziu Lem Gun, Barueri (SP). (p. 34)

Assistimos hoje ao fenômeno da expansão das redes sociais no mundo virtual , um crescimento que ganha atenção **por** sua alta velocidade de propagação, **trazendo** como **consequência**, diferentes impactos para o nosso cotidiano. Assim, **faz-se necessário** um cuidado, uma cautelosa discussão a fim de encarar essa nova realidade com uma postura crítica e cidadã para então desfrutarmos dos benefícios que a globalização dos meios de comunicação pode nos oferecer.

A internet nos abre uma ampla porta de acesso aos mais variados fatos, verbetes, imagens, sons, gráficos etc. Um universo de informações de forma veloz e prática permitindo que cada vez mais pessoas, de diferentes partes do mundo, diversas idades e das mais variadas classes sociais, possam se conectar e fazer parte da grande rede virtual que integra nossa sociedade globalizada. Dentro desse contexto as redes sociais simbolizam de forma eficiente e sintética como é o conviver no século XXI, como se estabelecem as relações sociais dentro da nossa sociedade pós-industrial , fortemente integrada ao mundo virtual .

Toda a comodidade que a rede virtual nos oferece é , no entanto, acompanhada pelo desafio de ponderar aquilo que se publica na internet, ficando evidente a instabilidade que existe na tênue linha entre o público e o privado. Afinal , a internet se constitui também como um ambiente social que à primeira vista pode **trazer** a falsa ideia de assegurar o anonimato. A fragilidade dessa suposição se dá na medida em que **causas** originadas no meio virtual podem sim **trazer** consequências para o mundo real . Crimes virtuais, processos jurídicos, disseminação de ideias, organização de manifestações são apenas alguns exemplos da integração que se faz entre o real e o virtual .

Para um bom uso da internet sem cair nas armadilhas que esse meio pode eventualmente nos apresentar, é necessária a construção da criticidade , o bom senso entre os usuários da rede , uma verdadeira educação capaz de estabelecer um equilíbrio entre os dois mundos, o real e o virtual . É papel de educar tanto das famílias, dos professores como da sociedade como um todo, só assim estaremos exercendo de forma plena nossa cidadania.

Fonte:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2012/guia\\_participante\\_redacao\\_enem2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/guia_participante_redacao_enem2012.pdf). Acesso: 18/11/2016

ENEM 2011 – Tema: Viver em rede no séc. XXI: os limites entre o público e o privado

## Texto 7 – CONSTRUINDO UMA DINÂMICA MAIS ÉTICA DO TRÂNSITO NO BRASIL

Nome: Sarah Christyan de Luna Melo. Jaboaão dos Guararapes – PE (p. 31)

Com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder, a política de abertura da economia brasileira entrou em ação mais vigorosamente do que em qualquer outro episódio da história do Brasil. Nesse cenário, a entrada de automóveis no Brasil como produtos de consumo foi cada vez maior. No entanto, o governo não tomou como prioridade a fiscalização das estradas do país e uma prática nociva tornou-se comum: beber e dirigir. Recentemente, o governo implantou a Lei Seca, visando diminuir os efeitos dessa prática. Nesse contexto, cabe analisar os aspectos positivos da aplicação dessa Lei, e como ela pode ser melhorada.

**Em função da** implantação da Lei Seca, segundo pesquisas da UFRJ, os números de acidentes fatais no trânsito **relacionados** ao alcoolismo caíram drasticamente desde o começo de 2013. Devido a essa evidência a tese de Thomas Hobbes – “a intervenção estatal é necessária, como forma de proteger os cidadãos de maneira eficaz” – é corroborada. Nesse caso, **por** meio da Lei Seca, através do exame do bafômetro e da aplicação de multas a motoristas alcoolizados, a intervenção protegeu a população de maneira vital: salvou milhares de vidas.

Ademais, uma questão muito subjetiva é tratada e trabalhada pela nova legislação: a empatia. É muito presente, ao longo da história das civilizações, a ocorrência de casos nos quais alguns decretos e leis **contribuíram** na construção de uma sociedade mais ética e virtuosa. **Em decorrência disso**, a implantação e a propaganda da Lei Seca, ao **estimularem** o motorista a não beber antes de dirigir, podem também **levá-lo** a pesar as conseqüências de seus atos: desrespeitar a lei, nessa situação, pode custar a vida de outrem. Assim, acidentes advindos do alcoolismo no trânsito poderão ser evitados, não só pelo medo da punição, mas também pela via da consciência ética.

Destarte, fica claro que a Lei Seca ajuda tanto regulamentação do trânsito, quanto na formação moral do cidadão brasileiro.

No entanto, a forma de tratar os que desrespeitam a lei pode ser mudada. Ao invés de aplicação de multas, o governo federal poderia buscar parcerias com ONGs interessadas e implantar um programa de reeducação social para os infratores. Cursos de conscientização, aliados a trabalho voluntário em comunidades carentes poderiam servir como orientação pedagógica para quem costuma beber e dirigir. Assim o trânsito no Brasil poderá tomar as formas de uma dinâmica mais ética e segura para todos.

Fonte:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf) Acesso: 20/11/2016

ENEM 2013 - Tema: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

## Texto 8 – Sem título

Nome: Clara de Araújo Dias. Brasília – DF. (p. 33)

A Lei Seca foi implantada no Brasil no ano de 2008, com a finalidade de reduzir o número de acidentes de trânsito, **tendo em vista que 30% destes são causados** por condutores alcoolizados. A lei determina que, **se** comprovada a ingestão de álcool através do teste do “bafômetro” ou exame de sangue, o motorista poderia perder sua habilitação e até cumprir pena, além de pagar uma multa.

No período inicial de implantação da lei, a população se surpreendeu com a quantidade e seriedade das fiscalizações. Certamente, o brasileiro acreditou que continuaria impune ao colocar em risco a sua vida e a dos que o cercam. Com a percepção de que seus atos teriam sérias consequências, veio uma notável mudança de postura da população, **que** passou a deixar seus carros em casa, utilizando outros meios de transporte ou até mesmo não consumindo bebidas alcoólicas.

Entretanto, como toda generalização, esta também é equivocada: não é plausível afirmar que toda a população brasileira possui consciência de que beber e dirigir **acarreta** danos graves. Ainda há a parcela que conserva o pensamento de que “nada de ruim acontecerá” e “apenas uma latinha não fará mal”. Para atingir essa parcela ainda existente, algumas medidas já têm sido tomadas, como a divulgação de publicidade. Mesmo com os resultados significativos após cinco anos de implantação da lei, existem outras ações que podem ser tomadas: implantação de aulas e palestras para uma conscientização precoce sobre os efeitos do uso do álcool nas redes de ensino básico, melhorias no sistema de transportes públicos (diminuindo a dependência dos privados), incentivos fiscais aos taxistas (**levaria a** uma redução nas tarifas) e, finalmente, aumento nas fiscalizações em determinados horários.

Fonte:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf) Acesso: 20/11/2016

ENEM 2013 - Tema: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

**Texto 13 - PUBLICIDADE INFANTIL : ENCLAVE À FAIXA ETÁRIA PUERIL**  
Nome: Taiane Cechin Escola privada de Veranópolis – RS (p. 44)

“A palavra é instrumento irresistível da busca pela liberdade”, afirmou Rui Barbosa em relação ao direito de expressão. No entanto, a liberdade de imprensa e propaganda, garantida pela constituição brasileira, depara-se com limites no que tange à persuasão aos pequenos. Esses, vivenciando a fase pueril, não detêm a criticidade desenvolvida e, **consequentemente**, são facilmente influenciáveis. Assim, a publicidade infantil brasileira progride apelando às crianças e, dessa maneira, necessita de reparos que atenuem os tons abusivos e persuasivos.

A propaganda é meio eficiente a atingir a venda de produtos, **já que**, através de artifícios intrigantes, como imagens e até personalidades famosas, coage os consumidores. As crianças são alvos constantes da publicidade, **pois**, dotadas de desejo e imaginação, creem no mundo utópico desenvolvido pelos efeitos dos anúncios. Assim, **devido a** sua efetividade, os publicitários focam na criação de técnicas persuasivas ao público pueril e lançam suas propagandas em horários convergentes aos que os pequeninos assistem aos desenhos animados e programas afins. A criatividade dos que são graduados para apelar ao consumidor ganha o coração das crianças e perpetua os comerciais para essa faixa etária.

Em âmbito internacional divergem as decisões acerca do tema proposto, existindo legislação de proibição total à publicidade infantil, medidas que a permite apenas em determinados horários e há, ainda, países que não a restringem. O Brasil carece de mudanças na forma com que são realizadas as propagandas infantis, **já que** o público pueril é permeado diariamente por mensagens de cunho abusivo e persuasivo. Entretanto, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente iniciou um debate em relação ao tópico, dando um passo em benefício aos pequeninos da nação tupiniquim.

Em síntese, a publicidade infantil brasileira deve ser modificada com aplicações eficientes das decisões governamentais anteriormente citadas. É necessário adequar as propagandas infantis para horários propícios, quando os pais possam acompanhar seus filhos, interagindo acerca dos anúncios. É possível também exigir que as empresas de publicidade retirem os efeitos que engrandecem os produtos, de forma a iludir o consumidor, e atenuar a presença de personalidades artísticas nas propagandas. **Dessa forma**, o Brasil pode evoluir como uma nação que zela pelo seu potencial infantil e garantir aos pequenos o essencial, livrando-os do desejo de supérfluos e **contribuindo** para a formação de cidadãos críticos, conscientes dos temas circundantes.

Fonte:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf) Acesso: 20/11/2016

ENEM 2014 - Tema: Publicidade infantil em questão no Brasil

**Texto 16** – Sem título.

Nome: Amanda Carvalho Maia Castro. Niterói – RJ. (p. 51).

A violência contra a mulher no Brasil tem apresentado aumentos significativos nas últimas décadas. De acordo com o mapa da violência de 2012, o número de mortes por essa **causa** aumentou em 230% no período de 1980 a 2010. Além da física, o Balanço de 2014 relatou cerca de 48% de outros tipos de violência contra a mulher, dentre esses a psicológica. Nesse âmbito, pode-se analisar que essa problemática persiste **por** ter raízes históricas e ideológicas.

O Brasil ainda não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal . **Isso se dá porque**, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. Contrariando a célebre frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, a cultura brasileira, em grande parte, prega que o sexo feminino tem a função social de se submeter ao masculino, independentemente de seu convívio social, capaz de construir um ser como mulher livre. **Dessa forma**, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados, por estarem dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado. **Consequentemente**, a punição para esse tipo de agressão é dificultada pelos traços culturais existentes, e, assim, a liberdade para o ato é aumentada.

Além disso, há o estigma do machismo na sociedade brasileira. Isso ocorre **porque** a ideologia da superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino reflete no cotidiano dos brasileiros. Nesse viés, as mulheres são objetificadas e vistas apenas como fonte de prazer para o homem, e são ensinadas desde cedo a se submeterem aos mesmos e a serem recatadas. Dessa maneira, constrói-se uma cultura do medo, na qual o sexo feminino tem medo de se expressar **por** estar sob a constante ameaça de sofrer violência física ou psicológica de seu progenitor ou companheiro. Por conseguinte, o número de casos de violência contra a mulher reportados às autoridades é baixíssimo, inclusive os de reincidência.

Pode-se perceber, **portanto**, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. Para que essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar sua capacidade de propagação de informação para **promover** a objetificação da mulher e passe a usá-la para difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão contra o sexo feminino. Ademais, é preciso que o Poder Legislativo crie um projeto de lei para aumentar a punição de agressores, para que seja possível diminuir a reincidência. Quem sabe, assim, o fim da violência contra a mulher deixe de ser uma utopia para o Brasil .

Fonte:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf) Acesso: 20/11/2016

ENEM 2015 – Tema: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

## Anexo 2 – Textos em espanhol

**Texto 2** - Título: LA LEGALIZACIÓN DE LAS DROGAS:

Nome: Abigail G. Propuesta Actual, colegio Secundario.

Desde hace algunos años, la legalización de las drogas ha sido un tema considerablemente discutido, **ya que** hay quienes afirman que **al prohibir** la venta, posesión y consumo de drogas se violenta el derecho a la individualidad de cada persona privándola en cierto sentido de **hacer** de su vida lo que decida. La legalización de las drogas es uno de los modelos propuestos por instituciones e individuales para la modificación de las leyes que prohíben tenencia, consumo o producción. Su argumento se basa en el derecho de cada persona de elegir cómo llevar su vida, lo que incluye la obligación de respetar las decisiones de la gente sobre las sustancias que quieran o no consumir. Otros argumentos se basan en la creencia de que sería una forma de suprimir a las mafias relacionadas con el narcotráfico. **Cuando** en el colegio me pidieron hacer un texto argumentativo pensé en hablar sobre las drogas **porque** son un tema de moda no sólo entre los adolescentes sino en general. Gente de casi todas las edades y nacionalidades consume o ha consumido alguna vez alguna clase de droga. Según las estadísticas el consumo en los estudiantes entre trece y diecisiete años ha ido aumentando desde el 2001 al 2012 en un doce por ciento. Yo creo que la legalización no debe ocurrir, a pesar de que ya se legalizó en países como Uruguay, **porque** las drogas de cualquier tipo afectan la salud de quien las toma. Todos los sistemas (circulatorio, digestivo, respiratorio, nervioso, endocrino) sufren los efectos negativos. No sólo esto sino que además el consumo de drogas puede llegar a **causarle** al consumidor graves trastornos psicosociales. ¿Acaso no todos, o la gran mayoría, hemos visto a alguien drogado en la calle? Muchas veces son personas sin casas, pero también se ven adolescentes con ojos rojos. Se ha escuchado decir que las drogas **hacen** bien, por ejemplo, **que** la marihuana es eficaz en disminuir náuseas y vómitos **producidos** por la quimioterapia, el sida, la hepatitis C, embarazo y migrañas. Esto no es cierto. Las drogas modifican la manera de pensar del que la consume, su modo de funcionar, de relacionarse con los demás y de enfrentarse a los desafíos de la realidad. “Nos **hacen** perder protagonismo en nuestra propia vida” A pesar de que es cierto que algunas drogas dan la sensación de felicidad, es **porque** los efectos que **provocan** son distintos sobre nuestro sistema nervioso, dependiendo del tipo de droga consumido: algunas son excitantes y otras depresoras, pueden acelerar nuestro funcionamiento, lentificarlo o distorsionarlo. Otras, hasta **producen** alucinaciones o cambios en la percepción de la realidad. A veces, el impacto sobre la vida de una persona puede llegar a ser tan grave como las enfermedades: no sólo las alteraciones psicológicas sino también puede **causar** conflictos en las relaciones (ya sea de amistad, pareja, con la familia o compañeros de trabajo o de escuela) y trastornos en el comportamiento (dificultades en la escolarización, problemas laborales, llegar a cometer actos delictivos o tener conflictos legales, generar accidentes o **causarlos**). Por todas estas **razones**, legalizar las drogas sería una mala decisión. No sólo para el ahora sino sobre todo para las futuras generaciones, **porque si ya desde que** uno nace se le enseña que consumir drogas no es malo, eso va a ir expandiéndose y dentro de nada, tendría a más del cincuenta por ciento del mundo drogadicto. Con toda seguridad, la legalización de las drogas a la larga terminaría **causando** problemas más que otra cosa.

Fonte:

<http://www.propuesta-actual.edu.ar/produccion-de-una-alumna-texto-argumentativo/>  
Cátedra de Literatura: Redacción de un texto argumentativo. Publicado em 09/06/2014

**TEXTO 12 – Título: DEPORTISTAS COSTARRICENSES: HISTORIAS QUE INSPIRAN**

Nome: Ignacio Barquero García. CA de San Carlos , DRE: San Carlos

Costa Rica, en los últimos años, ha logrado alcanzar relevancia alrededor del mundo en distintas disciplinas deportivas. Cada vez más aumenta el número de deportistas que ponen el nombre de nuestro país en la cúspide del deporte mundial.

**Si** miramos hacia atrás podemos recordar algunos casos aislados de atletas que alcanzaron gran éxito internacional, sin embargo, actualmente esos casos se dan con más frecuencia, el más conocido, el de Keilor Navas Gamboa.

**Haciendo** un breve repaso de su vida podemos darnos cuenta de la inspiradora que es su historia. Un muchacho humilde de Pérez Zeledón en quien nadie creía como futbolista, que dio sus primeros pasos en el deporte en una plaza del pueblo, un joven que tuvo que hacer enormes sacrificios para poder alcanzar el sueño que anhela cualquier niño o adolescente a quien le gusta el fútbol: jugar en uno de los mejores equipos del mundo y ganar títulos en importantes competiciones. Aunque parezca inalcanzable para muchos, es posible, Keilor lo ha logrado.

Por otro lado, también podemos mencionar el caso de Andrey Amador, **quien** a base de arduo trabajo logró conmover a toda Costa Rica, incluso a **quienes** no disfrutaban del ciclismo. ¿Cómo no emocionarse de ver a un tico en lo alto del deporte mundial? **Al ver** la magnitud de lo que significa vestir “la Maglia Rosa” en el Giro de Italia, se nos llena el corazón de alegría y de muchísimo orgullo **por** un compatriota que lucha hasta más no poder y que no olvida quién es y de dónde viene.

Así como ellos, podemos mencionar a muchos costarricenses que triunfan, como Nery Brenes en distintos mundiales de atletismo e incluso olimpiadas, Keneth Tencio en BMX (recientemente compitió en Croacia), Laurens Molina como atleta paraolímpico, Hanna Gabriels en boxeo o Carlos Muñoz en surf. A pesar de que unos son más conocidos que otros, todos han tenido como pilar fundamental el trabajo duro.

En la vida no se puede esperar que los logros lleguen solos. Todos estos deportistas nos han enseñado que **si** queremos llegar alto, no solo en el deporte, en cualquier ámbito de nuestras vidas, debemos luchar incansablemente **hasta** alcanzarlo.

Tomemos como ejemplo sus historias, creamos en nosotros mismos, en que hace algún tiempo ellos no eran más de lo que nosotros somos ahora, ¿por qué nosotros no?

Fonte:

<http://www.dgec.mep.go.cr/documentos/redacciones-de-excelencia-2016> MEP –  
Ministerio de Educación Pública. Dirección de Gestión y Evaluación de la calidad.  
Costa Rica. Acceso: 30/05/2018

**Texto 13 – Título:** LOS AVANCES TECNOLÓGICOS REVOLUCIONAN EL MUNDO ACTUAL

**Nome:** Jean Paul Fonseca Moya. Colegio Vocacional Monseñor Sanabria  
**DRE:** Desamparados

En el mundo que se vive actualmente, resulta difícil imaginar una vida sin tecnología, sin los numerosos avances existentes en este campo; no obstante, hay muchos aspectos que es necesario analizar al respecto.

**Gracias** a las muchas aplicaciones que hoy en día se le dan a distintas áreas como la electrónica, electricidad, química, física y similares, así mismo **por** los nuevos descubrimientos científicos, las diferentes sociedades internacionales han experimentado una revolución, un proceso de avance constante que **ha resultado** en la mejora de muchos aspectos esenciales en el dinamismo humano y del planeta. Un claro ejemplo se nota en la medicina, donde **a causa de** los nuevos avances tecnológicos, se han logrado descubrir curas a enfermedades que en otros tiempos parecían imbatibles, se practican nuevos métodos para personas **con** distintos problemas de salud y la población se encuentra mejor informada al respecto.

La comunicación también se ha optimizado **por** este proceso de cambio, volviéndose más ágil y efectiva.

Tareas de gran dificultad antes realizadas manualmente, se han logrado facilitar y mejorar **gracias** a la mecanización, lo que permite a su vez la producción en masa de bienes y servicios capaces de sostener a la numerosa población mundial. Todo ello **resulta** en una mejor calidad de vida para la humanidad.

Sin embargo, es una desdicha que lo que parece una revolución de bien común, traiga a la vez efectos tan negativos para el planeta y sus numerosas especies. Y es que este rápido proceso de avances tecnológicos se ha dado en distintas ocasiones sin un control, sin un análisis previo de consecuencias y carente de un balance adecuado y justo.

La naturaleza con su abundante flora y fauna ha sufrido un enorme deterioro en los últimos años **por** los abruptos cambios inferidos en la dinámica actual y la interferencia que se presenta en los ciclos naturales. **Por** la alta demanda de materia prima y la ampliación de empresas con tecnologías no limpias, se ha dado una destrucción significativa en muchos ecosistemas y la alta contaminación de estos, lo que ha **provocado** una disminución de la cobertura vegetal del “globo terráqueo”. De igual forma, muchos animales sufren de la vida en cautiverio con el fin de experimentar nuevos procesos tecnológicos y científicos que causan muchas veces su muerte y podrían **ocasionar** su extinción.

Otro aspecto importante por destacar es la intención de la tecnología con el ser humano, **pues** si bien es cierto que le brinda una mejor calidad de vida, simultáneamente le afecta en otras áreas. Por ejemplo, el sedentarismo **causado** por la mecanización del trabajo y la adicción a dispositivos como celulares y computadoras. La oferta laboral se ha visto también afectada **al sustituir** a los seres humanos por máquinas. No se puede dejar de lado el uso de tecnología en la creación de armas potentes, lo **que** pone en riesgo la vida en la Tierra.

Se hace urgente concientizar acerca de lo bueno y lo malo que trae consigo la revolución tecnológica, de manera que se pueda dar un proceso balanceado para toda especie que habita y se dé un cambio positivo, con tecnología amigable con el ambiente, mejor control de residuos generados y sin adicciones ni excesos.

Fonte:

<http://www.dgec.mep.go.cr/documentos/redacciones-de-excelencia-2016> MEP –  
Ministerio de Educación Pública. Dirección de Gestión y Evaluación de la calidad.  
Costa Rica. Acceso: 30/05/2018